

Castelo de Torres Vedras



**Resultados
dos Trabalhos
Arqueológicos
2003**

Isabel Luna
Clementino Amaro
2009



ÍNDICE

1 – OBJECTIVOS DA INTERVENÇÃO	4
1.1 – Objectivos dos trabalhos arqueológicos	4
1.2 – Enquadramento científico e regulamentar	6
2 – RECURSOS HUMANOS E TÉCNICOS	7
2.1 – Constituição da equipa técnica	7
2.2 – Meios utilizados	10
2.3 – Calendarização	11
3 – ENQUADRAMENTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO	13
3.1 – Enquadramento legal	13
3.2 – Enquadramento administrativo	15
3.3 – Enquadramento geográfico	16
3.4 – Enquadramento histórico	23
4 – ESTRATÉGIA E METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO	27
5 – CONDIÇÃO DO SÍTIO ANTES DO INÍCIO DOS TRABALHOS	32
6 – TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS: ESTRATIGRAFIA E ESTRUTURAS	34
6.1 – Perfil M5	34
6.2 – Perfil M4-M6	40
6.3 – Perfil N5-N3	48
6.4 – Área a Sul do Muro 2	52
6.5 – Perfil P5-O5	60
6.6 – Perfil O6	68
6.7 – Planta L5/O5 – L6/O6	73



7 – ESPÓLIO	76
7.1 – Recolha, tratamento e listagem	76
7.2 – Análise quantitativa geral	78
7.3 – Análise qualitativa geral	79
7.3.1 – Cerâmica	79
7.3.2 – Vidros	91
7.3.3 – Líticos	92
7.3.4 – Fauna	92
7.3.5 – Osso trabalhado	94
7.3.6 – Metais	95
8 – CONCLUSÕES	107
8.1 – Trabalhos arqueológicos	107
8.2 – Trabalhos de conservação e consolidação	112
9 – BIBLIOGRAFIA	117
ANEXO 1 Inventário do Espólio Arqueológico	
ANEXO 2 Relatório do Campo de Trabalho Arqueológico	



1. OBJECTIVOS DA INTERVENÇÃO

1.1 – OBJECTIVOS DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

As escavações arqueológicas realizadas no Castelo de Torres Vedras inseriram-se nos trabalhos de limpeza e valorização daquele recinto fortificado, levados a cabo pela autarquia, em 2003.

Entre 2000 e 2003, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Câmara Municipal de Torres Vedras procederam a algumas intervenções de conservação e recuperação das estruturas e de valorização paisagística do Castelo, com vista a uma melhoria geral dos espaços de fruição, dos percursos, do mobiliário urbano e da informação prestada aos visitantes.

Uma parte desta requalificação passou, também, pela realização de escavações arqueológicas, nas seguintes vertentes:

- como intervenção directa no processo de requalificação;
- como apoio à concepção de novas infra-estruturas de apoio aos visitantes;
- como base para a realização de acções de educação patrimonial e de divulgação do imóvel.

Entre 1984 e 2001, realizaram-se diversas intervenções arqueológicas no castelo, sob a direcção do IPPAR, que permitiram aprofundar, pontualmente, o conhecimento do castelo, nomeadamente no que respeita à necrópole medieval.

Na campanha de 2003 pretendeu-se escavar a zona fronteira ao Palácio dos Alcaides, cuja escavação havia já sido iniciada em 1988.

Na anterior intervenção tinha aí sido identificada uma camada correspondente a uma lixeira dos séculos XVI a XVII. Cobriam-na depósitos posteriores de terras, lixeiras e entulhos, provenientes da destruição do Palácio dos Alcaides, aquando do terramoto de 1755 e do seu posterior desmantelamento, e uma última camada de terra, associada à plantação do coberto vegetal, ocorrida na primeira metade do século XX.



Como resultado da intervenção de 1988, ficaram abertas no terreno várias quadrículas, cobertas com placas de zinco. Com o passar dos anos e a acumulação de lixos e vegetação intrusiva, acentuou-se o aspecto caótico do terreno, o que retirava dignidade ao local e contribuía para a sua desvalorização paisagística, apesar de alguns trabalhos de manutenção realizados em 1994.

Esta nova campanha, em 2003, constituiu-se como uma intervenção directa no processo de requalificação paisagística do castelo, não só com o objectivo de reordenar a área da anterior intervenção arqueológica, como de rebaixar consideravelmente o terreno, por forma a permitir uma melhor visualização do Palácio dos Alcaides e da fundação da antiga barbacã – então, parcialmente enterrada –, valorizando estas estruturas no conjunto fortificado.

Paralelamente, esperava-se que os dados obtidos pudessem possibilitar um melhor conhecimento da arquitectura da estrutura defensiva e da sua ocupação secular, nomeadamente através da recolha de restos materiais da vivência quotidiana no imóvel.

O conhecimento assim obtido, associado aos dados já existentes sobre o castelo, permitirão fundamentar melhor futuras opções de intervenção no edificado e apoiar a elaboração de materiais didácticos de interpretação e de divulgação do imóvel.



1.2 – ENQUADRAMENTO CIENTÍFICO E REGULAMENTAR

O requerimento de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos no Castelo de Torres Vedras foi dirigido por um dos signatários (Clementino Amaro) ao Director do Instituto Português de Arqueologia, em 18 de Junho de 2003.

A proposta previa a realização de trabalhos arqueológicos preventivos e de conservação/valorização, no âmbito do programa de requalificação patrimonial e paisagística do castelo, previsto pela Câmara Municipal de Torres Vedras, “*com vista a melhorar, de futuro, os espaços de fruição, os percursos, o mobiliário urbano e a criação de novos equipamentos, como o projecto de uma cafetaria*”.

A realização dos trabalhos arqueológicos foi aprovada pelo IPA e comunicada através do ofício 6065, com a referência S – 1231, datado de 24 de Junho de 2003.

Os trabalhos arqueológicos, integrados na categoria de *Estudo e valorização de sítios ou monumentos classificados ou em vias de classificação*, foram dirigidos por Clementino Amaro e Isabel de Luna, licenciados em História. Ambos realizaram a presente intervenção enquanto funcionários, respectivamente, do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (onde desempenhava as funções de Técnico Superior de Arqueologia, com a direcção científica dos trabalhos arqueológicos realizados no castelo, desde 1984), e da Câmara Municipal de Torres Vedras – Museu Municipal Leonel Trindade (onde desempenhava as funções de Técnica Superior de Museologia) e na sequência da direcção conjunta das escavações realizadas em 2001.

Nas suas diversas fases de desenvolvimento, os trabalhos arqueológicos foram enquadrados pelo *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de Novembro.

O espólio recolhido na fase de escavação foi depositado, provisoriamente, nas reservas do Museu Municipal Leonel Trindade, em Torres Vedras.

O Relatório Preliminar das escavações arqueológicas realizadas em 2003 no Castelo de Torres Vedras foi entregue à Câmara Municipal de Torres Vedras em 30.01.2004, através de informação com a referência MM/20/04. Em 2004.02.04 era remetido pela autarquia ao Director do Instituto Português de Arqueologia, através do ofício com a referência MM/31/04.



2. RECURSOS HUMANOS E TÉCNICOS

2.1 – CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

Os recursos humanos necessários aos trabalhos foram, essencialmente, provenientes do quadro técnico do Museu Municipal Leonel Trindade e do Campo de Trabalho Arqueológico, levado a efeito pela Câmara Municipal de Torres Vedras, que juntou estudantes de cursos superiores de Arqueologia e outros jovens interessados por essa disciplina e que pretendiam obter experiência na prática arqueológica.

O Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico deu um apoio excepcional aos trabalhos, através do destacamento temporário de dois técnicos do quadro da Direcção Regional de Lisboa, respectivamente o Dr. Clementino Amaro, técnico superior assessor principal e José Luís Monteiro, técnico profissional de arqueologia.

CAMPO

Direcção Científica:	Clementino Amaro Isabel de Luna	IPPAR/Direcção Regional de Lisboa CMTV/Museu Municipal Leonel Trindade
Assistente operacional:	Raquel Raposo	CMTV/Museu Municipal Leonel Trindade
Assistentes de Arqueologia:	José Monteiro Carlos Anunciação	IPPAR/Direcção Regional de Lisboa CMTV/Museu Municipal Leonel Trindade
Escavação:	Eurico Sepúlveda Isaura Pedro Raquel Santos Rui Prudêncio Patrícia Mascate Inês Ferreira	Arqueólogo Professora Universitária Licenciada em Arqueologia Licenciado em História Estudante de Arqueologia Estudante de Arqueologia



Ana Isabel Caldeira	Estudante de Arqueologia
Bruno Silva	Estudante de Arqueologia
Joana Bernardes	Estudante de Arqueologia
André Mano	Estudante de História
João Duarte	Estudante de Geologia
Sandra Costa	Estudante
Ruben Monteiro	Estudante
Vanessa Fresca	Estudante
Fábio Espírito Santo	Estudante
Inês Pires	Estudante
Ana Rafaela Bastos	Estudante
Alexandra Santos	Jovem trabalhadora
Joana Miranda	Jovem trabalhadora
Manuel Amaro	Estudante
Francisco Pinto	Estudante
Domingos Rubio	Estudante
Ana Catarina Amaro	Estudante
Francisco Paulo	CMTV/ Museu Municipal Leonel Trindade
Topografia: Henrique Reis	CMTV/ Dep. ^{to} de Obras Municipais
José Aguiar	CMTV/ Dep. ^{to} de Obras Municipais
Maximino Germano	CMTV/ Dep. ^{to} de Obras Municipais
Apoio técnico: José Aguiar	CMTV/Dep. ^{to} de Ordenamento do Território
Fotografia: Clementino Amaro	
Desenho: Bruno Silva	
Ana Isabel Caldeira	

GABINETE

Desenho assistido

por computador: Isabel de Luna



Georeferenciação e

Cartografia de base: Jorge Antunes

CMTV/Gabinete SIG

Digitalização: Isabel de Luna
Celestino & Rosalina

Espólio

Tratamento, marcação

e inventariação: VVAA

Patrícia Teles

Ana Anacleto

Rui Silva

Campo de Trabalho Arqueológico

CMTV/ Museu Municipal Leonel Trindade

CMTV/ Museu Municipal Leonel Trindade

CMTV/ Museu Municipal Leonel Trindade

Listagem e

classificação: Isabel de Luna

Miguel Metelo de Seixas Universidade Lusíada de Lisboa

Clementino Amaro

Fotografia: Guilherme Cardoso

Carlos Robalo

Assembleia Distrital de Lisboa

Desenho: Isabel de Luna

Eurico Sepúlveda

Relatório

Investigação,

textos e grafismo: Isabel de Luna





2.2 – MEIOS UTILIZADOS

A logística necessária ao trabalho de campo esteve a cargo da Câmara Municipal de Torres Vedras, nomeadamente a disponibilização de equipamentos e materiais e o financiamento da intervenção.

A autarquia patrocinou o funcionamento do Campo de Trabalho Arqueológico, através do fornecimento de alojamento aos participantes e do pagamento de refeições e de bolsas de participação, o mesmo acontecendo em 2005, com a criação de um novo campo de trabalho, que permitiu proceder ao tratamento de uma grande quantidade do espólio recolhido em 2003.

Alguns serviços da autarquia foram também chamados a dar o seu contributo, durante esta fase dos trabalhos, através de meios humanos e equipamentos. Foram os casos do Gabinete SIG, que procedeu à localização geográfica do imóvel e das equipas de topografia e de obras municipais – nomeadamente de carpintaria –, através do levantamento topográfico e implantação da quadrícula no campo, instalação de dois crivos fixos e de toldos de protecção das áreas de escavação e de crivagem, remoção de terras com recurso a tractor com atrelado e consolidação de estruturas. A autarquia forneceu, ainda, todos os instrumentos de uso corrente necessários aos trabalhos, tendo adquirido ainda alguns materiais técnicos especializados, como quadros de referência arqueológica, fichas de granulometria de solos, tabela de cores de Munsell, escalas, calibradores, bastões topográficos, etc.

A Câmara Municipal financiou o restauro das peças metálicas encontradas, através da contratação dos serviços de uma empresa da especialidade, tendo ainda promovido o estudo de duas peças brasonadas, também por aquisição de serviços.

Graças ao apoio sempre incondicional do Director do Departamento de Obras Municipais, Eng.º Acácio Frade, os gabinetes de topografia e engenharia daquele departamento deram um contributo inestimável ao desenvolvimento dos trabalhos de gabinete. Para além desta colaboração, a totalidade do trabalho de gabinete foi desenvolvida com recurso exclusivo ao trabalho dos directores científicos, bem como à utilização dos seus recursos próprios, nomeadamente equipamentos fotográficos, digitalizador, computador pessoal, discos externos e software informático, pela indisponibilidade da autarquia em fornecer todos os meios necessários à realização do relatório final.



2.3 – CALENDARIZAÇÃO

Os trabalhos arqueológicos decorreram entre os dias 1 e 25 de Julho de 2003, correspondendo ao período de funcionamento do Campo de Trabalho Arqueológico, levado a efeito pelo Museu Municipal Leonel Trindade, e que contou com a participação de jovens estudantes, nomeadamente de Arqueologia.

A necessidade de cumprir os objectivos da intervenção arqueológica manteve a equipa completamente ocupada, durante o mês de Julho, não tendo sido possível realizar outras tarefas complementares aos trabalhos de campo. Também o grande volume de espólio recolhido contribuiu para atrasar a evolução dos trabalhos complementares.

Durante a campanha de 2003, apenas se avançou no tratamento sumário do espólio recolhido, com a lavagem de cerca de 30% do seu volume total e uma triagem e armazenamento básicos.

Entre 6 e 23 de Setembro de 2005, a realização de um novo Campo de Trabalho Arqueológico permitiu repartir um grupo de cerca de 22 participantes, entre a intervenção arqueológica realizada na Azenha de Santa Cruz e o tratamento do espólio proveniente das escavações do Castelo. Foi possível, assim, lavar, marcar e inventariar mais um conjunto significativo de espólio recolhido no Castelo, em 2003. No entanto, o grande volume de materiais, sobretudo cerâmicos, apenas permitiu a conclusão do tratamento de cerca de 60% da totalidade do espólio.

A falta de recursos humanos impediu que, desde então, tivessem sido feitos quaisquer outros trabalhos de tratamento efectivo deste espólio. Em 2007, foi feita uma listagem com recurso apenas a contagens, para um cálculo do volume de espólio cerâmico recolhido. Foram ainda tratados, fotografados e classificados os objectos metálicos recolhidos.

Só em 2008 foi possível proceder à realização de outros trabalhos complementares à intervenção de 2003, necessários à elaboração do relatório final.



3. ENQUADRAMENTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

3.1 – ENQUADRAMENTO LEGAL

O Castelo de Torres Vedras e o terreno circundante são propriedade do Estado – à época dos trabalhos, afectos à Direcção Geral do Património –, cedidos à Câmara Municipal de Torres Vedras por auto de cessão de 11 de Julho de 1940, a título gratuito, por tempo indeterminado e com reserva do direito de propriedade, para fins de conservação, asseio e aformoseamento.

O conjunto edificado encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 41 191, de 18 de Julho de 1957, publicado no Diário do Governo n.º 162, gozando de uma zona de protecção padrão, de 50m. Por sua vez, os trechos românicos da Igreja de Santa Maria, situada no interior das muralhas, encontram-se classificados como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de Junho de 1910, publicado no Diário do Governo n.º 136, de 23 de Junho de 1910.



Fig. 1 - Extracto da planta de ordenamento do PDMTV.

O imóvel está abrangido pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica de Torres Vedras – integrado na zona com o Grau de Protecção 1 –, publicado na IIª série do Diário da República n.º 230, de 6 de Outubro de 1992. Situa-se, ainda, em espaço urbano e em solo afecto à estrutura ecológica – área de Verde Ecológico Urbano –, definido pelo Plano Director Municipal de Torres Vedras, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2007, de 26 de



Setembro. Parte considerável do morro do castelo, classificada como área com risco de erosão, insere-se em zona de Reserva Ecológica, aprovada pela Resolução do Conselho de ministros n.º 98/2002, de 21 de Maio, publicada no DR 117, série I-B.

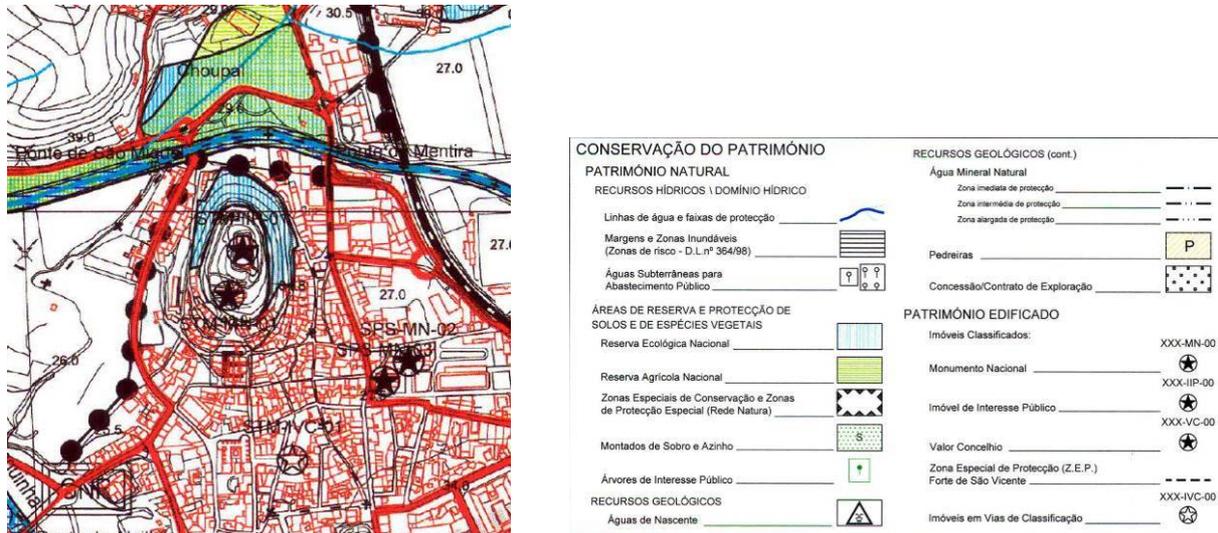


Fig. 2 - Extracto da planta de condicionantes do PDMTV.

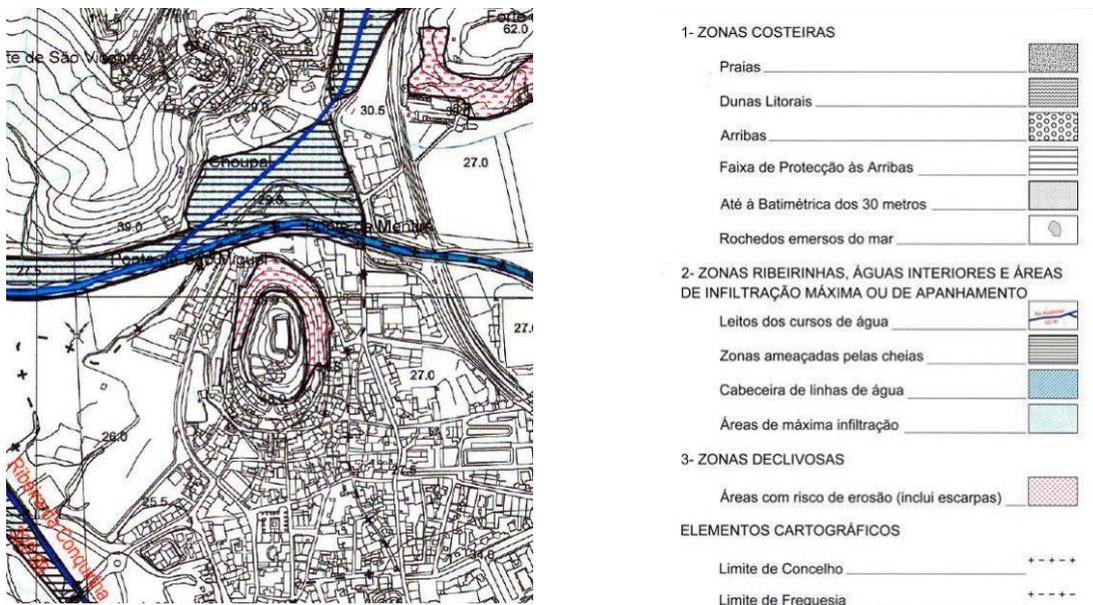


Fig. 3 - Extracto da planta da Reserva Ecológica Nacional do PDMTV.



3.2 – ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

Designação: Castelo de Torres Vedras.

Localização administrativa:

Região	Centro
Sub-região	Oeste
Distrito	Lisboa
Concelho	Torres Vedras
Freguesia	Santa Maria e S. Miguel
Lugar	Torres Vedras
Rua	Largo Coronel Morais Sarmiento



3.3 – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO



Fig. 4 – Localização na Península Ibérica.

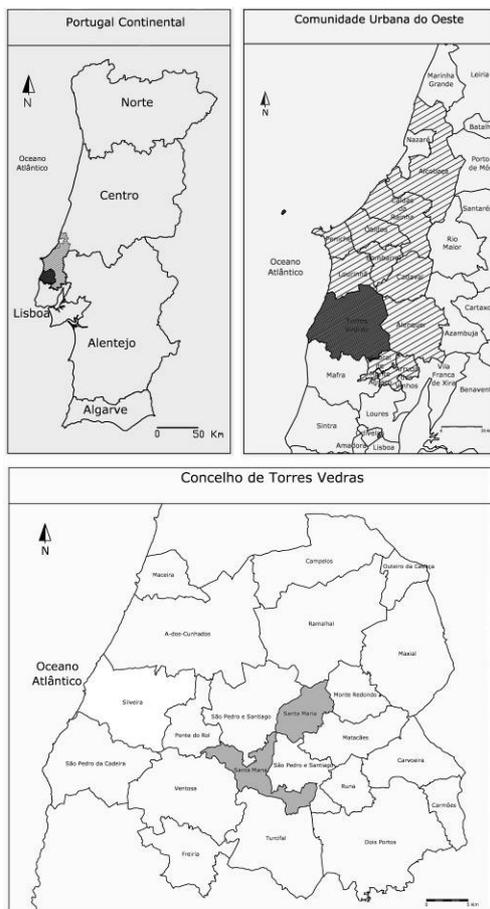


Fig. 5 – Localização no mapa de Portugal.



Coordenadas geográficas do imóvel:

Hayford-Gauss Datum 73		
	X	Y
Coordenadas Ponto Central	-97598,00	-63067,36
Coordenadas Geográficas	-09° 15' 43,470"	39° 05' 38,150"
Lisboa		
	X	Y
Coordenadas Militares	102401,90	236932,41
Coordenadas Geográficas	-09° 15' 35,915"	39° 05' 35,395"
WGS84		
	X	Y
Coordenadas UTM (Fuso 29)	477409,54	4327321,87
Coordenadas Geográficas	-09° 15' 40,439"	39° 05' 41,042"
ED50		
	X	Y
Coordenadas UTM (Fuso 29)	477530,10	4327534,53
Coordenadas Geográficas	-09° 15' 35,395"	39° 05' 45,582"
Altitude		
Cota máxima (Palácio dos Alcaides)		72,1m
Cota mínima (segunda linha de muralhas)		49,9m

O castelo situa-se na cidade de Torres Vedras, sede do concelho, no limite noroeste do centro histórico. Confronta, a Sul, com o Largo Coronel Morais Sarmiento; a nascente, com a Rua do Quebra-costas; a Norte, com a Rua da Sociedade Columbófila e o rio Sizandro; e a poente, com a Rua de S. Miguel. O seu acesso mais directo faz-se através da Estrada Nacional n.º 9.

O morro do Castelo destaca-se na várzea de Torres Vedras, serpenteada pelo rio Sizandro, embora já invadido de casario e novos equipamentos. Localiza-se na antiga freguesia e paróquia de Santa Maria – que, mais tarde, se viria a fundir com a freguesia de S. Miguel – da qual era sede a igreja do Castelo.

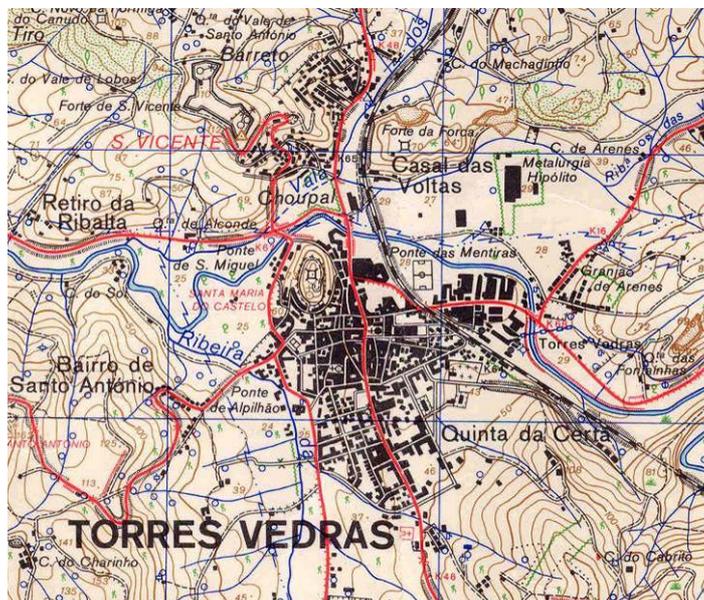


Fig. 6 – Localização do castelo na folha n.º 374 da Carta Militar de Portugal.

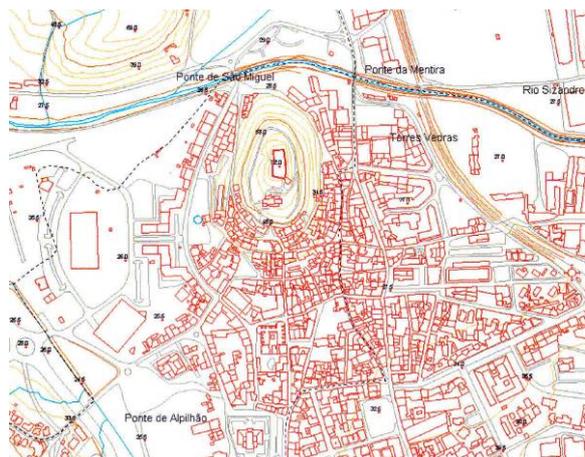


Fig. 7 – Extracto da carta 1: 10.000.

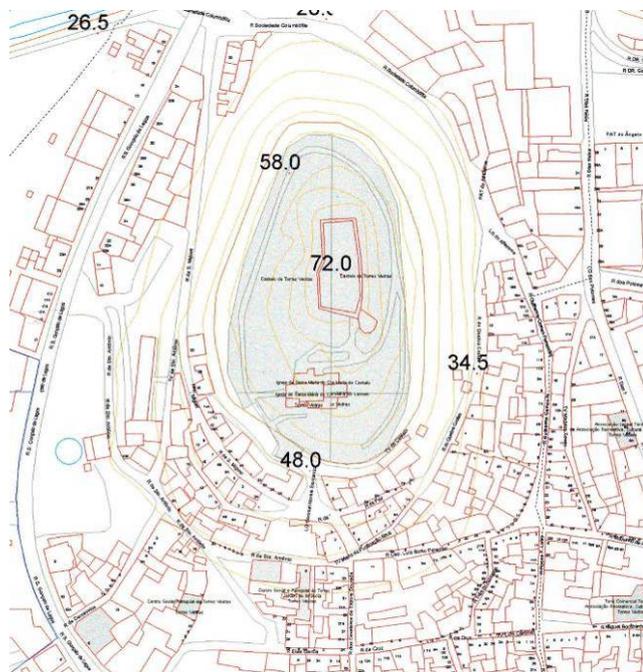


Fig. 8 – Extracto da carta 1: 2.000.



A colina do castelo figura na folha n.º 374 (Torres Vedras) da Carta Militar de Portugal, na escala de 1: 25.000 (fig. 6) e na folha 30-C da Carta Geológica de Portugal, na escala de 1: 50.000.

O sopé da colina onde está implantado o castelo encontra-se a 30 m de altitude, relativamente ao nível do mar, enquanto que a zona baixa da cidade se situa na curva dos 25 m de altitude.

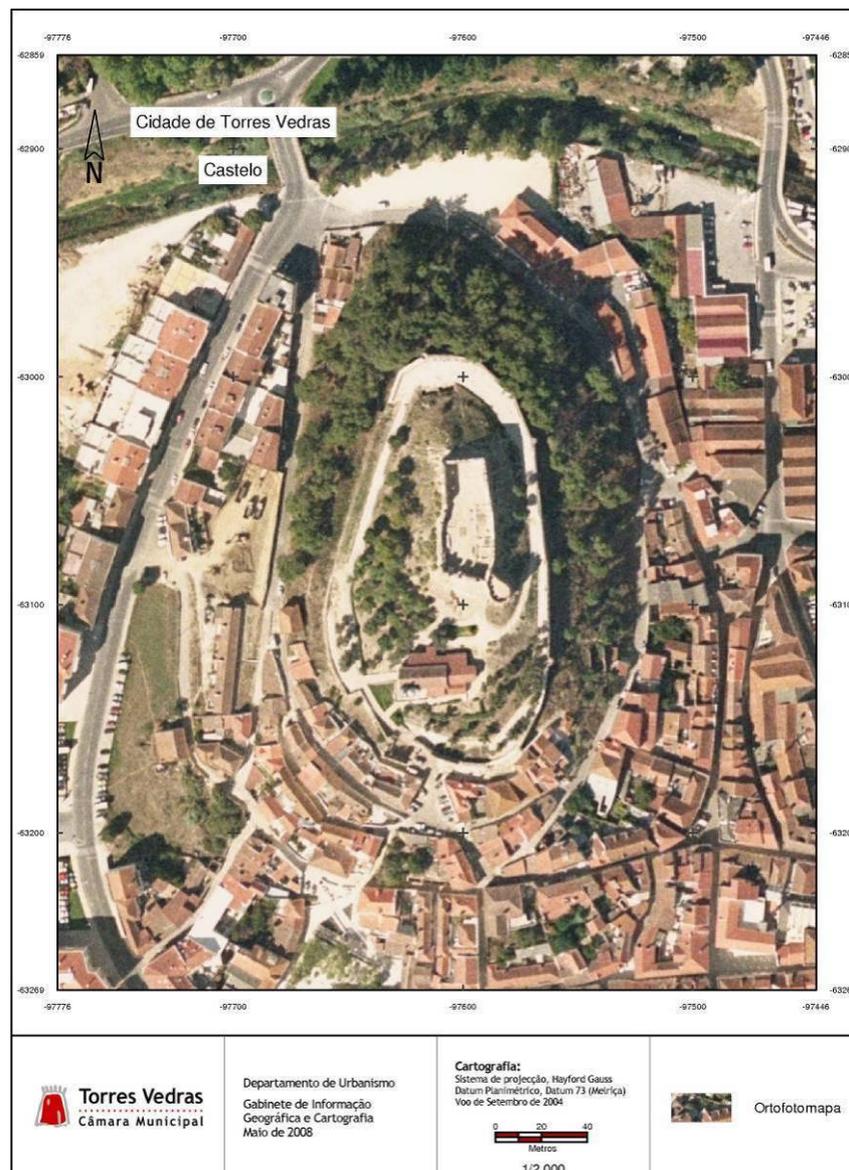


Fig. 9 – Vista aérea do Castelo.

Na sua crónica de D. João I, Fernão Lopes (1977: 410) descreve o castelo como uma "fortaleza assentada em cima de uma formosa mota, a qual natureza criou em tão ordenada igualdade como se a mão fosse feita artificialmente". O pequeno monte de perfil cónico, no alto do qual está implantado o castelo, está assente no fundo de uma verdadeira bacia de montes, que o



circundam, mas de onde usufruí de um grande domínio sobre a cidade de Torres Vedras. Embora seja o de menor altitude, sempre ofereceu uma defesa segura, pela sua conformação e posição estratégica: domínio sobre uma extensa área em redor, atravessada por um rio e com excelentes condições para a agricultura.

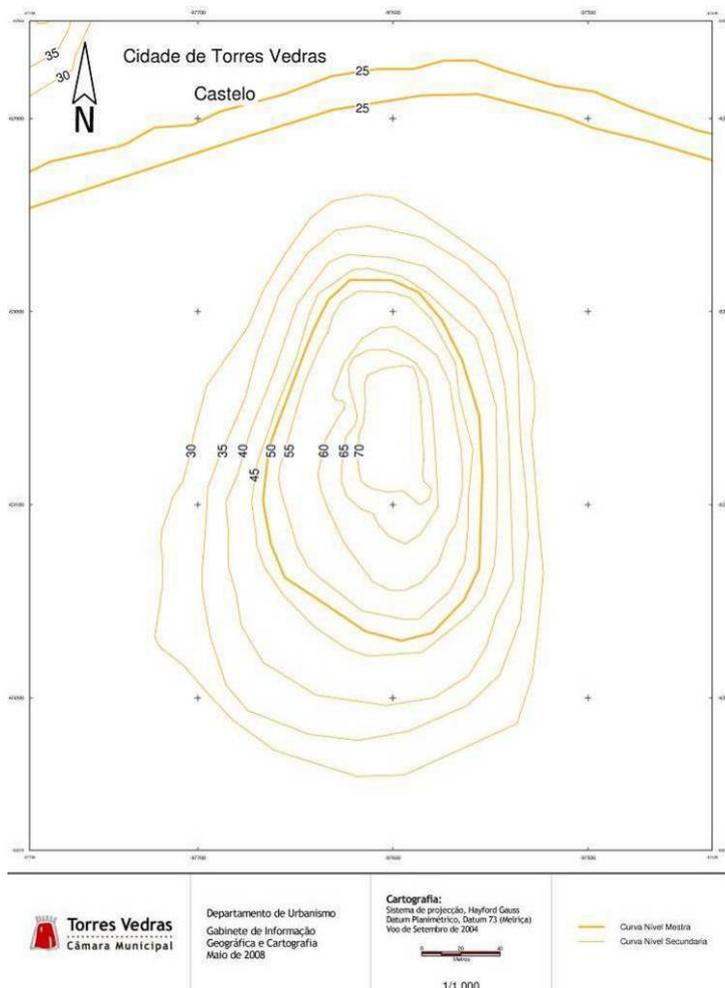


Fig. 10 – Mapa orográfico do monte do castelo.

De facto, toda a zona em redor é inundável pelo rio Sizandro, tornando os terrenos extraordinariamente férteis. Apesar do seu actual pequeno leito, sondagens geológicas permitiram concluir que o rio Sizandro terá sido navegável no seu troço final, desde o mar até cerca de 6 km a jusante de Torres Vedras, o que terá constituído um considerável factor de desenvolvimento económico e cultural da região. Já em Torres Vedras, o Sizandro circunda a colina do castelo, a norte, formando um verdadeiro fosso natural, que dificulta o assédio à fortaleza.

Na várzea localizada a poente da colina do castelo passa a “Vala do Alpilhão”, um ribeiro afluente do Sizandro, cujo leito deverá ter sido bastante maior, em épocas mais recuadas. No seu circuito



final, de confluência com o Sizandro (hoje já alterado e canalizado), circundava o sopé da colina, a noroeste.



Fig. 11 – Mapa orográfico do monte do castelo.

O monte do castelo é composto, na sua zona superior, por afloramentos de calcário oolítico e corácico, de formação antequaternária, pertencentes ao complexo dos Calcários Corácicos de Amaral, do Lusitaniano Superior (Jurássico), sobre as quais se encontram extensos níveis de deposição de terras e entulhos, relacionados com obras, aterros e desaterros diversos. Este calcário constituiu uma importante fonte de matéria-prima para a construção da fortaleza, sendo possível, numa simples observação, verificar como a quase totalidade das muralhas foi construída com base neste calcário local.

Sob este complexo calcário encontram-se densos níveis de margas, pertencentes ao complexo das margas de Abadia, também do Lusitaniano Superior.

Ao redor do monte encontramos vastas zonas de aluviões fluviais modernos, do Quaternário, que preenchem as bacias fluviais do rio Sizandro e das ribeiras do Alpilhão e da Estacada.

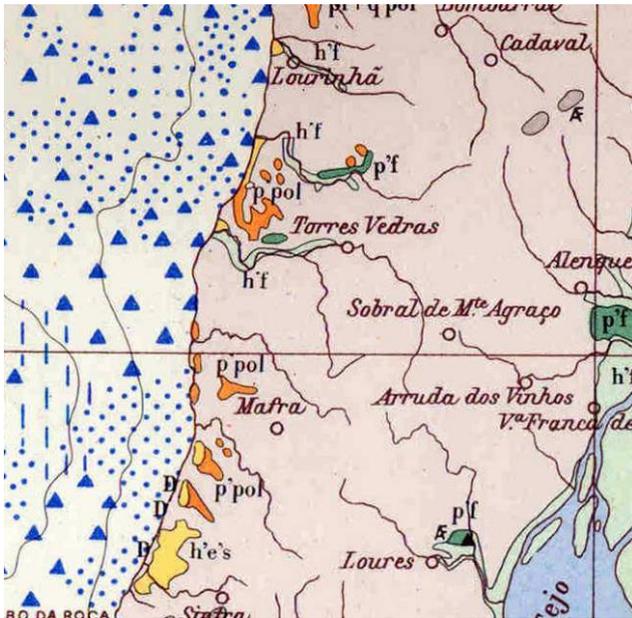


Fig. 12 – Extracto da Carta Geológica do Quaternário de Portugal (escala 1: 1.000.000).

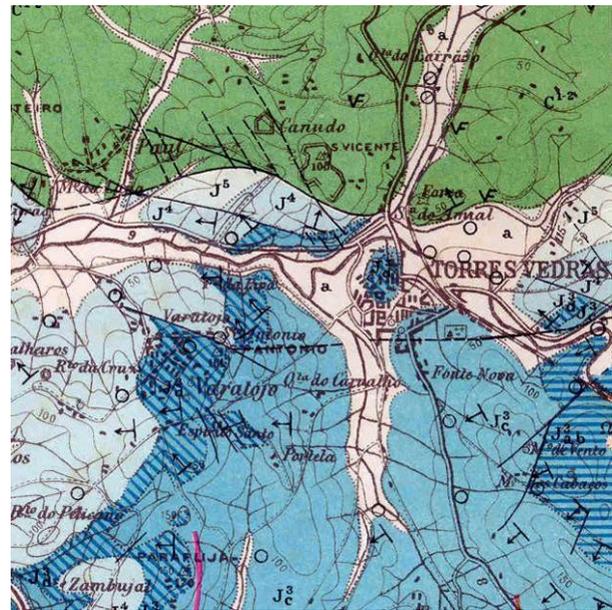


Fig. 13 – Extracto da Carta Geológica de Portugal, folha 30-C - Torres Vedras (escala 1: 50.000).

Os solos na área do morro do castelo estão classificados como de área social e os que se encontram imediatamente em redor, são considerados incipientes.

No castelo encontram-se ainda, nomeadamente a demarcar o campo santo, diversos exemplares de oliveiras, cuja origem poderá mesmo remontar à Idade Média.



Fig. 14 – Extracto da Carta de Solos de Torres Vedras.



3.4 – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Em recentes escavações realizadas no edifício dos Paços do Concelho, situado no sopé do morro do castelo, foi encontrado um nível de ocupação datado da Idade do Ferro. É, por isso, muito provável que, pelo menos desde aquela época, tenha existido um povoado naquela colina. No entanto, a mais antiga ocupação comprovada do castelo, data da época romana.

Os romanos terão habitado o local desde o início da década de trinta do século II a. C. (as tropas de Décimo Júnio Bruto terão chegado à região de Torres Vedras pelo ano 138 a.C.) e nele deixaram, entre outros objectos de uso comum, cerâmicas, vidros e moedas. Nas escavações arqueológicas realizadas no interior do recinto fortificado, entre 1984 e 1989, dirigidas por um dos signatários (Clementino Amaro), foram também recolhidos dois projecteis de chumbo, para funda.

As mais antigas estruturas existentes no castelo serão duas cisternas geminadas, situadas na zona norte, cujo reboco de *opus signinum* parece indicar uma origem romana. Aquando do desentulhamento do seu interior, em 1948, foi aí encontrada uma lápide funerária epigrafada, romana, de um filho de Quinto, da tribo Galéria. Em 1979, foi recolhida do muro da escadaria de acesso à igreja de Santa Maria uma outra árula funerária romana, pertencente a Quinto Bóvio Atimecião Vítor.

A origem romana das muralhas, proposta por Correia de Campos (1965: 161), ou a eventual existência de uma atalaia ou torre de vigia romana no local (cf. Clementino Amaro), carecem ainda de confirmação arqueológica. Certo é que a fortificação já existia durante a ocupação árabe, constando que as antigas muralhas terão sido reedificadas e ampliadas pelos mouros no ano 920. Sob o domínio muçulmano, Torres Vedras foi sede de circunscrição da província de Belata e, no castelo, terá sido instalado o centro administrativo e religioso da região. No entanto, da presença muçulmana no castelo só nos chegou, até hoje – para além de diversos fragmentos de cerâmica fosca pintada em bandas –, a informação da descoberta, em 1718, aquando da abertura de um cabouco para o alicerce de um muro, de um túmulo de pedra contendo um grande alfange mourisco e um cadáver com uma espora.

O castelo foi tomado aos mouros por D. Afonso Henriques, após 1148. Do início da nacionalidade é, também, a igreja de Santa Maria, situada no interior da fortificação, não sendo improvável que possa ter sido erigida sobre uma preexistente mesquita.



Consta, também, que D. Dinis terá mandado ampliar o castelo, em 1288. Embora não se tenham encontrado, ainda, vestígios de qualquer construção alto-medieval, aí deverá ter-se situado o Paço Real, entre os séculos XII e XIII, pois só em 1293 é que a Rainha-viúva, D. Beatriz, adquiriu um terreno fronteiro à entrada do castelo, para construir uns paços novos, que viriam substituir os da fortaleza.

Entre 1373 e 1382, D. Fernando procede a uma nova reconstrução do Castelo.

Desde a ocupação romana, e especialmente durante a ocupação islâmica, o povoado estender-se-ia num vasto perímetro exterior às muralhas, ao longo das encostas sul e nascente – que apresentam declives mais dóceis e orientação climática mais favorável –, até ao sopé da colina, onde recentes escavações arqueológicas puseram a descoberto um conjunto de silos com materiais islâmicos e cristãos, datados dos primeiros tempos da Reconquista. A povoação estruturar-se-ia, assim, a partir do núcleo defensivo, nomeadamente da zona fronteira ao troço sul da muralha, espraiando-se em direcção à várzea, mas para Sudeste, de forma a evitar as zonas mais inundáveis.

A pequena ocupação no interior das muralhas, ainda não documentada arqueologicamente, ter-se-á cingido á elite local administrativa e judicial. É essa imagem que nos transmite Fernão Lopes (1977: 410), na sua Crónica de D. João I: *“A vila tem sua cerca arredor do monte e na maior alteza dele está o castelo; e antre a vila e o castelo moravam tão poucos de que não é fazer conta; e toda sua poboração era em um grande arravalde de muitas e boas casas de bem ordenadas ruas, ao pé do monte”*. Nas escavações arqueológicas realizadas ao longo dos anos 80, apenas foi descoberto, no lado sul do castelo, um muro em “L”, invadido pela necrópole medieval, que deverá corresponder a um muro de sustentação de terras.

As mencionadas escavações arqueológicas já permitiram definir uma área sepulcral de cerca de 250 m², entre a igreja de Santa Maria e a muralha sul – que faria parte de uma mais vasta necrópole medieval –, onde foram detectadas, até ao momento, perto de 70 sepulturas, datadas de entre os séculos XII a XIV, bem como mais de 20 estelas funerárias, na sua maior parte discóides.

Entre Dezembro de 1384 e Fevereiro de 1385, o mestre de Aviz pôs cerco ao castelo de Torres Vedras. Um cerco inglório, já que não conseguiu tomar a fortificação, em poder de João Duque, partidário de Castela. O mestre trouxe para Torres Vedras engenhos e trons, mandando *“que tirassem ao muro e ás torres pera as desfazer e derribar”*, bem como que fizessem uma grande cava *“afora as outras que lhe fez, a qual havia de ir sair ao adro da igreja que chamam Santa*



Maria, que é dentro no lugar, entre a vila e o castelo” (Lopes, 1977: 410-411). A atestar estes acontecimentos estão as inúmeras pedras de catapulta encontradas no castelo.

Durante o reinado de D. Manuel I, o castelo sofreu uma das suas maiores reconstruções. Algures entre 1516 e 1519 foi construído, no ponto mais elevado, o palácio que serviria de residência aos alcaides-mores. Destas obras ainda hoje se podem admirar, para além do palácio, a porta da fortaleza, com as armas manuelinas, e o tecto de abóbada artesonada, no interior do torreão.

Em Maio de 1589, o castelo foi ocupado pelas tropas de D. António, Prior do Crato, mas foi reduzido à obediência de Filipe II alguns dias depois. As muralhas terão sofrido alguma ruína entretanto pois, em 1638, voltariam a ser reparadas pelo alcaide D. João de Alarcão e Melo.

Com o terramoto de 1755, as muralhas do castelo e o Paço dos Alcaides ficaram em grande parte destruídos.

Em 1809, o castelo voltaria a ter um papel importante, ao ser integrado nas Linhas de Torres Vedras como o reduto n.º 27. Nessa ocasião, foi novamente reparado e guarnecido de peças de artilharia.



Fig. 15 – O castelo integrado nas estruturas defensivas das Linhas de Torres (Mitchell, 1818).

Nos anos que se seguiram à Guerra Peninsular, a área sepulcral em redor da igreja de Santa Maria viria a aumentar consideravelmente, sobretudo com enterramentos em valas – isoladas ou



comuns –, na sequência de vários surtos de pestes que, rapidamente, se propagaram entre a população. As pestes e a sua rápida propagação tiveram origem na má alimentação e na falta de condições sanitárias, provocadas por uma excessiva acumulação populacional, devida à política britânica de “terra queimada” e de êxodo forçado de 300.000 pessoas para o interior das Linhas de Torres.

O fim dos gloriosos tempos do castelo de Torres Vedras chegou em Dezembro de 1846, com a batalha de Torres Vedras, entre o Conde do Bonfim (que se instalou na fortaleza) e o duque de Saldanha, que bombardeou o castelo. Na manhã do dia 23 de Dezembro, o Conde do Bonfim rendeu-se, após aquele que foi o último cerco desta fortificação.

Apesar do seu estado de ruína, o castelo continuou a constituir uma reserva militar, como fortificação de campo, até finais do século XIX, tendo-lhe sido realizadas reparações regulares até 1886, altura em que perdeu definitivamente a sua importância militar.



Fig. 16 – O castelo em meados do século XIX.



4. ESTRATÉGIA E METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

A estratégia da intervenção foi ditada pelos objectivos estabelecidos para a campanha. Fundamentalmente, pretendia-se continuar a intervenção de 1988, melhorando a aparência da zona fronteira ao Palácio dos Alcaldes e valorizando-a paisagisticamente, através do rebaixamento da cota do terreno, artificialmente elevado pela sucessiva deposição de lixos, entulhos e terras.

Durante os trabalhos arqueológicos realizados em 2001 (acompanhamento arqueológico da instalação de um depósito de apoio à rega), procedeu-se à digitalização de antigos levantamentos topográficos, tanto da área já escavada da necrópole, como da totalidade da área intra-muralhas, com vista à criação de uma planta topográfica geral do castelo, em formato digital, e à criação de uma malha quadrangular para todo o castelo. Tal permitiria que qualquer nova intervenção fosse devidamente integrada e registada numa malha arqueológica comum.

Não obstante os esforços de harmonização, a nova grelha quadrangular viria a apresentar algumas diferenças, relativamente à quadrangulação em vigor antes de 2001. A não manutenção, no terreno, de marcações permanentes da quadrícula ou de pontos de referência, e o elevado nível de erosão dos cortes ainda existentes, obrigaram ao estabelecimento de uma grelha por aproximação. Se esta se mantinha muito aproximada na área da necrópole, zona a partir da qual foi estabelecida, a sua transposição para a área do Palácio dos Alcaldes, com base no prolongamento dos respectivos eixos ortogonais, causou distorções mais consideráveis. No entanto, ao longo dos trabalhos, manteve-se uma continuidade nas referências às quadrículas estabelecidas na escavação anterior, ainda que as suas representações gráficas pudessem apresentar orientações ligeiramente diferentes.

Assim, no início da intervenção, a equipa de topografia procedeu à materialização, no terreno, da grelha quadrangular digitalmente estabelecida, implantando, na zona em causa, quadrículas de 2,5m x 2,5m, com recurso a uma estação total Geodimeter. Por uma questão estratégica e de coerência da escavação, mantiveram-se as dimensões da quadrícula, estabelecidas em 1983, de acordo com o método de Wheeler. Ao eixo horizontal corresponde uma ordenação alfabética, de acordo com o alfabeto latino básico (português), com um incremento de poente para nascente; e ao eixo vertical corresponde uma ordenação numérica, com um incremento de Sul para Norte.



Castelo de Torres Vedras
2003
Implantação da malha quadricular

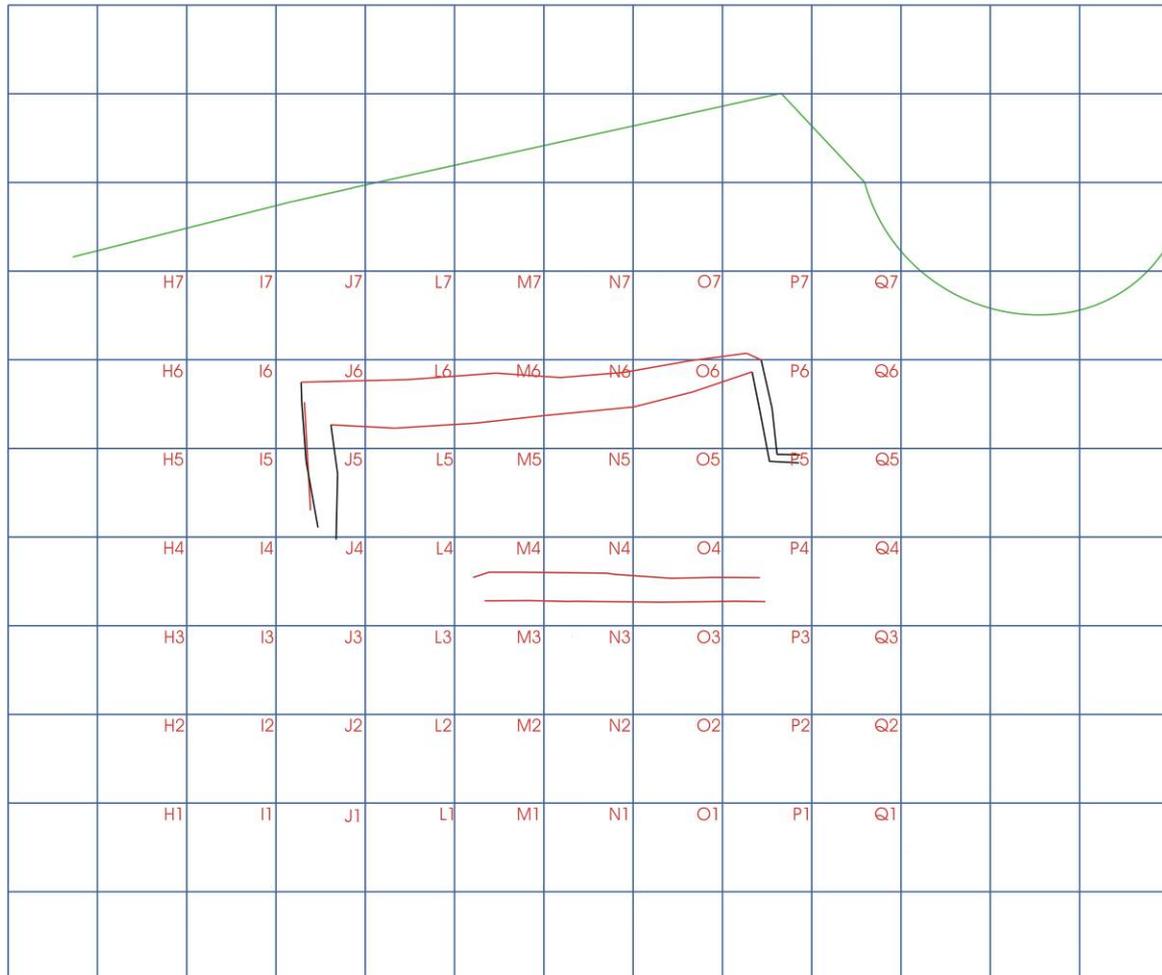


Fig. 17 – Implantação da malha quadricular, junto ao Palácio dos Alcaides.

Foi ainda estabelecido um ponto de cota zero, para a obtenção de cotas altimétricas, com referência ao nível do mar, baseado e marcado na soleira da porta do Palácio dos Alcaides, cuja altitude se situava nos 72,34m. No local permaneceu sempre o nível óptico do Museu Municipal, sendo feitos registos altimétricos diários da zona escavada.

A intervenção foi feita em área, sendo delimitada, a Norte, pelos vestígios da barbacã de defesa do Palácio dos Alcaides; a poente, por um antigo muro, cuja função parece relacionar-se com a contenção de terras (Muro 1); e a Sul e nascente, pela calçada que dá acesso ao Palácio dos Alcaides.

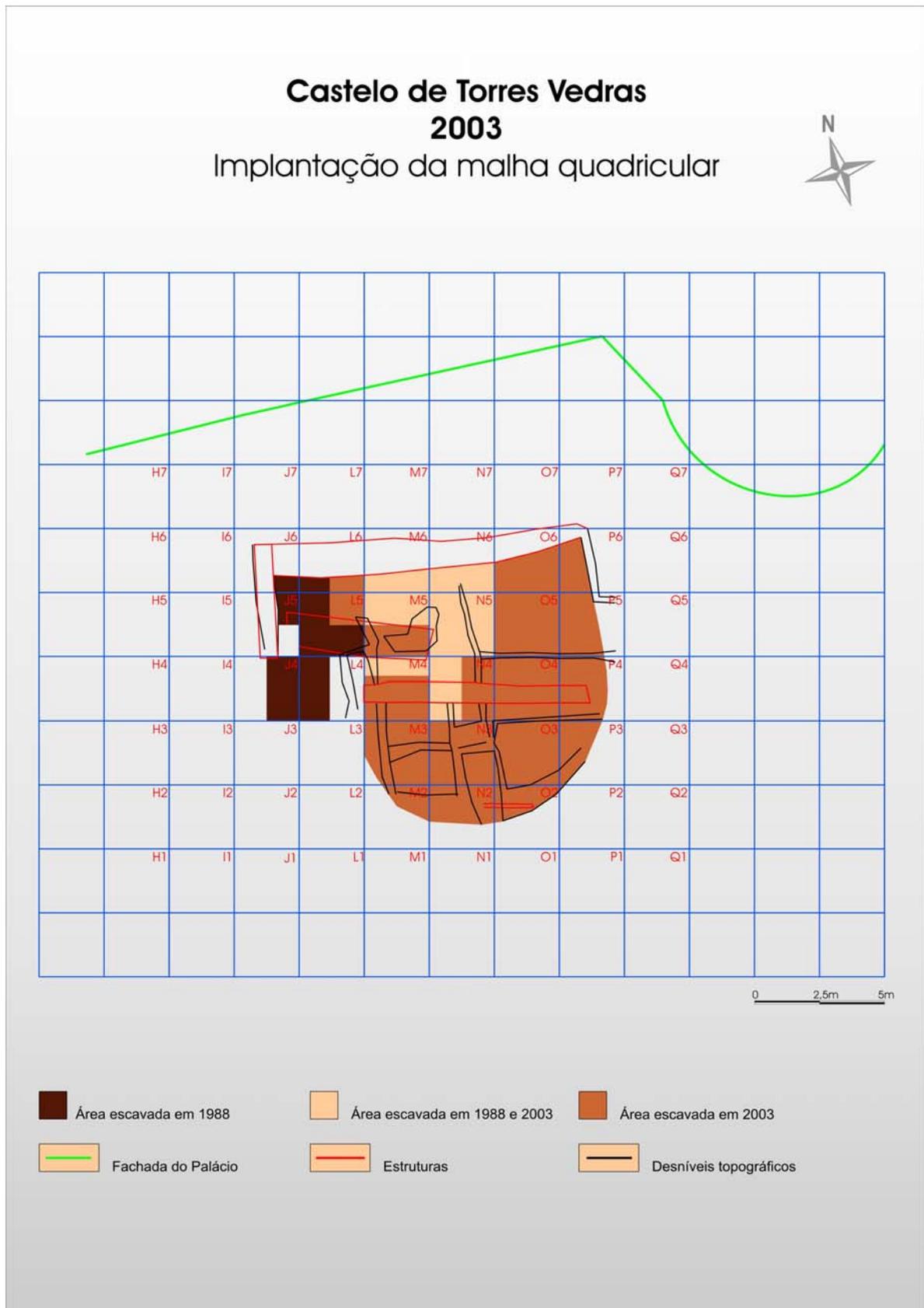


Fig. 17-A – Implantação da malha quadricular, junto ao Palácio dos Alcaldes.



Para uma mais fácil gestão do quotidiano dos trabalhos, estabeleceu-se um zonamento em três áreas distintas (poente, Sul e nascente), de acordo com a planta da fig. 18.

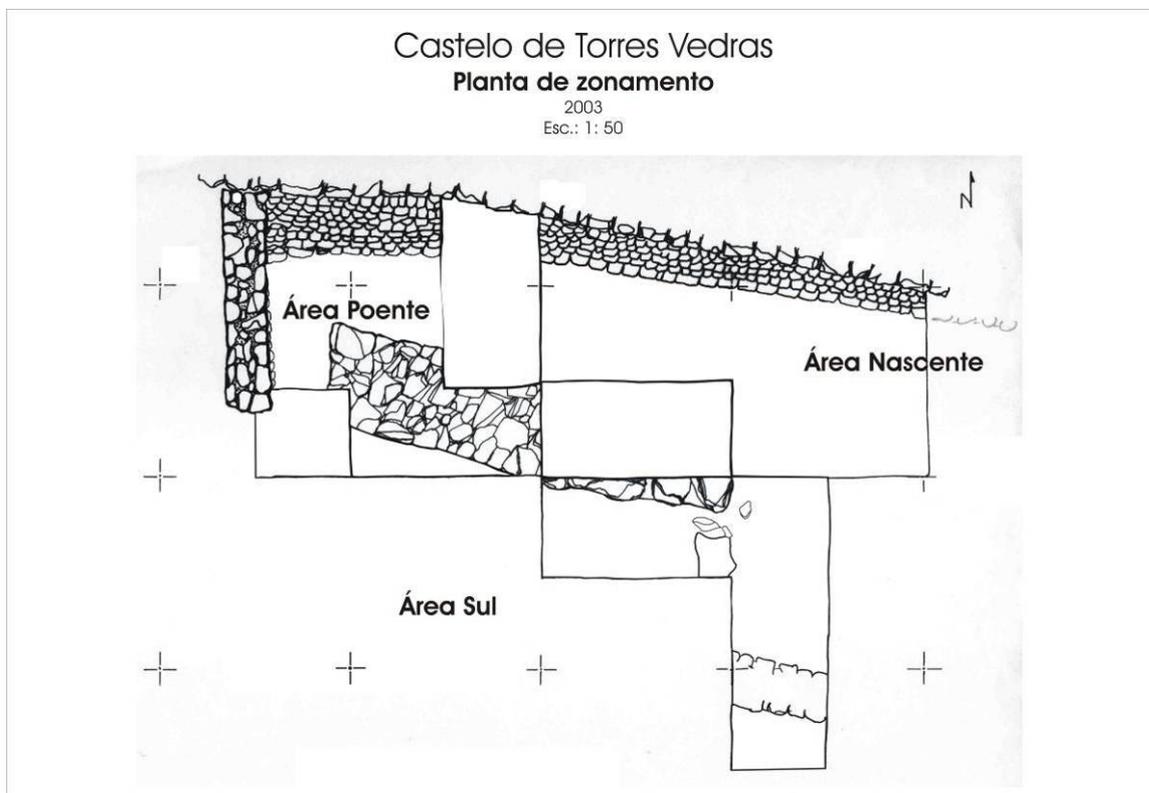


Fig. 18 – Planta de zonamento.

Os trabalhos de escavação foram integralmente realizados de forma manual e a estratigrafia foi identificada, caracterizada e registada de acordo com as camadas naturais que se foram apresentando, no decurso dos trabalhos. As camadas foram levantadas pela ordem inversa à da sua deposição no terreno e, à excepção de algumas zonas superficiais, os sedimentos levantados foram sistematicamente sujeitos a crivagem a seco, com especial rigor no estrato correspondente à lixeira.

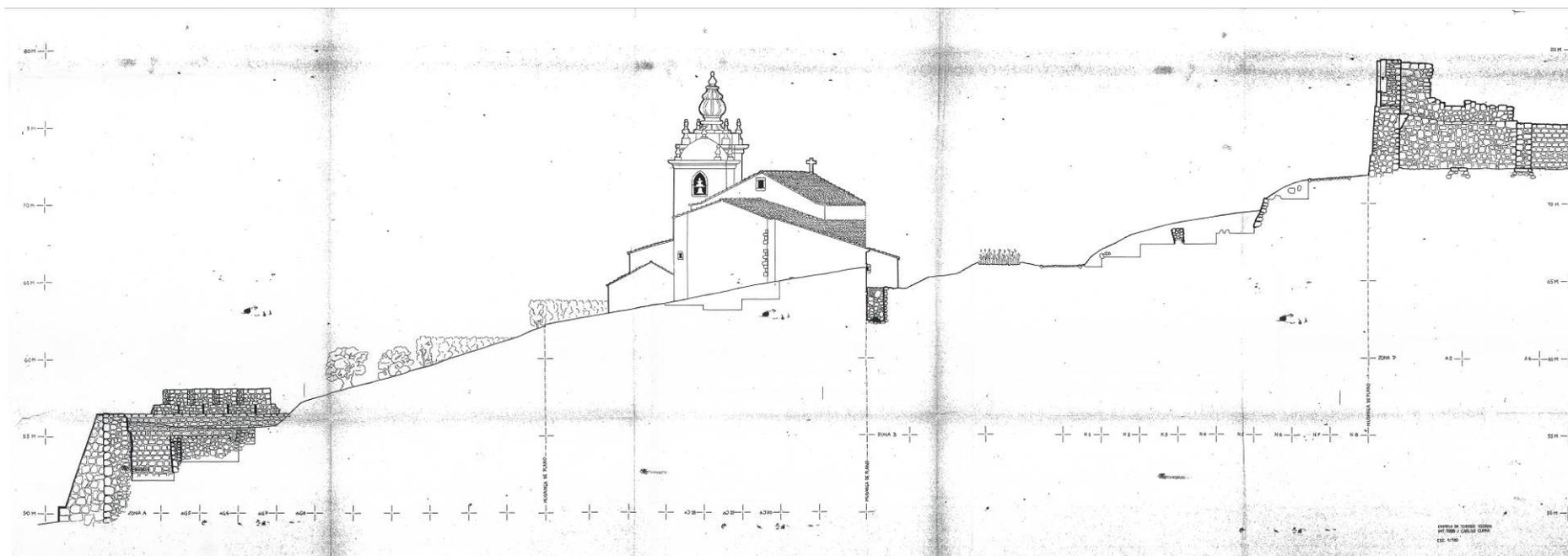


Fig. 19 – Integração da zona do Palácio dos Alcaldes (à direita), na estrutura geral de quadriculagem da área Sul do castelo.



Figs. 20 e 21 – Crivagem de terras.

O desenvolvimento da escavação foi acompanhado de um registo fotográfico diário.

Procedeu-se ao desenho dos perfis dos testemunhos mantidos nas zonas de maior abrangência estratigráfica, à escala 1: 20. Registaram-se ainda, em planta, os estratos com relevância arqueológica ou estruturas significativas, também à escala 1: 20.

Todos os materiais recolhidos foram referenciados à quadrícula de origem e à camada de onde provinham, sendo separados por data de recolha, de forma a permitir qualquer esclarecimento suplementar, durante a fase de elaboração do relatório, por referência ao caderno de campo.

O espólio recolhido foi depositado na reserva arqueológica do Museu Municipal Leonel Trindade.



5. CONDIÇÃO DO SÍTIO ANTES DO INÍCIO DOS TRABALHOS

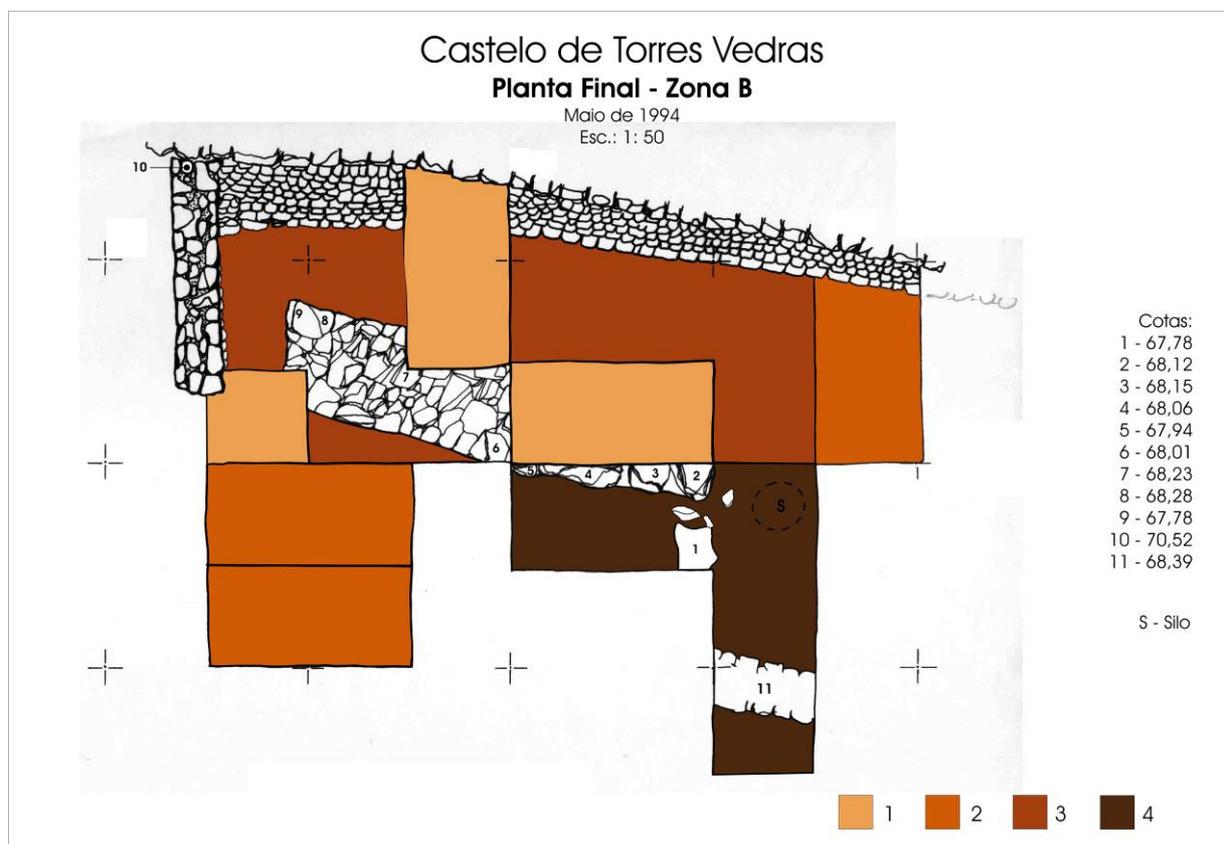


Fig. 22 – Planta hipsométrica da escavação de 1988.

A planta final da campanha de 1988, desenhada em 1994, menciona a situação em que ficou cada secção das diferentes quadrículas da área de intervenção, uma vez que foram deixados importantes testemunhos para a obtenção de perfis estratigráficos. A legenda dessa planta é a seguinte:

- 1 – Secções não escavadas.
- 2 – Secções só parcialmente escavadas em profundidade.
- 3 – Secções escavadas até ao piso de deposição da lixeira dos séculos XVI/XVII.
- 4 – Secções escavadas abaixo do piso de deposição da lixeira dos séculos XVI/XVII.



Antes do início dos trabalhos arqueológicos foi removida a camada de leca que cobria a tela geotêxtil colocada sobre as anteriores sondagens e que, pela sua dispersão, dava à zona um aspecto descuidado.

Os planos e perfis resultantes da anterior campanha apresentavam elevadíssimos níveis de erosão, naturais ao fim de 15 anos de interregno. Tal implicou que os trabalhos se iniciassem pelo alinhamento de todos os perfis anteriores.



Figs. 23 e 24 – Vistas do local, prévias ao início dos trabalhos.



Figs. 25 e 26 – Início dos trabalhos arqueológicos, vendo-se o nível de erosão apresentado pelos planos e perfis.



6. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS: ESTRATIGRAFIA E ESTRUTURAS

No primeiro dia, foi feita uma recepção aos elementos da equipa, na qual os directores da campanha fizeram uma introdução à história e à arqueologia do castelo, transmitido, também, todas as informações sobre o projecto de escavação, as metodologias a utilizar e as informações logísticas necessárias.

A área de escavação abrange o espaço fronteiro à fachada principal do Palácio dos Alcaides – anteriormente ajardinado –, a uma cota significativamente inferior e com as delimitações já referidas.

Os trabalhos tiveram início com o levantamento fotográfico do local, a que se seguiu a limpeza do campo, retirando-se as camadas de lixo, entulho e húmus acumuladas desde 1988. As primeiras acções consistiram no acerto dos perfis e no nivelamento dos planos da campanha anterior, antes do início do rebaixamento do terreno.

As zonas escavadas são referenciadas pelos perfis que lhe ficam próximo e que estabelecem a sua estratigrafia. Atendendo ao facto de praticamente todos os perfis registados nos trabalhos de 2003 terem sido abertos na campanha anterior, utilizou-se, como referência para a sua identificação, a planta realizada em 1994.

6.1 – PERFIL M5



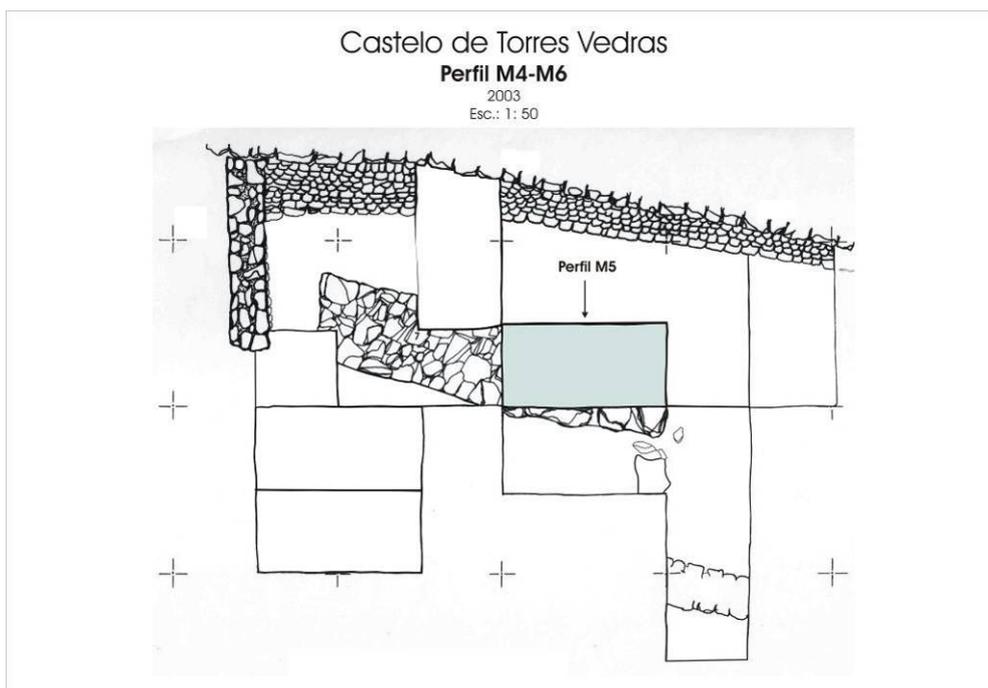
Figs. 27 e 28 – Acerto do perfil Sul em M5.



Acertou-se o perfil Sul da quadrícula M5, que foi posteriormente desenhado.

Foi também acertado o plano do terreno, alinhado pelo que, até ao momento, se pensa dever ser a base de assentamento da barbacã.

Depois de desenhado o perfil, procedeu-se ao desmonte do testemunho, camada a camada.



Figs. 29 e 30 – Desmontagem do testemunho e achado de ceitil de D. João III.

Na camada 2, correspondente à lixeira – uma terra muito negra, com muitas cinzas e carvões –, recolheram-se grandes quantidades de material cerâmico e, também, alguns metais e restos faunísticos, maioritariamente compostos por ossos de animais. Aí se encontrou um numisma, um ceitil de cobre de D. João III, datado de entre 1521 e 1557.



Figs. 31 e 32 – Desmontagem do testemunho, vendo-se a camada de ortostatos na sua base.

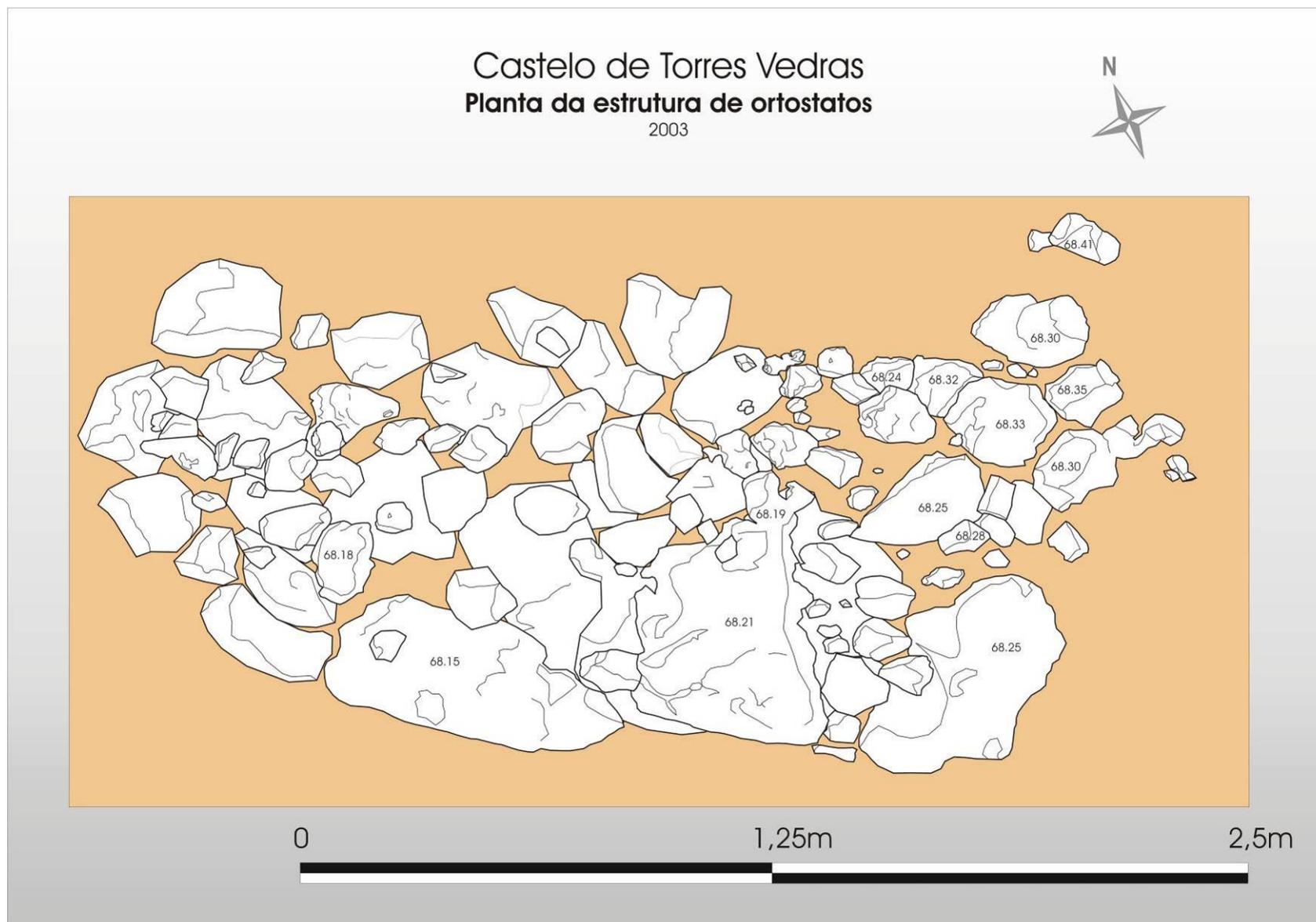
Abaixo do nível da lixeira identificou-se um estrato caracterizado por terra castanha escura com intercalações de um areão avermelhado, quase que formando pequenas bolsas, à cota de 68,79m. Nesta terra recolheram-se muitos materiais cerâmicos e metálicos.

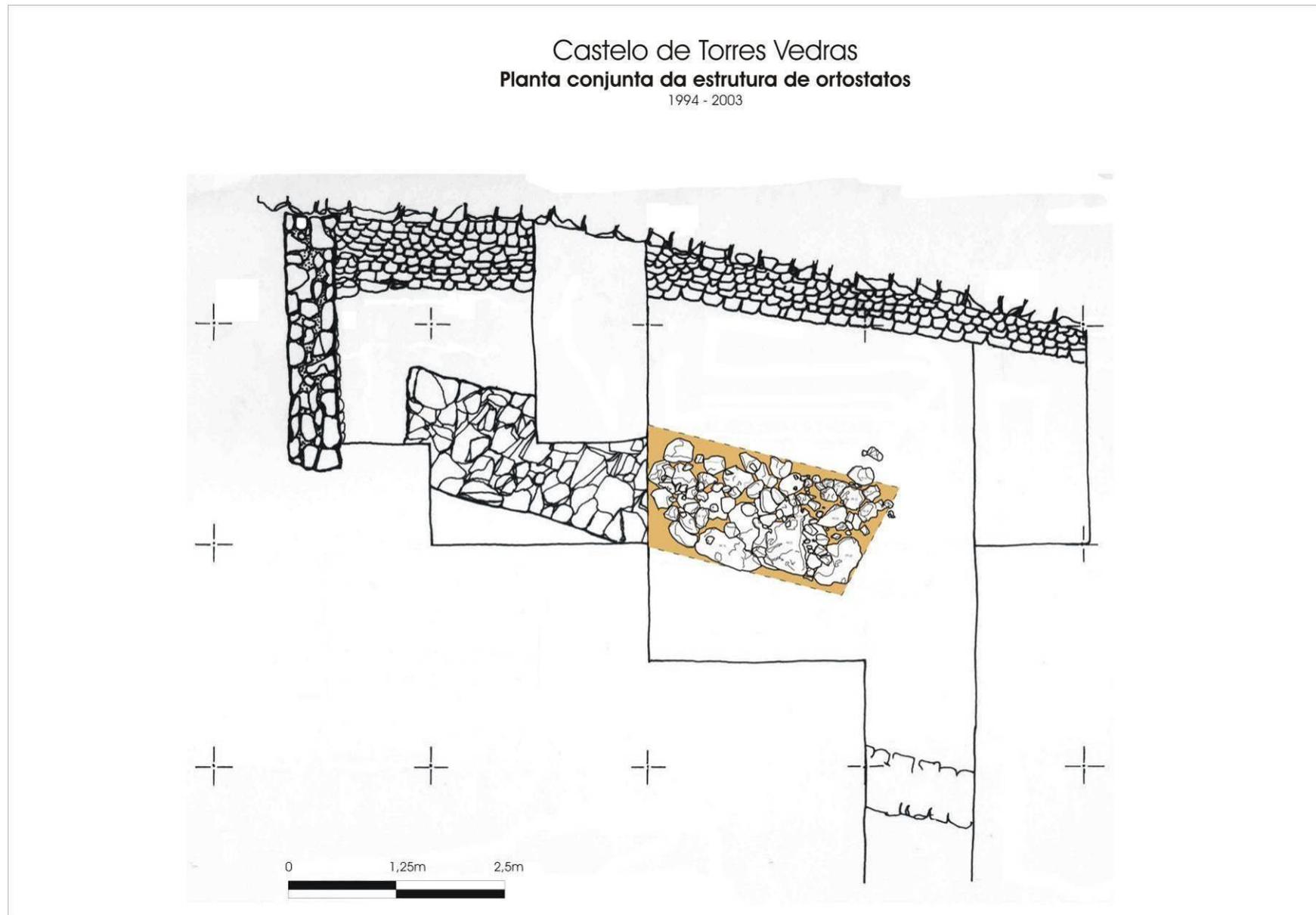
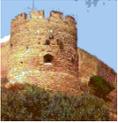
Na face nascente do testemunho observaram-se intrusões de materiais contemporâneos, como plásticos, devido a escorrimentos.

Sob a camada 3 detectou-se uma estrutura formada por grandes blocos de pedra não aparelhada, toscamente talhados a partir do substrato rochoso local, designada por estrutura de ortostatos, que havia já sido identificada e registada na campanha anterior. As pedras foram delimitadas e limpas, revelando uma organização sub-rectangular, que poderá corresponder aos alicerces de uma estrutura construtiva não identificada. Durante a delimitação das pedras, no quadrado O5, foi possível observar que a argila esverdeada se encontrava sobreposta a uma camada de terra castanha escura, húmida, na qual apenas foram recolhidos raros materiais arqueológicos.



Figs. 33 e 34 – Estrutura de ortostatos, vista no testemunho e após escavação.







ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Nível de depósito de entulhos de materiais de construção, com muita argamassa, calça, pedras e cerâmica, maioritariamente de construção. Apresenta alguns ossos e fauna malacológica. Tem cerca de 15 cm de espessura e corresponde à camada 1 dos perfis M4-M6 e O6.
- **Camada 2** – Camada de terra humosa de cor negra acinzentada, solta, com muitos carvões, pedras de média a pequena dimensão, cerâmica de construção, muita cerâmica comum, ossos e fauna malacológica. Corresponde ao nível da lixeira.
- **Camada 3** – Nível de terras argilosas, muito compactadas, de cor castanha-escura. Camada de assentamento de piso. Corresponde à camada 6 do perfil M4-M6, embora a sua cor apresente uma tonalidade ligeiramente mais escura. A sua superfície encontrava-se à cota de 68,68m. A zona alaranjada refere-se à intercalação do estrato de areão ou saibro avermelhado (camada 5 do perfil M4-M6), na sua fase de atenuação final.

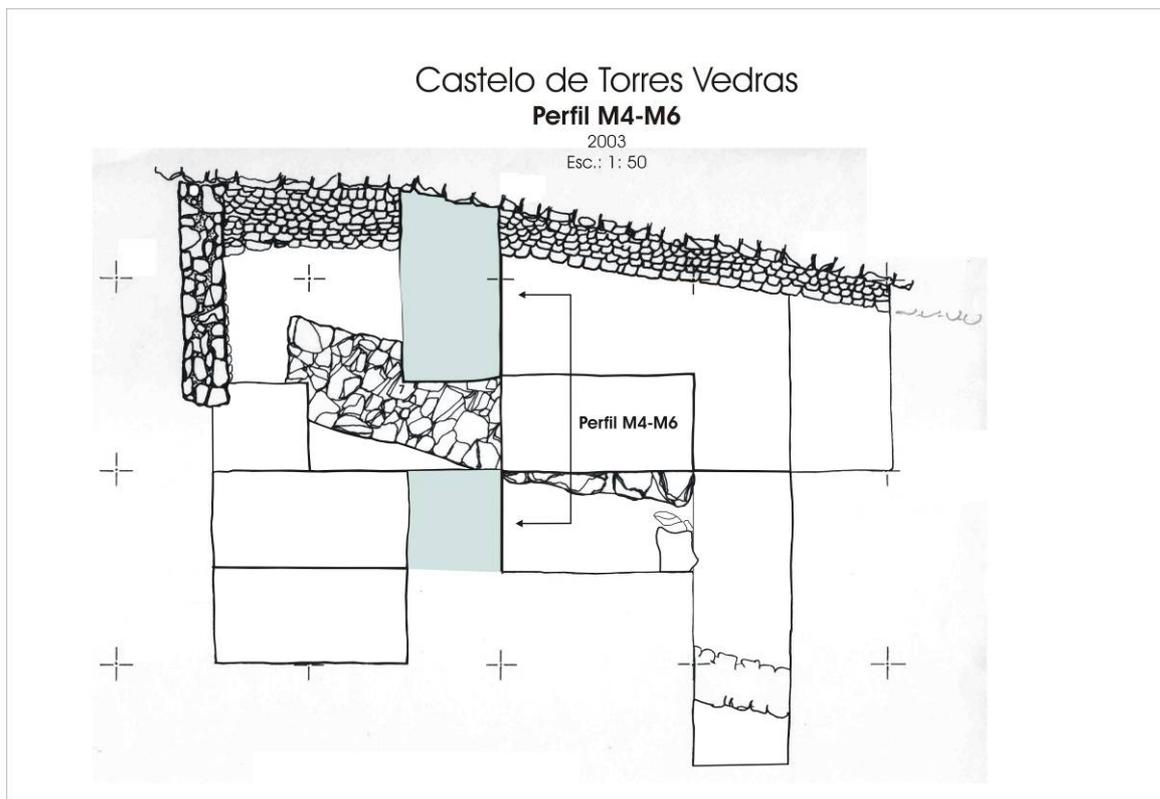
6.2 – PERFIL M4 – M6



Fig. 35 – Limpeza dos derrubes que cobrem o muro 2, junto ao perfil poente (ao fundo), no quadrado M4.



Fig. 36 – Limpeza do perfil poente, nos quadrados M5/M6 (ao fundo).



Este perfil abrange duas áreas, separadas entre si por um testemunho. Encontrava-se delimitado, a Norte, pela barbacã, e a Sul, por um muro de suporte de terras, que começou a ser posto a descoberto na campanha anterior (Muro 2).



Figs. 37 e 38 – Plano do terreno e do perfil poente (ao fundo), nos quadrados M5/M6, depois de acertados.



Na quadrícula M5, para além do perfil Sul, já referido, procedeu-se também à limpeza e acerto do perfil poente, com vista à sua preparação para a elaboração do respectivo desenho.

Depois de desenhado o perfil poente, nos quadrados M5/M6, procedeu-se à desmontagem do mesmo, camada a camada. Foi possível observar o estrato da lixeira com materiais dos séculos XVI a XVIII (camada 3) (fig. 39), onde se recolheu inúmero espólio. Atingiu-se depois o nível do antigo piso contemporâneo da barbacã (camada 6) (fig. 40), sob uma camada de saibro (camada 5), já visível no perfil (fig. 38).



Figs. 39 e 40 – Camadas correspondentes à lixeira (3) e ao piso da barbacã (5).



Figs. 41 e 42 – Camada correspondente ao piso (5).



Figs. 43 a 45 – Escavação das camadas sob o piso e aspecto final do terreno, após a escavação da totalidade do testemunho.

Para uma melhor leitura da estratigrafia local, o perfil estendeu-se à quadrícula M4, na zona contígua ao muro 2. Aqui, procedeu-se à limpeza dos derrubes e à delimitação do topo e da face Norte do muro, colocando-o totalmente à vista.



Figs. 46 e 47 – Limpeza e acerto do perfil poente, do muro e do plano do terreno, em M4.



Figs. 48 e 49 – Limpeza e acerto do muro 2, no quadrado M4.



Figs. 50 e 51 – Limpeza do muro 2 e acerto do perfil poente, no quadrado M4.



Figs. 52 e 53 – Aspecto final do muro, do plano e do perfil poente, no quadrado M4.

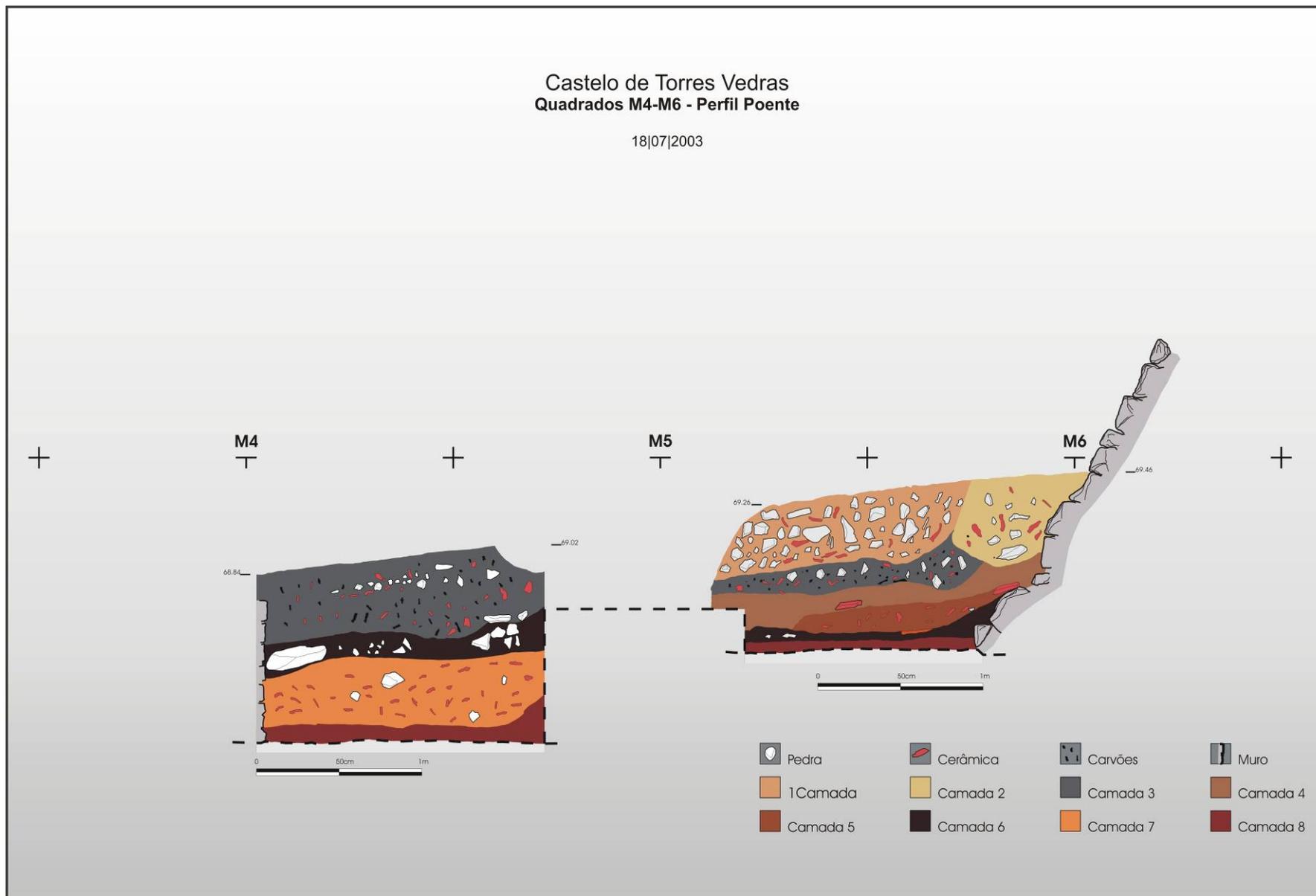
Tanto na quadrícula M4 como na quadrícula M5, os planos finais foram acertados ao nível da camada de argilas esverdeadas que constitui o terreno de implantação da barbacã e que não contém espólio arqueológico.

Durante o acerto do perfil poente, no quadrado M4, foram encontrados dois ceitis de cobre, de D. João III, datados de entre 1521 e 1557.



Castelo de Torres Vedras
Quadrados M4-M6 - Perfil Poente

18|07|2003





ESTRATIGRAFIA:

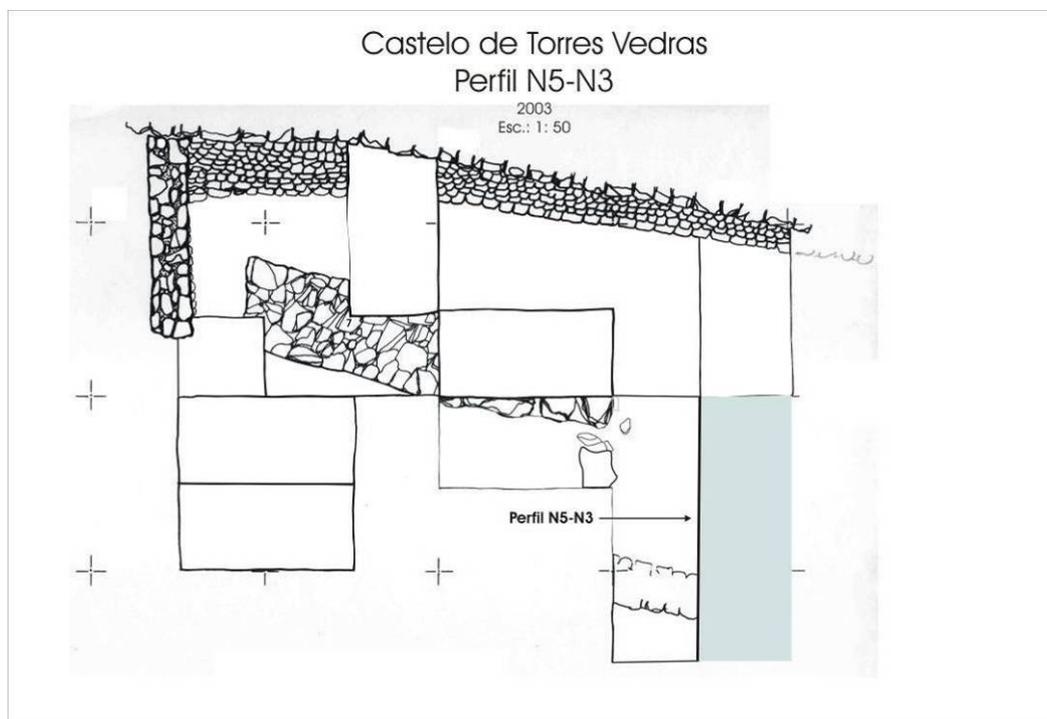
- **Camada 1** – Bolsa detrítica, constituída por grandes quantidades de argamassa e calça, materiais de construção, com muita pedra, apresentando ainda uma elevada concentração de cerâmica comum.
- **Camada 2** – Camada de terra humosa, de cor cinzenta a negra, com pequenos clastos e fragmentos cerâmicos de reduzido tamanho.
- **Camada 3** – Terra humosa, de cor negra-acinzentada, contendo fragmentos de cerâmica de construção e de cerâmica comum, ossos, fauna malacológica e uma grande quantidade de carvões. Esta camada prolonga-se para a zona Sul do perfil.
- **Camada 4** – Camada composta por terras cinzentas a bege, com fragmentos de tijoleiras e alguma cerâmica comum.
- **Camada 5** – Camada constituída por uma espécie de areão, de cor avermelhada, devido ao saibro que contém. Arenosa, integra cerâmica de construção e cerâmica comum.
- **Camada 6** – Camada de cor castanha-acinzentada, composta por terra saibrosa a argilosa, com importantes níveis lenticulares de cal ou calça no seu interior. Apresentava-se muito compactada, correspondendo a um nível de pisoteio. A zona superficial revelava-se avermelhada, pela contaminação do estrato anterior, e o grosso da camada corresponde ao terreno de assentamento do piso. Prolonga-se para a zona Sul do perfil.
- **Camada 7** – Camada que surge apenas na zona Sul do perfil, composta por terra de origem detrítica, de cor acinzentada, escura a clara. Apresentava elevadas percentagens de cerâmica de construção e de cerâmica comum.
- **Camada 8** – Nível argiloso, de cor castanha-esverdeada. Prolonga-se para a zona Sul do perfil.



6.3 – PERFIL N5 – N3

O perfil nascente N5-N3 situa-se defronte do perfil poente, abrangendo o mesmo muro 2 e transpondo-o para Sul.

Assim, na continuação da limpeza do plano dos quadrados N5/M5, procedeu-se também à limpeza e acerto do plano do quadrado N4 e do perfil nascente, para que pudesse, de seguida, ser desenhado e registado.



Figs. 54 e 55 – Início da limpeza do plano do quadrado N4 e do perfil nascente.



Figs. 56 e 57 – Acerto do perfil nascente nos quadrados N4/N5.

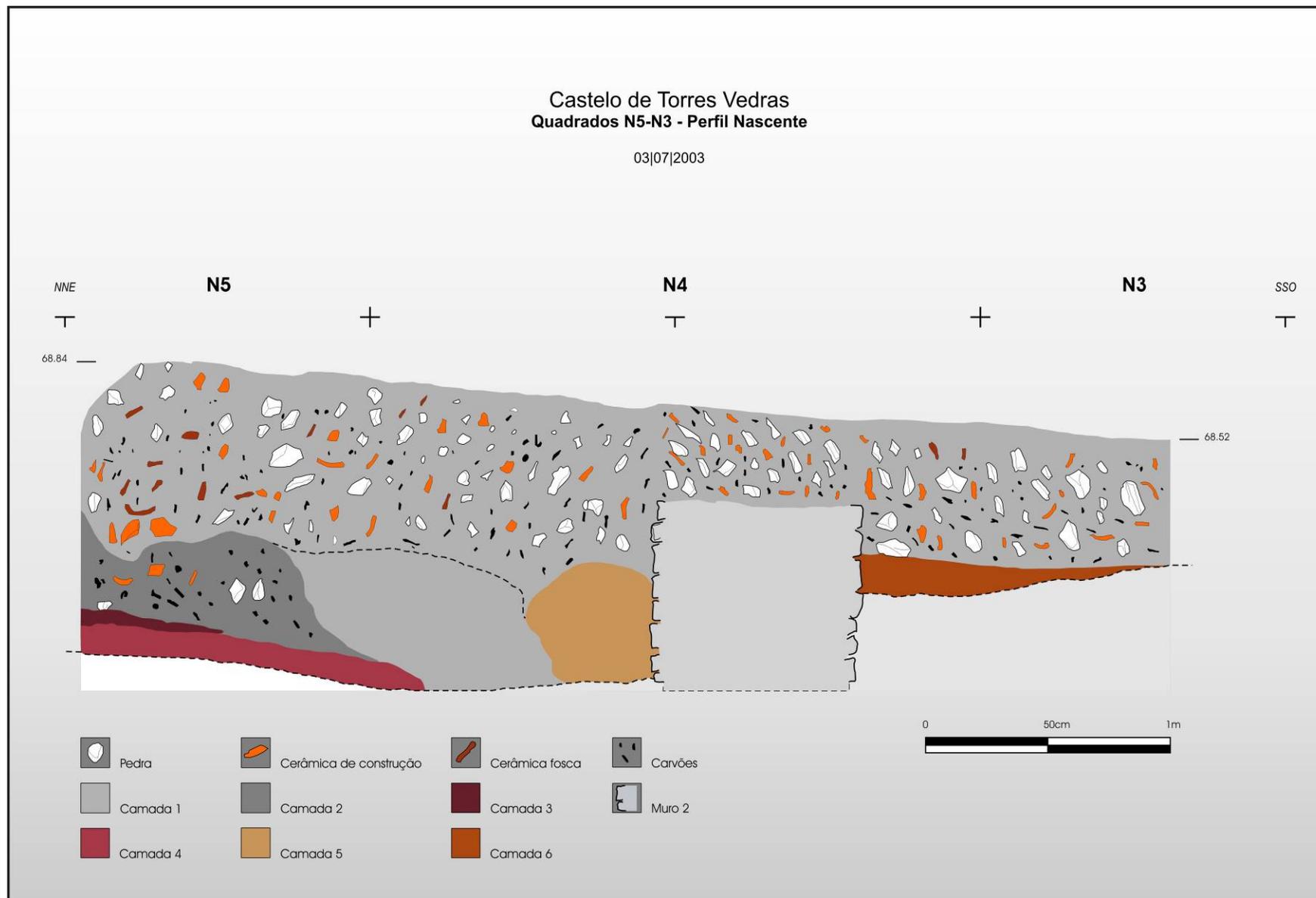


Figs. 58 e 59 – Início do desenho do perfil.

Durante o acerto do plano encontraram-se dois ceitis de cobre, de D. João III, datados de entre 1521 e 1557. Também no acerto do perfil foi encontrado um outro ceitel de cobre, de D. Afonso V, datado de entre 1438 e 1481.



Figs. 60 e 61 – Acerto final do perfil nascente, nos quadrados N4/N5.





ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Lixeira. Camada composta por terra negra-acinzentada, com muitos carvões e alguma calíça. Contém também intercalações do estrato superior e clastos de pequeno tamanho. Apresenta abundantes materiais, designadamente ossos, cerâmica de construção e cerâmica comum. Este nível de terra prolonga-se para Sul, sobrepondo-se ao muro de suporte de terras e transpondo-o. As terras da zona superior da camada apresentam-se mais soltas e as da zona inferior mais compactadas. Corresponde à camada 2 do perfil O6. Numa intercalação inferior, apresenta-se com as mesmas características, embora com concentrações incomparavelmente menores de pedras e de materiais arqueológicos.
- **Camada 2** – Camada composta por terras castanhas, muito idênticas às da camada anterior. Poderão constituir um remeximento ou incorporação do estrato superior. Contém muitos carvões, cerâmica de construção e cerâmica comum.
- **Camada 3** – Nível de areão avermelhado, com restos de argamassa. Equivalente à camada 5 do perfil M4-M6.
- **Camada 4** – Piso. Nível de terra argilosa, muito compactada, de superfície avermelhada e corpo acinzentado, localizada sob a lixeira, correspondendo a uma antiga zona de pisoteio. Apresenta intercalações de calíça e argamassa, contendo mesmo alguns nódulos.
- **Camada 5** – Bolsa encostada ao muro de contenção de terras, formada por terra argilosa, de cor castanha-clara a bege. Apresenta clastos pequenos, cerâmica de construção, cerâmica comum e ossos. As suas características são idênticas às da camada 1, embora se distinga pela cor e pela menor concentração de materiais. Deverá corresponder a uma deposição específica de terras, integrada na lixeira.
- **Camada 6** – Nível de argilas, contendo materiais.



6.4 – Área a Sul do muro 2



Fig. 62 – Demarcação da área a Sul do Muro 2 (a vermelho). A preto, os desníveis topográficos.

Esta área abrange os quadrados M2/M4 – P3/P4. Na fig. 62 pode ver-se, nos quadrados N2 e N3, a vala de sondagem Norte-Sul, aberta na escavação de 1988.



Figs. 63 e 64 – Início da limpeza do muro 2 e do enchimento de leca da vala de sondagem.

Os trabalhos tiveram início com a limpeza, em área, da superfície do terreno e a decapagem da camada superficial dos quadrados M3/M4, até à face Sul do muro. Paralelamente, foi necessário



retirar o grande volume de leca que cobria a vala de sondagem, o que só foi possível com a ajuda de um tractor e atrelado dos serviços municipais.



Figs. 65 e 66 – O quadrado M3 após a limpeza do terreno.

A camada inicial apresentava terra muito humosa e abundantes lixos contemporâneos.

Depois de limpo o terreno no talude sul da área de intervenção, continuou a escavar-se em profundidade e em área, alargando-se a escavação para Sul e nascente, tendo por limites o muro 2 e o caminho.



Figs. 67 e 68 – Limpeza e escavação da vala de sondagem.

A nascente da vala de sondagem, a camada 2 revelou uma grande quantidade de materiais, mas ainda misturados com objectos do século XX, como pilhas, peças de porcelana de postes telefónicos, plástico, etc.



No estrato seguinte (3) começaram a surgir muitas pedras, muitos fragmentos de telhas e tijolos e nódulos de argamassa.

Na camada 3 do quadrado O3 foi recolhido um Real de cobre de D. Sebastião, datado de entre 1557 e 1578. No entanto, os estratos estavam de tal forma contaminados com lixos contemporâneos, em virtude das acções de tratamento do coberto vegetal que, na camada 4, já quase no final dos trabalhos, ainda foi encontrada uma moeda de 2\$50, datada de 1971.



Fig. 69 - Área a Sul do muro após a limpeza do terreno.



Fig. 70 - Rebaixamento do quadrado M3, até atingir o nível da vala de sondagem.



Figs. 71 e 72 - Evolução dos trabalhos na zona Sul da escavação.



Atendendo ao desnível do terreno, nem todos os quadrados apresentam a totalidade dos estratos. O mesmo desnível fez com que, por exemplo, na zona nascente, apenas tenha sido colocado à vista o topo do muro 2, para evitar escavar o terreno a uma cota inferior à do caminho de acesso ao Palácio dos Alcaides. Pela mesma razão, os quadrados foram rebaixados em patamares, para modelar o terreno de uma forma suave, numa integração com o espaço envolvente, tão harmoniosa quanto possível.



Figs. 73 e 74 – Perfil poente do quadrado M3, junto ao muro 2.

No último dia da escavação surgiu, no quadrado O2, um pequeno conjunto de pedras de média dimensão, dispostas em duas filas paralelas, com o que parece ser uma laje de cobertura. Da eventual estrutura apenas se conseguia observar o topo das pedras, uma vez que estava a uma cota que acabou por não ser escavada. É possível que se trate de uma sepultura, situação que só poderá ser avaliada numa próxima escavação.



Fig. 75 – A estrutura de pedras do quadrado O2, vendo-se apenas o topo das pedras.



Passados já uns anos, a estrutura apresenta-se mais destacada, em virtude da erosão do terreno, uma vez que se situa numa zona com uma inclinação significativa.



Fig. 76 – A mesma estrutura no início de 2009.

Na camada 2 do quadrado P4, foi recolhido um Meio Tostão de prata, de D. João V, datado de entre 1706 e 1750.

Na camada 3 do mesmo quadrado, a norte do muro 2 e a sul do perfil P5-O5, surgiu um pequeno conjunto de pedras de média dimensão, resultante, muito provavelmente, de um derrube daquele muro. Este conjunto de pedras foi delimitado, colocado à vista e desenhado. Nesta camada recolheram-se muitos materiais arqueológicos, como cerâmica, vidros, escórias e material osteológico, bem como diverso material de construção (tijolo, telha) e algumas pedras.



Figs. 77 e 78 – Delimitação das pedras procedentes do derrube no quadrado P4.



Figs. 79 e 80 – Derrube no quadrado P4 e vista final da área intervencionada.

Por se ter esgotado, entretanto, o período de tempo estabelecido para a realização da intervenção, não foi possível proceder à limpeza e escavação total da zona correspondente à vala de sondagem, aberta na campanha de 1988.

ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – A camada superficial era composta por terra castanha, bastante solta, onde abundavam fragmentos de cerâmica, ossos, muitas pedras pequenas e inúmeros lixos contemporâneos.
- **Camada 2** – A segunda camada constituía-se por terra castanha escura, compacta e húmida. A cerca de 20cm de profundidade, existia uma intercalação com um estrato de terra negra, com restos de cinzas e carvões, com cerca de 10cm de espessura, onde não foram detectados materiais arqueológicos.
- **Camada 3** – Compunha-se de terra castanha escura, solta, com muitos materiais arqueológicos (cerâmica, ossos), algumas pedras de pequena dimensão e muitos seixos de rio (cascalho).

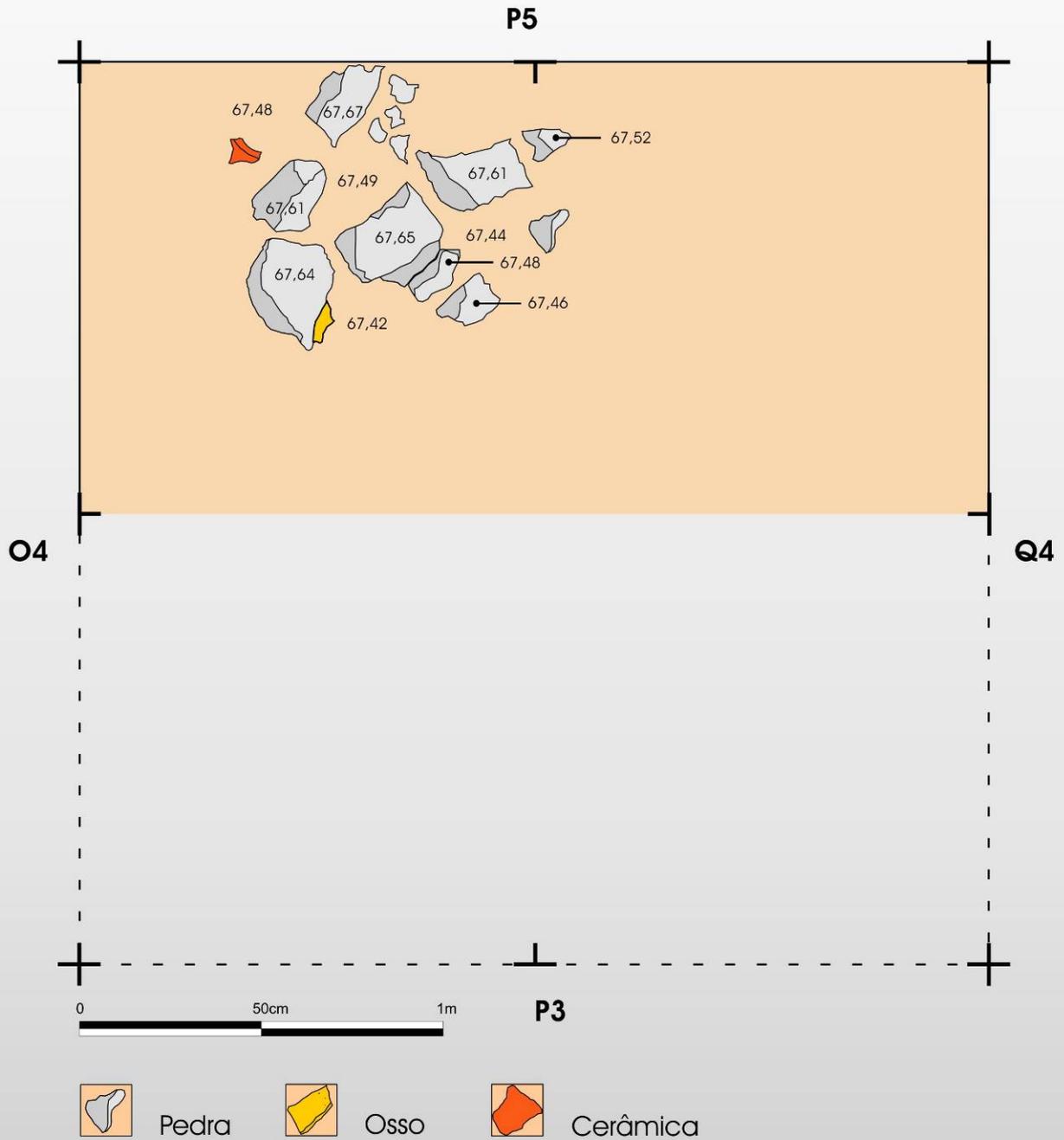


- **Camada 4** – Camada detrítica, composta por terra argilosa, húmida, bastante friável, de coloração negro acinzentada, com grandes quantidades de restos faunísticos, nomeadamente ossos de vertebrados de grande porte, como bovídeos, e de caprídeos. A fauna malacológica é em menor quantidade, mas encontram-se algumas conchas de berbigão e de ostras e algumas espinhas de peixe. Também se exumaram bastantes materiais cerâmicos, como cerâmica de construção e, especialmente, fragmentos de cerâmica fosca, de barro vermelho e alaranjado. A cerâmica vidrada é rara. Realça-se um fragmento de cerâmica empedrada barroca. Nesta camada exumaram-se quatro ceitis de cobre: um de D. Afonso V, um de D. João II e outro dois de D. João III, datados, respectivamente, entre 1438-1481, 1481-1495 e 1521-1557.
- **Camada 5** – Nível de margas de cor amarela-acastanhada, de forte compacticidade. Foram encontrados alguns carvões, bem como restos cerâmicos e osteológicos, embora em menor quantidade, comparativamente com a camada precedente. Predominam os fragmentos de cerâmica fosca e de construção, nomeadamente telhas e tijoleiras.



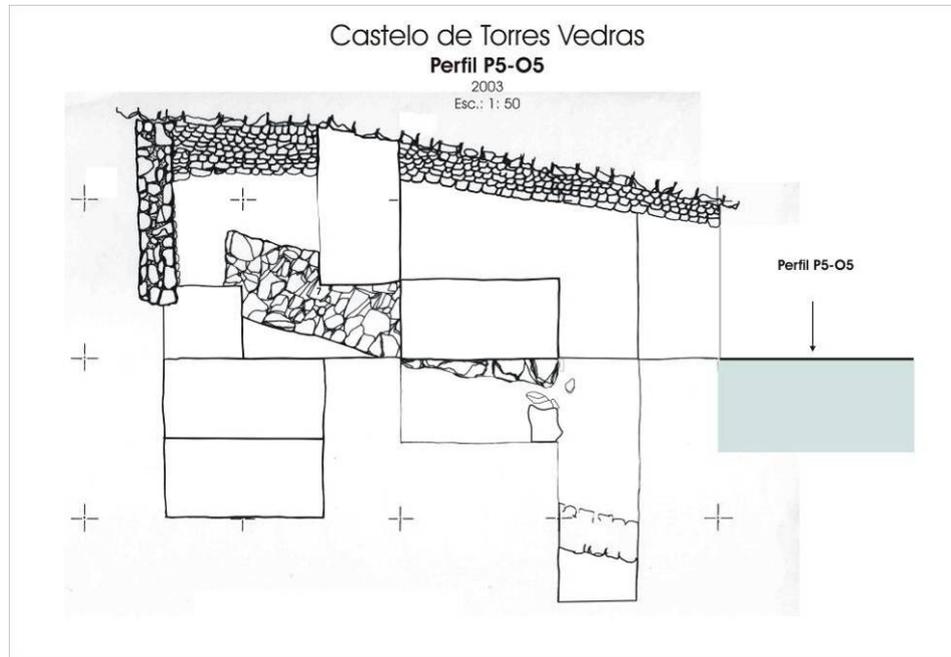
Castelo de Torres Vedras Quadrado P4 - Planta do derrube

22|07|2003





6.5 – PERFIL P5 – O5



A zona abrangida pelos quadrados O5/O6 e P5/P6, não tinha ainda sido escavada anteriormente. Assim, iniciou-se a decapagem do terreno, camada a camada, deixando-se do lado poente um testemunho, que viria a constituir o perfil O6, e do lado Sul um outro, que constituiria o perfil P5-O5.



Figs. 81 e 82 – Início da escavação dos quadrados O5/O6, vendo-se, à esquerda, o testemunho deixado, a que corresponde o perfil O6, visível na fotografia da direita.



Figs. 83 e 84 – Evolução dos trabalhos nos quadrados O5-O6.

O topo da camada inicial, que foi limpo para a preparação do terreno, era constituído por terra castanha, muito solta, com entulhos de construção, lixos contemporâneos, material cerâmico e ossos. Recolheu-se uma moeda de 20 centavos, de 1972.



Figs. 85 e 86 – Intercalações de areia amarela e restos de argamassa.

Na camada 1 detectou-se um nível de entulho/enchimento, com intercalações de areia amarela (figs. 85 a 87), restos de argamassa e materiais de construção, à mistura com espólio dos séculos XVII e XVIII.

Na camada 2, correspondente à lixeira, constituída por terra negra, com restos de carvões e cinzas, recolheram-se muitos materiais arqueológicos, como ossos, cerâmica – predominando a cerâmica fosca sobre a vidrada –, metais, vidros e muita fauna mamalógica e malacológica



(destacando-se as conchas de ostra), que se encontravam misturados com muitas pedras de pequena dimensão, restos de argamassa e fragmentos de telhas.



Figs. 87 e 88 – Evolução dos trabalhos.

A camada 3 era uma grande bolsa, formada por terra castanha escura, situada no canto sudeste da zona escavada, cujo topo estava a uma cota de 69,08m.



Figs. 89 e 90 – Bolsa com terras castanhas (camada 3).

Entre as camadas 1 e 2, na zona nascente, detectou-se uma quarta camada, constituída por uma grande quantidade de pedras de média e pequena dimensão, que corresponderão a um derrube do material de enchimento interno da barbacã. As pedras foram limpas e delimitadas e o derrube desenhado em plano.



Quer este derrube, quer as intercalações de areias e argamassas, já patentes na camada 1, concentravam-se, fundamentalmente, no limite nascente da barbacã, vindo a desaparecer gradualmente para poente, a ponto de já não surgirem no perfil O6.



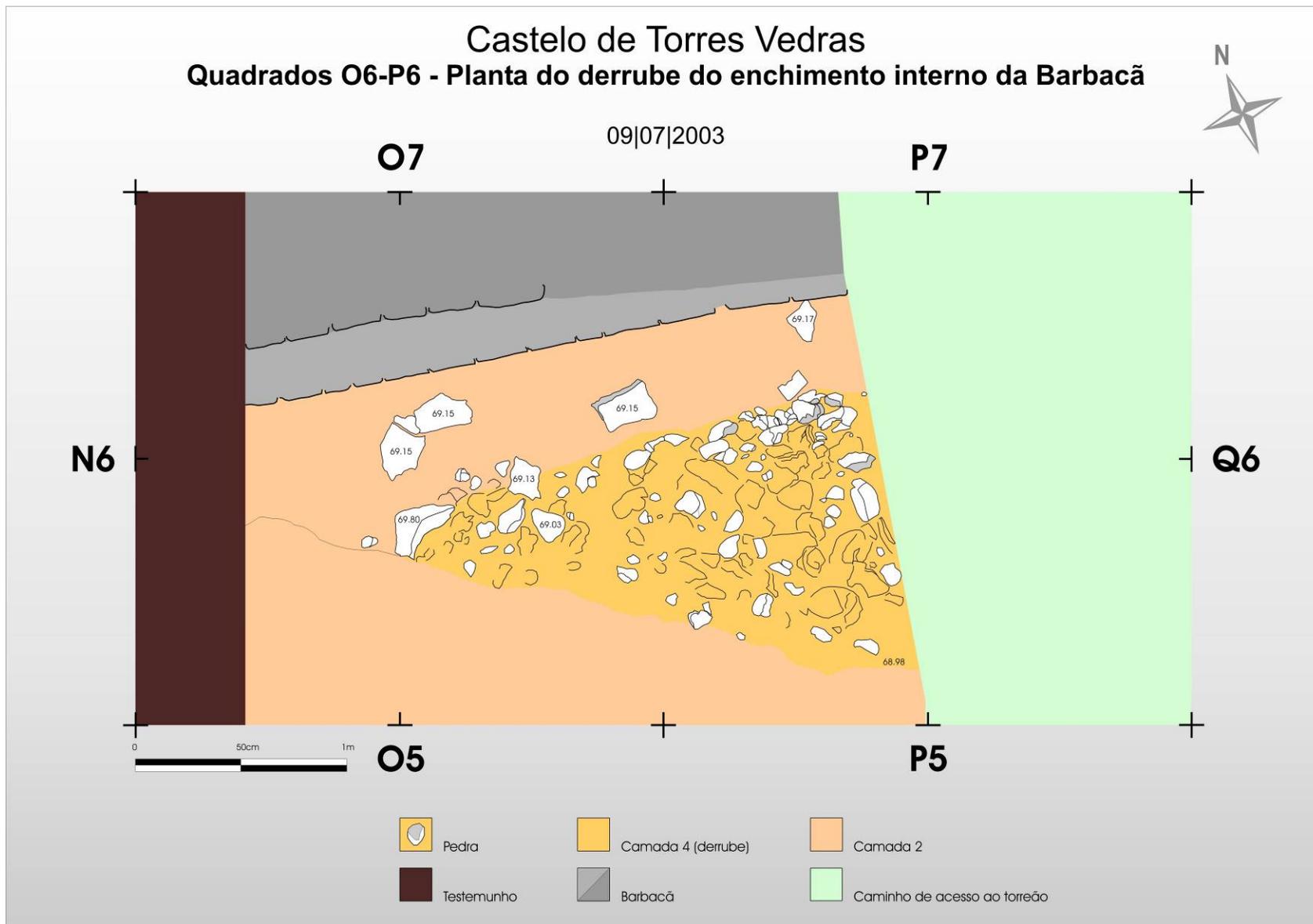
Figs. 91 e 92 – Derrube do interior da barbacã (camada 4) e da silharia exterior.

Sob o derrube detectou-se, no limite nordeste da escavação, um conjunto de pedras de grande dimensão, claramente pertencentes à silharia da barbacã, que terá sido a primeira parte a cair, previamente ao enchimento. Juntamente com estas pedras encontravam-se, também, blocos de argamassa e fragmentos de telhas, provenientes do enchimento. Estas pedras foram delimitadas, fotografadas e desenhadas.

O estrato sobre o qual assentavam as pedras provenientes do derrube da silharia da barbacã era o piso argamassado, já identificado noutras zonas.



Figs. 93 e 94 – Perfil P5-O5 antes e durante a desmontagem.





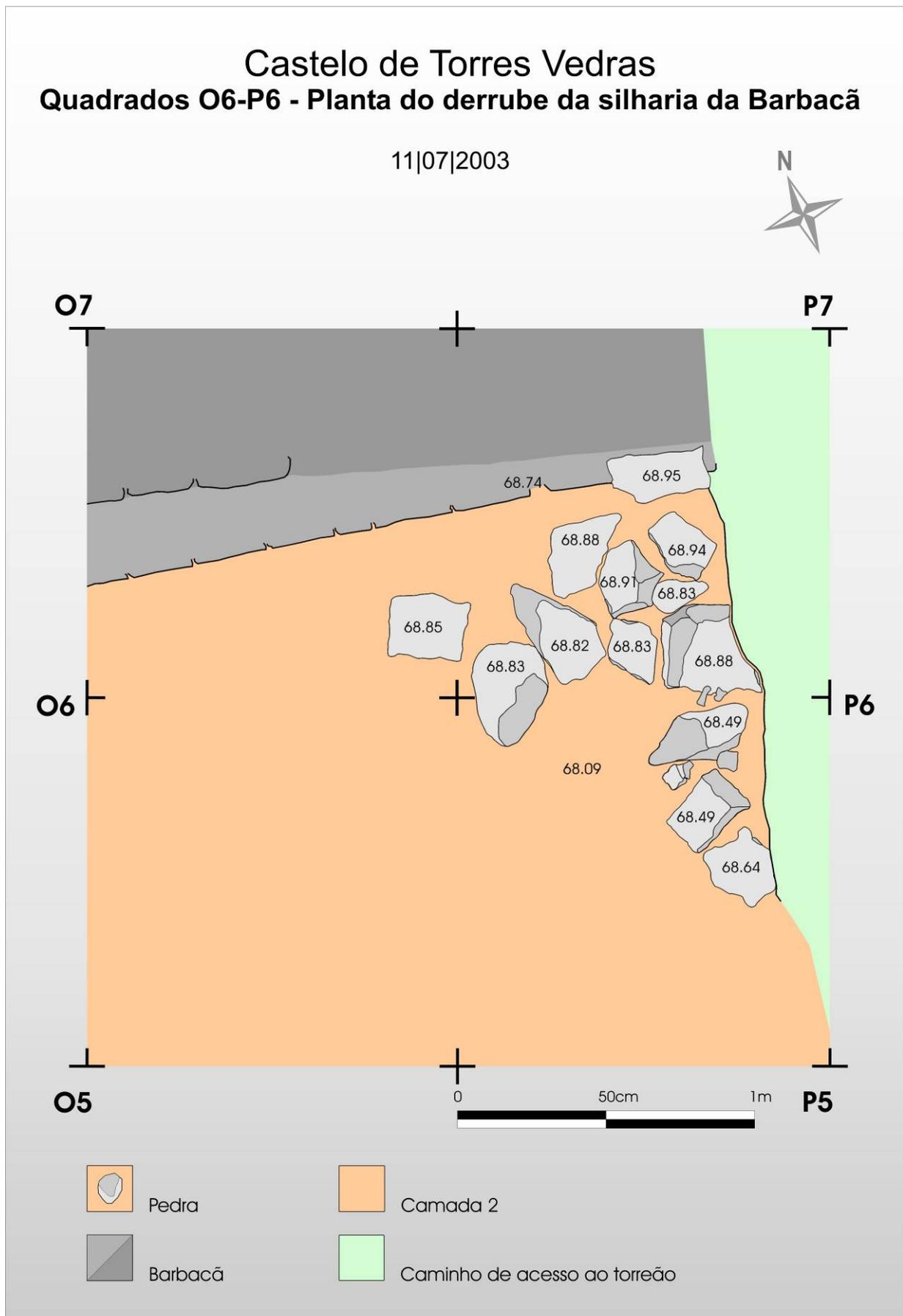
Quadrado O6-P6 – Planta do derrube do enchimento interno da Barbacã, ESTRATIGRAFIA:

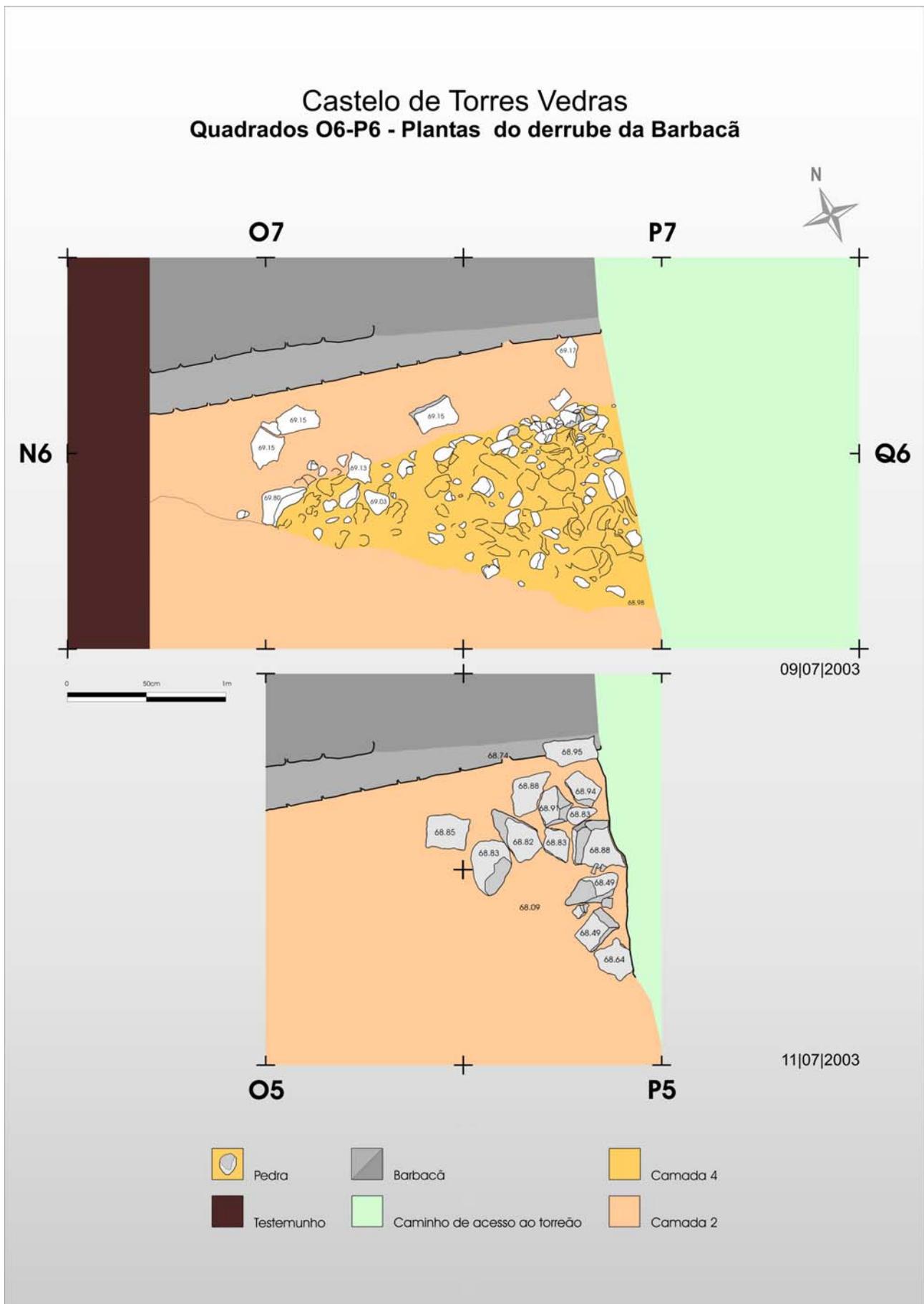
- **Camada 4** – Bolsa detrítica, formada por materiais provenientes de um grande derrube, nomeadamente por grandes quantidades de argamassa – com muitos nódulos e blocos de maiores dimensões –, calça e pedras de pequena, média e grande dimensão.
- **Camada 2** – Terras correspondentes à zona superior da lixeira, humosas, superficialmente contemporâneas, aplicadas para a manutenção do coberto vegetal do castelo. Contêm muitos lixos modernos e contemporâneos, muita cerâmica, alguns ossos, vidros e fósseis.

A camada final de assentamento era constituída por uma argila esverdeada, muito compacta, misturada com pedras e alguns blocos de argamassa.



Fig. 95 – Perfil P5-O5.







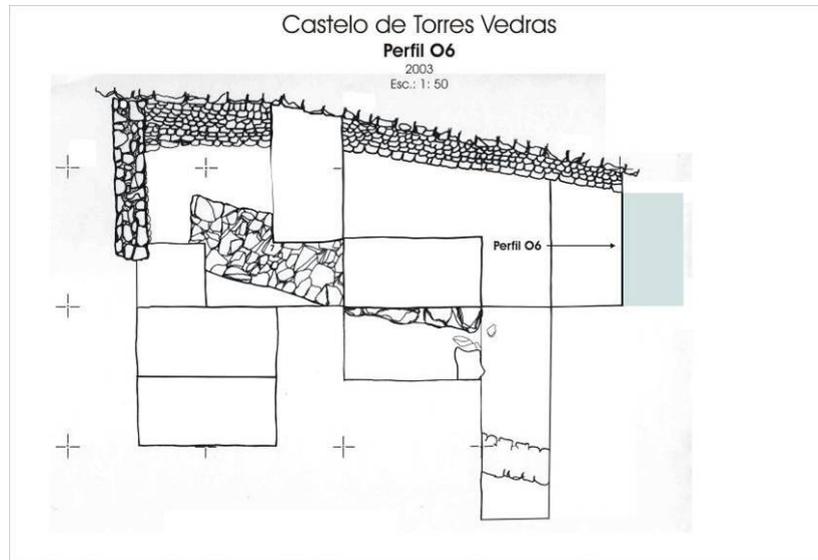
ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Camada correspondente à zona superior da lixeira, com uma consistência mais solta e remexida – nomeadamente por acção do coberto vegetal. Apresenta muita cerâmica, alguns ossos, vidro e fósseis.
- **Camada 2** – Camada correspondente à zona inferior da lixeira, com uma consistência mais compactada e menos remexida. Com muito espólio, nomeadamente faiança e porcelana. Do lado nascente é mais castanha-amarelada.
- **Camada 3** – Pequena bolsa com terras castanhas escuras.
- **Camada 4** – Camada constituída por grandes quantidades de argamassa, de nódulos de argamassa e cal, de calibre médio a grande, e de areia grossa, muito solta e quase estéril. Surge fundamentalmente no lado nascente, atenuando-se gradualmente, até se reduzir a pequenas intercalações, na zona central do corte.
- **Piso** – Zona do perfil onde se entrecruza o testemunho do piso escavado nas quadrículas O6-O5.

6.6 – PERFIL O6

O perfil O6 encontra-se delimitado, a Norte, pela barbacã e constitui-se como um prolongamento, para Norte, do perfil N5-N3, ainda que deslocado para nascente, relativamente àquele. Estes dois perfis juntos permitem uma leitura transversal da área escavada, no Sentido Norte-sul, na zona a nascente, tal como os perfis M3-M6 o fazem, para a zona poente.

O perfil, que já havia sido estabelecido na campanha de 1988, foi limpo e acertado, sendo, de seguida, desenhado e registado.



Após o registo, procedeu-se à desmontagem gradual do perfil, camada a camada.



Figs. 96 e 97 – Perfil O6 antes e durante a desmontagem.



Figs. 98 e 99 – Desmontagem do perfil O6.



No estrato correspondente à lixeira foram recolhidas algumas peças de metal, como alfinetes de cobre e o fragmento de um guizo, inúmeros fragmentos de recipientes de vidro quinhentistas e seiscentistas, muitos fragmentos de peças de cerâmica fosca, alguns de cerâmica vidrada e pequenos fragmentos de porcelana chinesa e de faiança portuguesa.



Figs. 100 e 101 – Lixeira, vendo-se inúmeros fragmentos de cerâmica fosca e restos malacológicos.

Também se recolheu uma grande quantidade de restos faunísticos, incluindo vestígios ictiológicos, conchas de ostra e ossos de grande dimensão (possivelmente de bovídeos), para além de muitos carvões.



Figs. 102 e 103 – Abundância de materiais na escavação da camada de lixeira.



Destaca-se, nesta camada, a escavação de um “prato de pescador”, datado do século XVI, fragmentado mas praticamente inteiro (figs. 104 e 105).



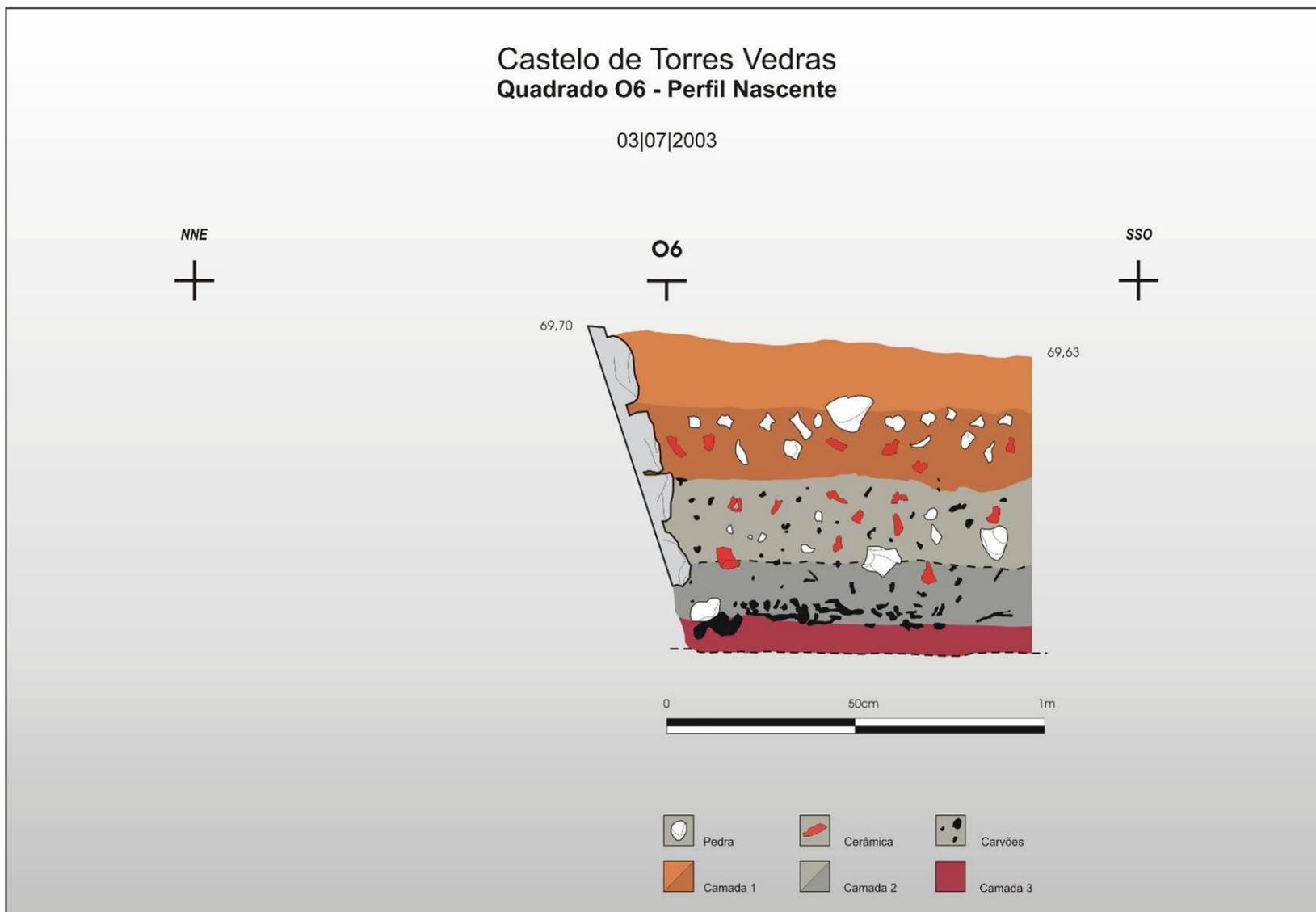
Figs. 104 e 105 – Escavação de um “prato de pescador” quinhentista.

Escavado o estrato relativo à lixeira, atingiu-se o nível de terra argamassada com cal, correspondente à zona de pisoteio. O pavimento argamassado foi, depois, limpo e nivelado, nele tendo sido recolhida uma moeda de tostão de D. Carlos I, datada de 1900, dando conta de alguma bioturbação do terreno.

No final, procedeu-se ao levantamento do piso e ao nivelamento do terreno pela camada de argilas esverdeadas que constitui o terreno de implantação da barbacã.



Figs. 106 e 107 – Acerto final do perfil nascente, nos quadrados N4/N5.





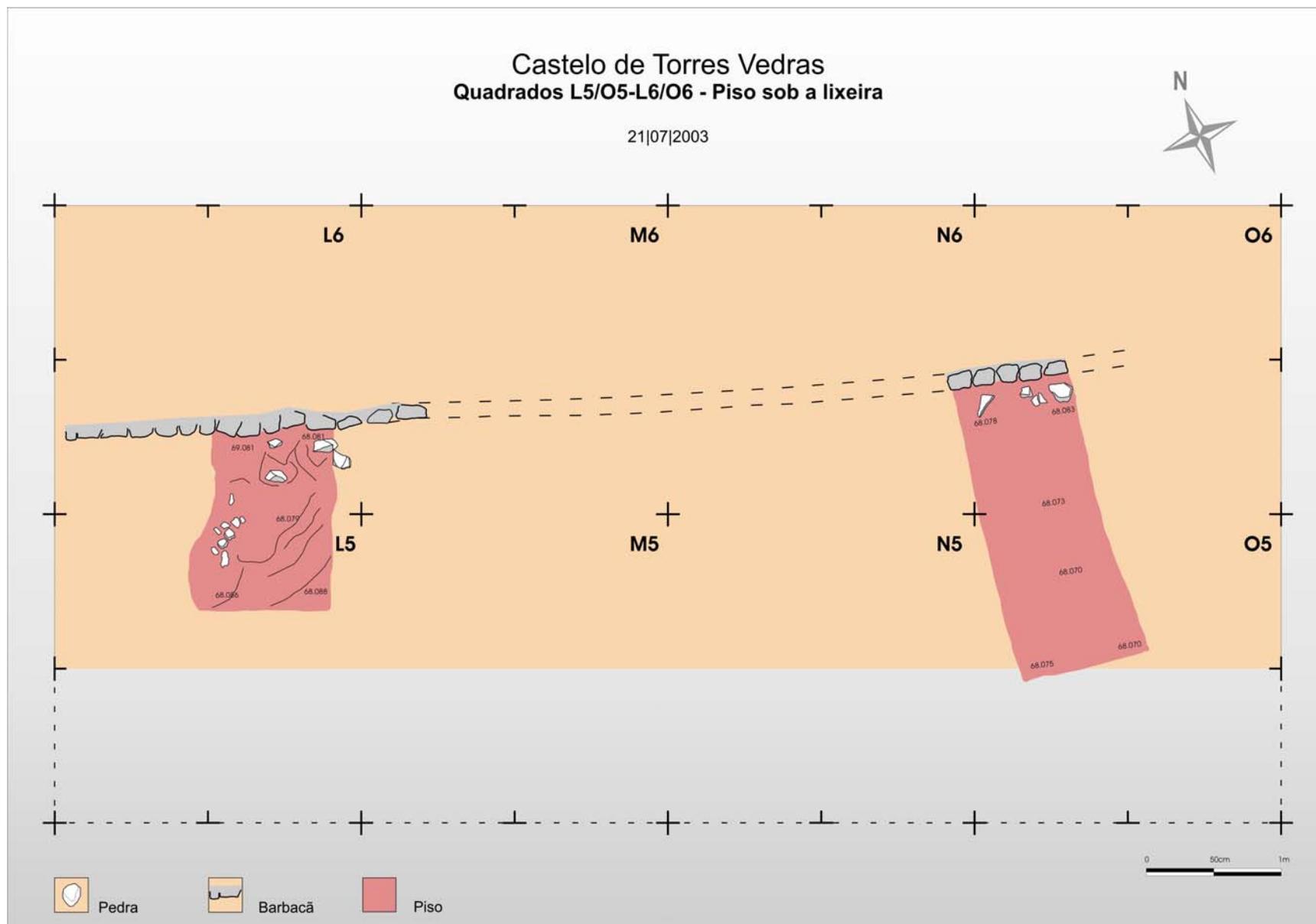
ESTRATIGRAFIA:

- **Camada 1** – Bolsa detrítica, constituída por grandes quantidades de argamassa e calça, nomeadamente em nódulos, muita pedra de pequena, média e grande dimensão, e materiais de construção, bem como alguma cerâmica comum. Nível de derrube e entulhos de obras. Corresponde à camada 1 do perfil M4-M6, que acompanharia toda a extensão de terreno contígua à barbacã, de nascente a poente.
- **Camada 2** – Lixeira. Camada composta por terra negra-acinzentada, com muitos carvões e alguma calça. Contém também intercalações da camada superior e clastos de pequeno tamanho. Apresenta abundantes materiais, designadamente ossos, cerâmica de construção e cerâmica comum. As terras da zona superior apresentam-se mais soltas e remexidas e as da zona inferior mais compactadas.
- **Camada 3** – Piso. Nível de terra argilosa, muito compactada, de superfície esbranquiçada e corpo acinzentado, localizada sob a lixeira, correspondendo a uma antiga zona de pisoteio. Apresenta abundantes intercalações de calça e argamassa, contendo mesmo diversos nódulos.

6.7 – PLANTA L5/O5 – L6/O6

Antes de se proceder à desmontagem total dos testemunhos dos quadrados L6 e O6, foi desenhado o plano comum de ambos os testemunhos, ao nível do piso argamassado.

A camada, muito compactada, é constituída por terras acinzentadas, de superfície esbranquiçada de argamassa de cal, e interior preenchido com níveis lenticulares de argamassa de cal, muito finos.





Quadrados L5/O5 – L6/O6 – Planta, ESTRATIGRAFIA:

- **Piso** – Camada sob a lixeira, composta por terras argilosas esbranquiçadas, muito compactadas e com intercalações de caliza e argamassa, também em nódulos. Sobre esta camada, que corresponderá a um antigo piso, encontrou-se uma grande quantidade de materiais arqueológicos, já pertencentes à lixeira. A camada apresentava uma espessura média de aproximadamente 10cm e foi registada na zona correspondente à escavação de dois testemunhos.



7. ESPÓLIO

7.1 – RECOLHA, TRATAMENTO E LISTAGEM

Durante a escavação, o espólio recolhido foi sendo dividido em lotes, com referência ao respectivo quadrado, camada e data de recolha.

Sempre que tal se revelava possível, alguns dos elementos da equipa procediam à lavagem dos materiais ainda no próprio castelo, ao mesmo tempo que decorriam os trabalhos de escavação. Estima-se que, durante a campanha de 2003, apenas se tenha procedido à lavagem de cerca de 30% do volume total do espólio recolhido.



Figs. 108 e 109 – Lavagem de espólio, no Castelo.

Na grande maioria do espólio, nomeadamente na cerâmica, apenas se conseguiu realizar uma triagem e armazenamento básicos, em contentores de plástico. Algumas peças ainda chegaram a ser marcadas e registadas, mas só na campanha de Setembro de 2005 foi possível lavar, marcar e inventariar uma parte muito considerável do conjunto, através de uma base de dados em Access. No entanto, o grande volume de materiais, sobretudo cerâmicos, apenas permitiu a conclusão do tratamento de cerca de 60% da totalidade do espólio.

A falta de recursos humanos impediu que, desde então, tivessem sido feitos quaisquer outros trabalhos de tratamento efectivo deste espólio. Em 2007 foi feita uma listagem, com recurso apenas a contagens, numa folha de cálculo do programa *Excel*, para um cálculo do volume de espólio cerâmico recolhido.



Foram ainda tratados, por recurso a uma empresa da especialidade, fotografados e classificados, 66 dos objectos metálicos recolhidos.

A listagem geral do espólio, que integra este relatório, foi feita com base em campos descritivos sumários, que se explicitam sucintamente:

- **Quadrícula**
- **Camada:** Camada relativamente à quadrícula.
- **Data:** Data da recolha.
- **Tipologia:** Tipo de objecto.
- **Quantidade:** No caso das cerâmicas, que representam a grande maioria do espólio, são enumerados os fragmentos correspondentes a bojos de peças, bordos, fundos, asas e peças inteiras. Nos restantes casos, distingue-se o número de peças inteiras, do número de fragmentos.
- **Descrição:** Descrição genérica da peça
- **N.º de inventário:** Número sequencial de registo, antecedido do código atribuído à estação (CAS), para as peças que já foram inventariadas.
- **Saco:** Identificação do saco onde as peças estão embaladas, uma vez que estes estão armazenados nos contentores, por ordem numérica.

Apresentam-se, apenas, os totais do espólio listado, uma vez que a listagem geral do espólio recolhido é apresentada em anexo ao relatório, atendendo às suas dimensões.



Castelo de Torres Vedras, 2003

Tabela cumulativa do espólio inventariado

QUANTIDADE					
Bojos	Bordos	Fundos	Asas	Peças	Fragmentos
20976	4566	3035	1046	129	8296
TOTAL: 38.048					

7.2 – ANÁLISE QUANTITATIVA GERAL

O espólio recolhido durante os trabalhos arqueológicos distribui-se da seguinte forma:

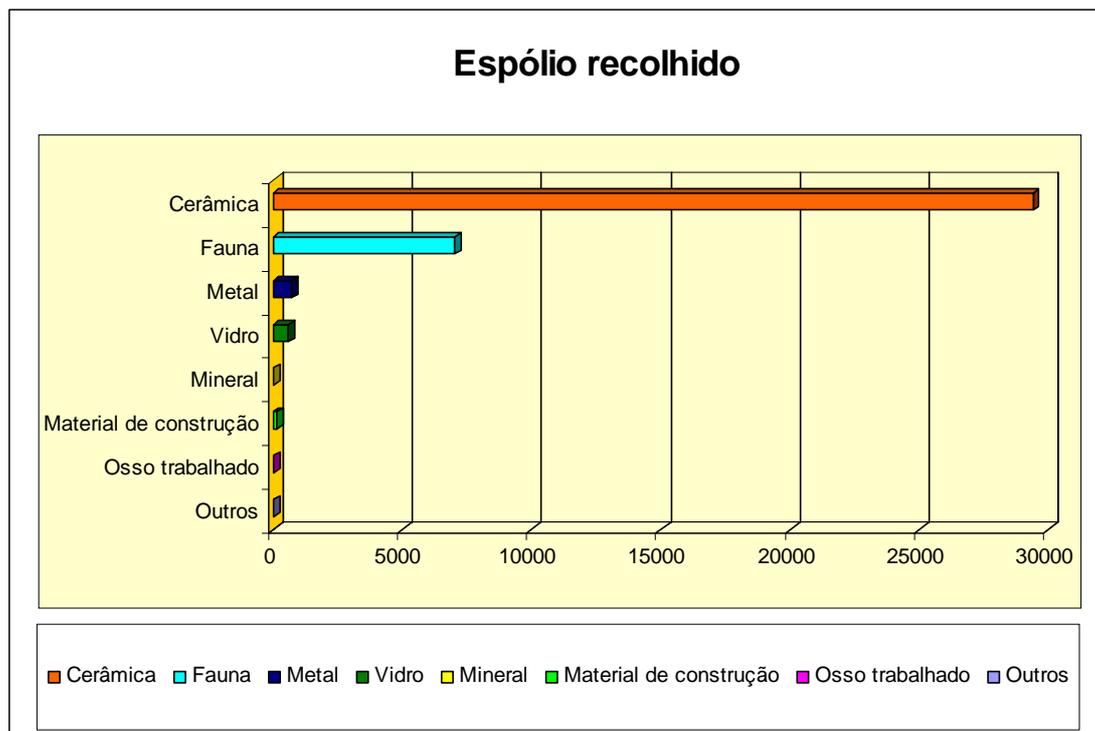


Gráfico 1



O gráfico 1 evidencia, desde logo, as grandes percentagens ocupadas pelo espólio cerâmico e faunístico, relativamente às restantes categorias de materiais. A cerâmica constitui, em regra, o grupo mais abundante no espólio de qualquer escavação arqueológica desta época. O peso dos vestígios faunísticos que aqui se observa patenteia, sobretudo, a dimensão da lixeira quinhentista/seiscentista e a relevância dos resíduos alimentares na sua composição.

O espólio apresenta um elevado grau de fragmentação, sendo muito raras as peças completas.

7.3 – ANÁLISE QUALITATIVA GERAL

7.3.1 – CERÂMICA

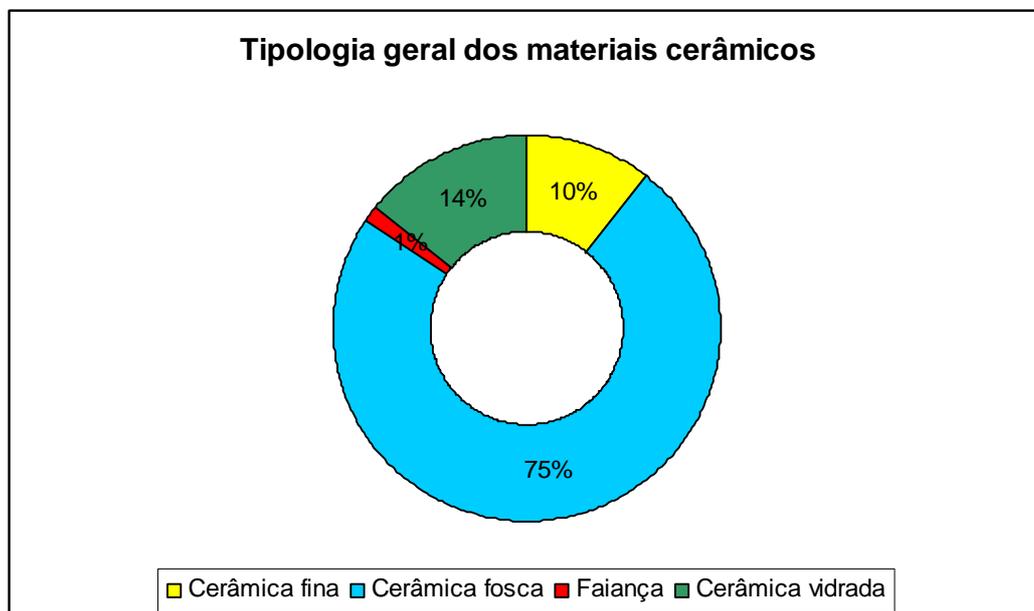


Gráfico 2

A maior quantidade de cerâmica provém das camadas da lixeira depositada sobre o piso contemporâneo da barbacã. A análise do espólio cerâmico, por tipologias (gráfico 2), permite



verificar a predominância da cerâmica fosca, utilitária, relativamente aos restantes tipos de cerâmica.

Vejamos, agora, como se desdobra, genericamente, cada uma daquelas tipologias.

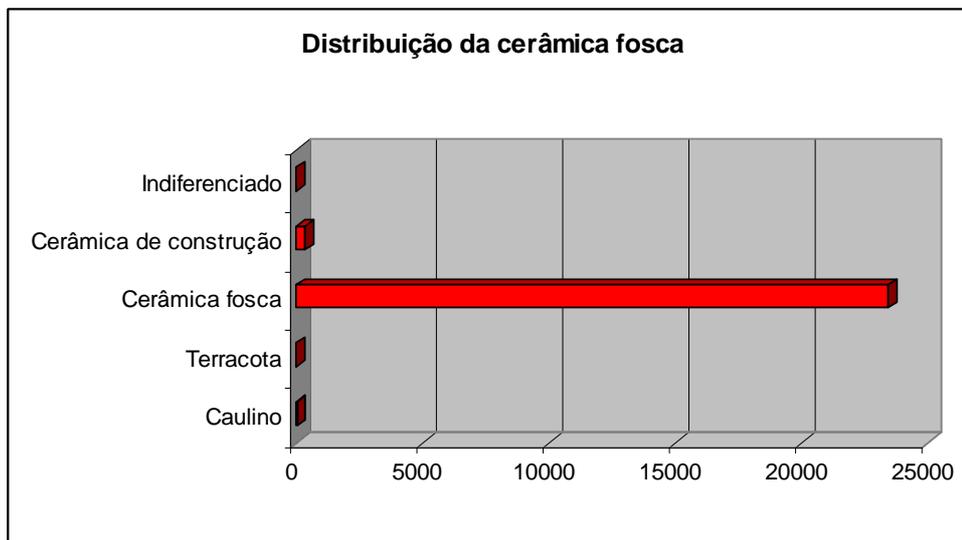
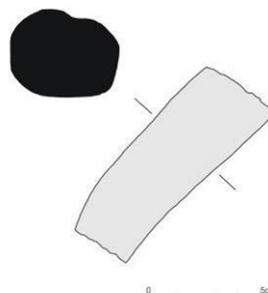


Gráfico 3

A cerâmica de construção integra fragmentos de tijolos e de tijoleiras maciços, de telhas de canudo, algumas com marcas da moldagem com os dedos, e de um considerável conjunto de telhas antefixas.

De imediato se destaca uma peça de origem romana, do período Republicano: o fragmento da asa de uma ânfora de produção itálica (patente na incorporação de cinzas vulcânicas na pasta), destinada à exportação vinícola. Esta asa, de secção circular, sendo de difícil classificação, apresenta, no entanto, características que a filiam nas ânforas do tipo Dressel 1, datáveis dos séculos II/I a.C.



Figs. 110 e 111 – Asa de ânfora.



A cerâmica fosca proveniente do castelo foi produzida com barro vermelho, de diversas qualidades e tonalidades, e quase exclusivamente sob cozedura oxidante. Na generalidade, é datável de entre os séculos XVI a XIX.

Relativamente à cerâmica doméstica, predominam os bojos de peças, como é natural, mas a escavação forneceu inúmeros fragmentos de bordos, fundos, asas e pegas, que permitem caracterizar genericamente o conjunto, antecedendo um estudo adequado do espólio.

Abundam os fragmentos de testos, de várias formas, embora predominem os de aba larga, bordos afilados ou boleados, base plana e pega central em forma de pitorra.

São também consideráveis os fragmentos de alguidares, caracterizados pelo bordo com lábio em voluta pronunciada.

Os materiais resultantes da fragmentação de cântaros, bilhas, infusas, garrafas ou barris, peças utilizadas no transporte, armazenagem e distribuição de líquidos, surgem também em grande quantidade.

Mais raros são os fragmentos de talhas.

Distinguem-se diversos fragmentos de fogareiros, nomeadamente pertencentes às zonas do bojo e da grelha, pelo que não foi possível classificar as formas dos bocais e das asas ou pegas.

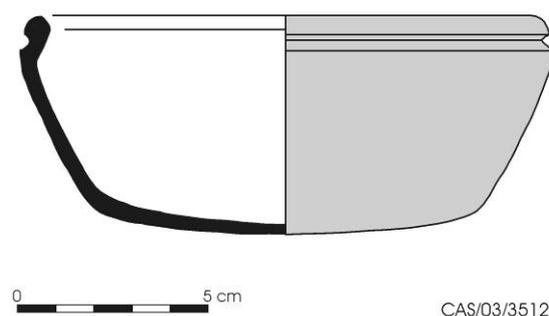


Fig. 112 – Caçoila.

Foram também recolhidas grandes quantidades de bordos de panelas, nomeadamente bordos em aba quadrangular curta e bordos com lábio quadrangular e canelura a vincar o colo. Também as púcaras de asa vertical são muito frequentes. Entre as peças utilizadas para a cozedura de



alimentos distinguem-se, ainda, os fragmentos de tachos e papeiras ou frigideiras, a maioria com bordos introvertidos e perolados, com pegas triangulares, mas também com asas horizontais. Muitos destes recipientes de ir ao lume apresentam-se bastante queimados ou mesmo calcinados, devido ao uso intensivo.



Figs. 113 e 114 – Fragmentos de candeias.

Registaram-se, ainda, diversos fragmentos de candeias em taça, com bordos boleados e trilobados (figs. 113 e 114), em cerâmica muito fina, datáveis dos séculos XV/XVI.

Há ainda a referir o achado de uma peça de escultura em terracota, com furação para o encaixe de outras peças, e de 10 fragmentos de cachimbos, em caulino, datados, genericamente, do século XVII.



Fig. 115 – Depósito de cachimbo, com bordo decorado (século XVII).

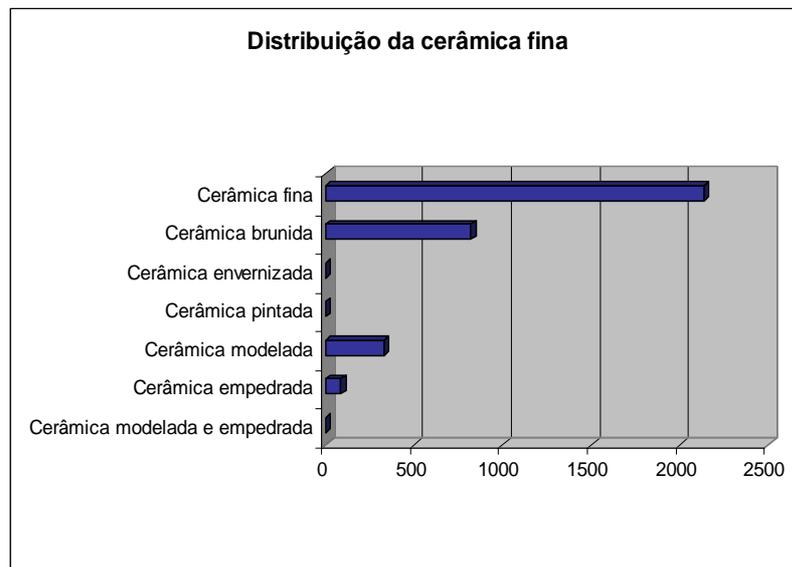


Gráfico 4

Na cerâmica fina destaca-se, igualmente, um fragmento do bordo de um prato de cerâmica campaniense tipo B – cerâmica com aplicação de um verniz negro –, datada dos séculos II/I a. C., tal como a asa de ânfora. Apesar de recolhidas em camadas iniciais – que apresentam uma percentagem muito significativa de remeximentos – e, portanto, fora de contexto, ambos os achados republicanos vêm confirmar a presença romana precoce no local e juntar-se aos restantes materiais do mesmo período, recolhidos em campanhas anteriores e depositados no Museu Municipal.



Figs. 116 e 117 – Bordo de prato campaniense.

As peças de cerâmica brunida são peças utilitárias, de cozinha e de mesa, muito comuns no século XVI, mas que se estendem até ao século XVIII. A cerâmica modelada presente na escavação é claramente do século XVII, enquanto os exemplares de cerâmica empedrada datam dos séculos XVI e XVII.

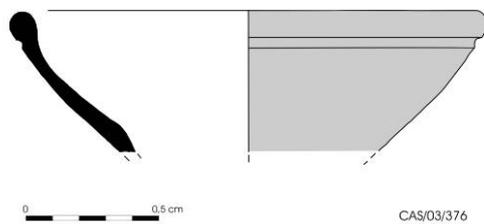


Fig. 118 – Malga.

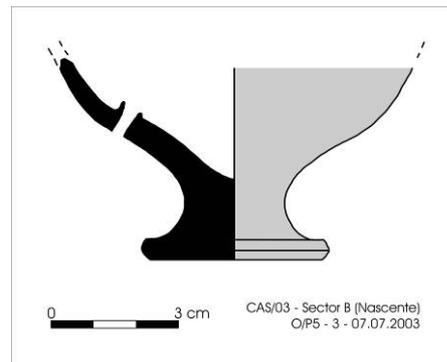
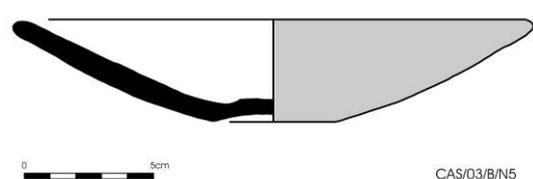
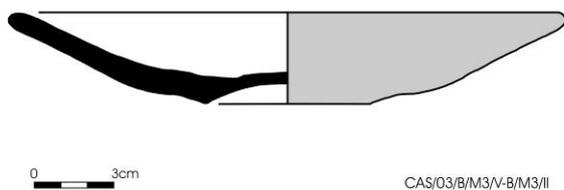
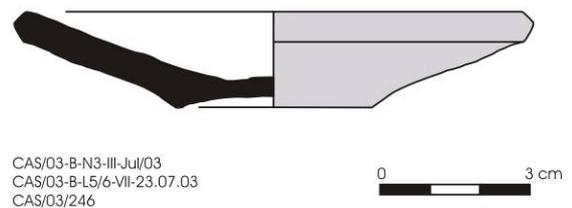
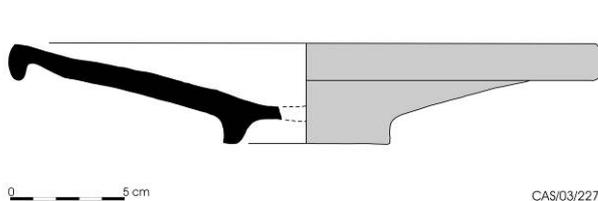


Fig. 119 – Parte inferior de jarrinha, com defeito.

Na loiça de mesa são particularmente abundantes as tigelas de bordo perolado, com canelura a vincar o lábio, na sua maioria brunidas internamente e, em muitos casos, também externamente. Recolheram-se, ainda, muitos fragmentos de cerâmica fina, pertencentes a púcaros, pucarinhos, jarras para líquidos, jarrinhas decorativas, copos e canecas, potinhos e tacinhas. Algumas destas peças apresentavam-se brunidas interna e/ou externamente, e outras possuíam um tratamento final espatulado, de valor decorativo.

Registaram-se, igualmente, diversos fragmentos de pratos “de pescado”, de perfil extrovertido rectilíneo, designadamente com fundo em pé de anel ou em onfalo. Estes pratos, brunidos internamente, são característicos dos séculos XVI/XVII.



Figs. 120 a 123 – Pratos.



São também consideráveis os fragmentos de alguidares, nomeadamente brunidos, caracterizados pelo bordo com lábio em voluta pronunciada.

Apenas foram recolhidos dois fragmentos de cerâmica pintada, um deles de provável origem medieval islâmica.



Fig. 124 – Cerâmica pintada islâmica (?).

Em maior número foram identificados fragmentos de cerâmica empedrada, designadamente alguns com aplicações simultâneas de incisões, punções e elementos plásticos, sobre os quais foram embutidas esquirolas de pedras brancas.



Figs. 125 a 128 – Fragmentos de cerâmica empedrada.



Esta decoração, caracterizada pela criação de motivos decorativos imitando renda, obtidos pela incrustação de pedrinhas brancas de quartzo na superfície dos objectos, originária do Alto Alentejo (Estremoz, Nisa e Montemor-o-Novo), está presente apenas em peças ligadas ao transporte, provisão e consumo de água – como talhas, potes, cântaros, barris, moringues, bilhas, garrafões, canjirões, púcaros e atanores –, uma vez que contribui para o arrefecimento da água, sendo aplicada apenas em peças excepcionais.

No concelho de Torres Vedras, estas peças, que datam dos séculos XVI/XVII, foram também identificadas na Azenha de Santa Cruz e no adro da igreja matriz do Turcifal.

A cerâmica modelada, característica do século XVII, foi encontrada em quantidades muito significativas, situação à qual não será alheio o facto de se tratar de uma cerâmica opulenta e que, por essa razão, deveria abundar no Palácio dos Alcaides.

Os fragmentos modelados recolhidos no castelo pertencem a objectos de pequenas dimensões, como é característico desta técnica cerâmica, designadamente a objectos delicados como jarrinhas, púcaros e taças, utilizadas para beber ou para servir doces e compotas. Apresentam paredes finas e, algumas, um engobe de acabamento. As decorações identificadas são feitas à base da modelação plástica, onde se incluem bordos ondulados e aplicações de cordões, incisões e punções, que preenchem exuberantemente estas peças de estilo barroco.

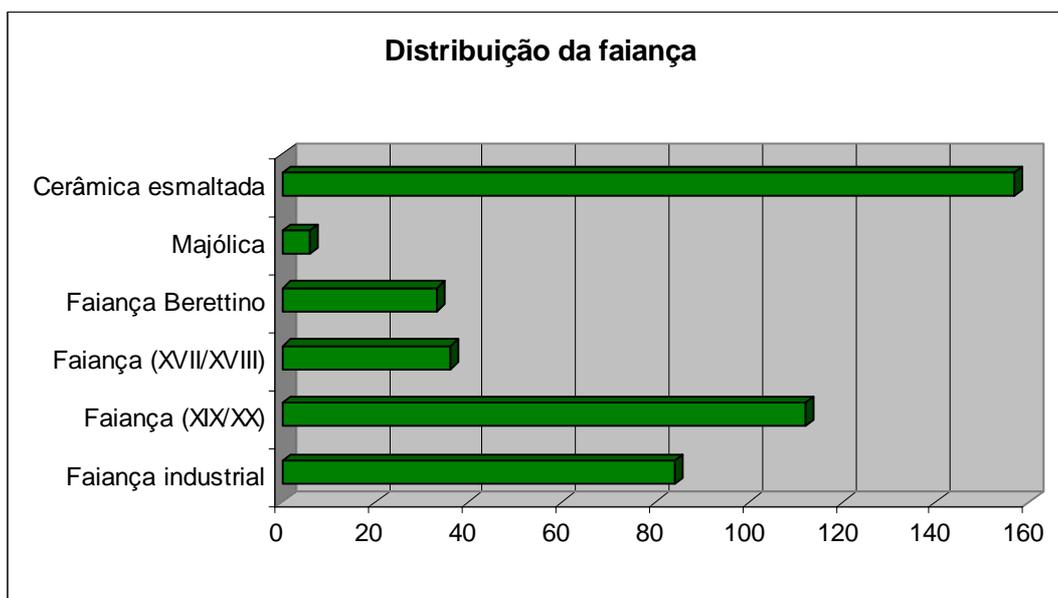


Gráfico 5



Presença muito considerável na lixeira do castelo têm os fragmentos de cerâmica malaguenha, correspondentes a um tipo de loiça de mesa esmaltada a branco, sem qualquer decoração, ou com rara decoração mínima a azul. Pertencem a peças de produção de Málaga e Sevilha, datadas de entre o final do século XV e o século XVI. Os tipos mais abundantes são as malgas, as escudelas e os pratos.

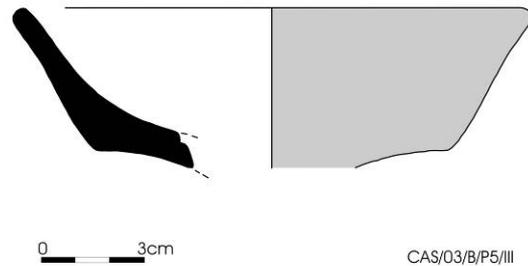


Fig. 129 – Escudela malaguenha.

Nos níveis correspondentes à lixeira foram também recolhidos pequenos fragmentos de peças de majólica, uma prestigiosa cerâmica de produção italiana, dos séculos XV/XVI. Em menor quantidade surgem os fragmentos de majólica tradicional policromada e, em maior número, os que apresentam decoração branca opaca (nomeadamente representando estrelas) sobre fundo azul, pertencentes a peças conhecidas por esmalte *berettino grigio-azzurro* (século XVI).



Figs. 130 a 132 – Fragmentos de faiança portuguesa, séculos XVII/XVIII.



Também as peças de faiança portuguesa dos séculos XVII e XVIII, pintadas a azul-cobalto, estão presentes nas camadas da lixeira embora, tal como no caso da majólica, estilhaçadas em fragmentos de muito pequena dimensão.

Os fragmentos de faiança regional e industrial, dos séculos XIX e XX, são maioritários, entre as diversas tipologias de faiança recolhidas no contexto dos trabalhos arqueológicos.

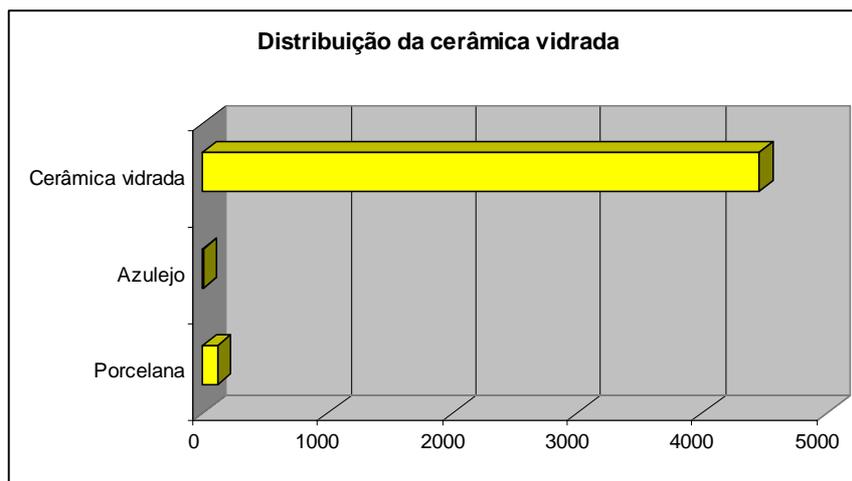


Gráfico 6

A cerâmica vidrada a chumbo foi encontrada em grande quantidade, o que se deve também ao facto de ser uma cerâmica utilitária de produção local e regional muito comum, durante toda a Idade Moderna.

Os fragmentos recolhidos são muito pequenos, alguns deles com fracturas antigas e já rolados, embora muitos deles ainda apresentem zonas de possível colagem. Os vidrados abrangem os verdes (verde escuro, verde azeitona e verde claro), o amarelo, os melados e os castanhos; nas peças mais recentes encontra-se o vidrado vermelho e o esmalte branco com escorridos.

Escorridos, listados e salpicados são efeitos artísticos também frequentes nalgumas peças, como é o caso de algumas tigelas vidradas a melado com escorridos a verde. Outros tipos de decoração presentes são os bordos ondulados, as caneluras, os meandros gravados e os motivos puncionados.

A diversidade das pastas, claras, cinzentas, vermelhas e brancas, atestam a diversidade de origens e produções.



Destacam-se um bordo com pega recortada de uma escudela de “orelhas”, de tradição islâmica, com reflexos dourados, de produção provavelmente valenciana (Paterna ou Manises), e um prato de pasta clara e leve, vidrado de ambos os lados a castanho claro dourado, de produção sevilhana. Em ambos os casos, estamos perante peças de prestígio, que circularam em Portugal entre o final do século XV e o século XVI.



Fig. 133 – Pega de escudela, recortada (Valência).



Fig. 134 – Bordo de bispote.



Fig. 135 – Bordo de alguidar, decorado.



Fig. 136 – Fundo de tigela.



Fig. 137 – Bordo de tigela.

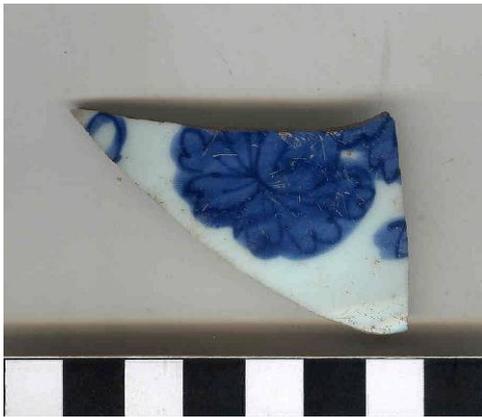


Fig. 138 – Bordo e pega de tacho.

As peças identificadas variam entre os alguidares, saladeiras, tigelas (de fundo anelar e de fundo em ônfalo), pratos, jarrinhas, jarros, tachos, almotolia, canjirão, pote e bispote.



Ao contrário do que acontecera na zona da necrópole, neste sector do castelo os achados de azulejo foram raros, tendo a escavação fornecido apenas quatro fragmentos, de que se destacam um de azulejo verde para decoração enxaquetada (século XVI a meados do século XVII) e dois de azulejos com decoração de tipo tapete, do século XVII.



Figs. 139 a 141 – Fragmentos de porcelana chinesa.

Os fragmentos de porcelana recolhidos correspondiam a várias épocas, sendo alguns exemplares de porcelana chinesa mais antigos (século XVI/XVII) e outros mais recentes, nomeadamente alguns de porcelana branca contemporânea.



7.3.2 – VIDROS

Os vidros recolhidos na lixeira são particularmente interessantes, dada a sua antiguidade. São fragmentos de peças dos séculos XVI e XVII, moldadas, apresentando motivos decorativos diversos ou aplicações de pasta vítrea. Os vidros são castanhos, verdes e transparentes.



Figs. 142 a 146 – Fragmentos de vidro (séculos XVI/XVII).



7.3.3 – LÍTICOS

Há a registar a descoberta de um pequeno fragmento do disco de uma cabeceira de sepultura, a juntar às muitas já descobertas no castelo ao longo das últimas décadas, atendendo à existência de uma necrópole medieval e moderna no local.

É ainda interessante constatar o achado de um núcleo, três lascas e 19 fragmentos de sílex, que deverão estar associados ao fabrico de pedrneiras para utilização nas armas de fogo do século XIX.

Regista-se, ainda, o achado de um fragmento de cristal de rocha e de uma tampa de pedra, de um pequeno recipiente, nomeadamente um pote ou uma bilha.



Fig. 147 – Tampa de recipiente.

7.3.4 – FAUNA

A fauna recolhida apresenta um peso muito significativo, sendo a segunda categoria mais numerosa, logo a seguir à cerâmica. Esta quantidade está intimamente relacionada com os níveis da lixeira do Palácio dos Alcaides, que continham uma significativa percentagem de restos alimentares.

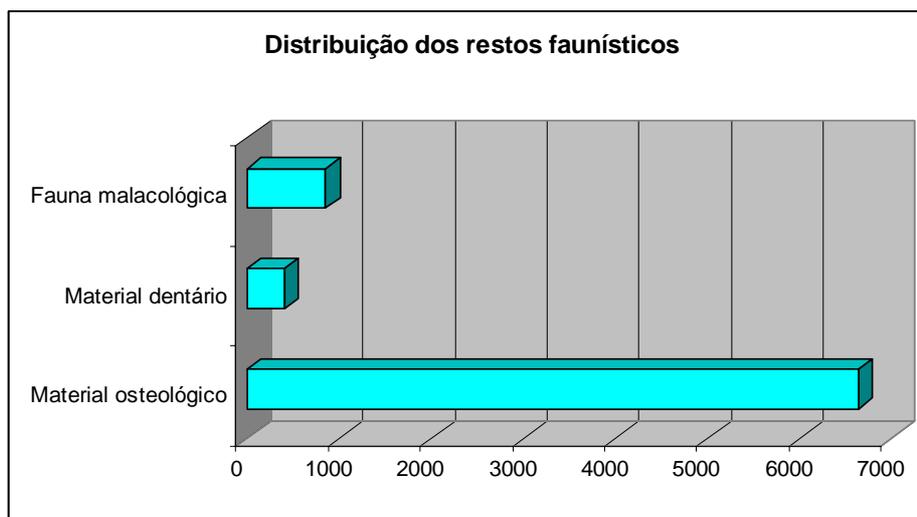


Gráfico 7

Na fauna malacológica, destacam-se na dieta dos habitantes do palácio:

- **Os bivalves:** *patella vulgata* (lapa);
mytilus edulis (mexilhão);
venerupis decussata (amêijoia);
cerastoderma edule (berbigão);
crassostrea angulata (ostra).
- **Os gastrópodes:** *ringicula auriculata* (búzio);
gibbula divaricata (burrié);
pecten jacobaeus (vieira);
trivia monacha (beijinho).

Em quantidades ínfimas registaram-se, também, alguns vestígios ictiológicos (vértebras de peixe), bem como alguns fragmentos de crustáceos (caranguejos) e de equinodermos, nomeadamente equinóides (ouriços do mar).

O elevado número de dentes soltos recolhidos foi contabilizado separadamente dos achados osteológicos. Todos estes materiais necessitam de um estudo especializado, que permita caracterizar a lixeira quinhentista/seiscentista e a dieta alimentar da época. Uma grande parte destes vestígios serão de natureza alimentar, uma vez que muitos deles apresentam-se queimados e com cortes. Entre este espólio foram detectados restos de bovinos e de um equídeo (uma queixada).



7.3.5 – OSSO TRABALHADO

Os achados de osso trabalhado foram muito poucos e sem uma datação específica, antes inserindo-se, genericamente, nas produções da Idade Moderna, que abrangem os séculos XVI a XIX.



Fig. 148 – Fragmentos de pente.



Fig. 149 – Cabeça de alfinete.



Fig. 150 – Agulhas diversas.



Fig. 151 – Botão (à direita, um de plástico).



7.3.6 – METAIS

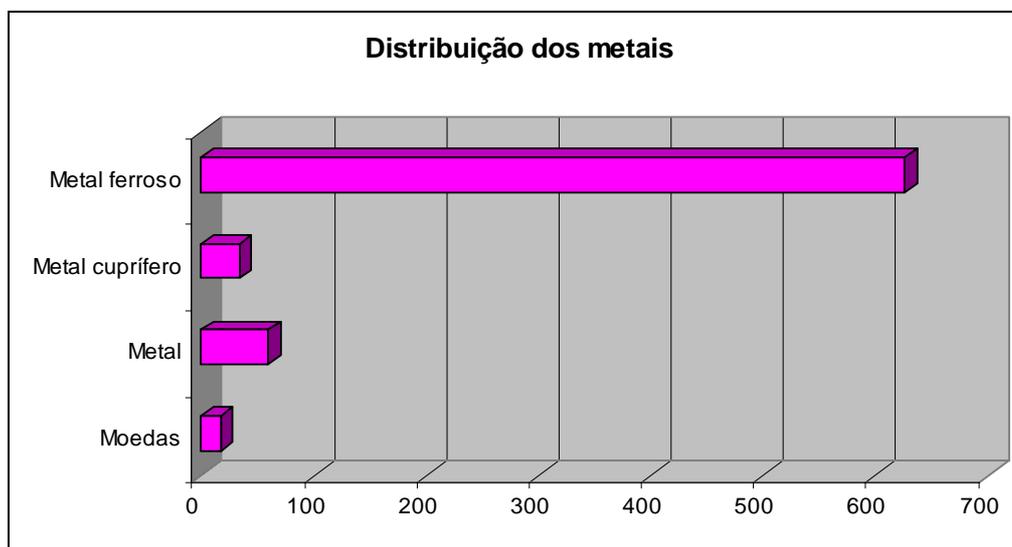


Gráfico 8

O gráfico 8 permite observar a distribuição dos achados metálicos por tipologias sumárias. O espólio metálico recolhido é constituído por peças de ferro, cobre, bronze, chumbo, e outros metais e ligas não identificadas.

Na vasta zona a Sul do muro 2 foram ainda recolhidos, em diferentes camadas de deposição de terras remexidas, 122 fragmentos de barro queimado, com agregação de escórias metálicas, cuja origem e utilização não foi ainda possível estabelecer.

No grupo dos metais ferrosos dominam, quase exclusivamente, os pregos e os cravos, embora também se incluam aqui algumas chapas, fragmentos e materiais contemporâneos (lixos).



Figs. 152 e 153 – Lâmina de faca, em liga de cobre.



Os objectos de metal cuprífero, de ligas mais valiosas, são também os que apresentam maior qualidade. Destacam-se, no conjunto, diversas peças cujas fotografias se apresentam.



Figs. 154 e 155 – Fragmento de peça de fecho de pistola (séculos XVIII/XIX).



Fig. 156 – Alfinete de toucado.

Fig. 157 – Fragmento de pequena pinça.



Figs. 158 e 159 – Puxador/fecho de encadernação; pendente, com imagem feminina inscrita em cartela circular (séculos XVI/XVII).



Figs. 160 a 162 – Anel dourado com o monograma N.



Fig. 163 – Fivela (séculos XVII/XVIII?).



Fig. 164 – Peça de fecho de livro (?).

Refere-se, ainda, o achado de um virote de besta, de ferro, de época medieval, e de duas balas de espingarda, de chumbo, dos séculos XVIII/XIX.

Moedas

Ao todo, foram recolhidas, durante as escavações, 18 moedas. Uma delas é uma moeda espanhola, que datará dos séculos XVI/XVII. Tal achado não é de estranhar, atendendo à origem espanhola de D. João de Alarcão, fidalgo que veio para Portugal em 1500, onde obteve, por casamento, a alcaidaria de Torres Vedras. Foi ele quem mandou construir o palácio no castelo, onde habitou a família, por onde foi passando a alcaidaria, até à Restauração de 1640.

As moedas de finais do século XV e do século XVI confirmam a datação da lixeira da barbacã, já efectuada pelos restantes achados. A única moeda de datação anterior é um Real preto de cobre, de D. João I, datado de 1385-1433, que surgiu no perfil M5, na camada de assentamento do piso da barbacã, datando-o da segunda metade do século XV.

A cronologia das moedas encontradas vai de 1385 a 1972. Apresentam-se, de seguida, algumas das moedas recolhidas durante os trabalhos arqueológicos.



Figs. 165 e 166 – Real preto de D. João I (1385-1433).



Figs. 167 e 168 – Ceitil de D. Afonso V (1438-1481).



Figs. 169 e 170 – Ceitil de D. Afonso V (1438-1481).



Figs. 171 e 172 – Ceitil de D. João II (1481-1495).



Figs. 173 e 174 – Ceitel de D. João III (1521-1557).



Figs. 175 e 176 – Ceitel de D. João III (1521-1557).



Figs. 177 e 178 – Ceitel de D. João III (1521-1557).



Figs. 179 e 180 – Ceitel de D. João III (1521-1557).



Figs. 181 e 182 – Ceitel de D. João III (1521-1557).



Figs. 183 e 184 – Ceitel de D. João III (1521-1557).



Figs. 185 e 186 – Ceitel (1438-1578).



Figs. 187 e 188 – Real de D. Sebastião (1557-1578).



Figs. 189 e 190 – Moeda espanhola (século XVII ?).



Figs. 191 e 192 – Meio tostão (50 réis) de D. João V (1706-1750).



Figs. 193 e 194 – Tostão (100 réis) de D. Carlos I (1900).



Selo de chumbo

Os trabalhos arqueológicos proporcionaram a descoberta de um selo de chumbo, figurando as armas reais portuguesas de um lado, e a esfera armilar no reverso.



Figs. 195 e 196 – Selo de chumbo aquando da sua descoberta.



Figs. 197 e 198 – Selo de chumbo após tratamento de conservação.

Estes selos de chumbo são designados como selos de têxteis ou de panos pois, normalmente, selavam os sacos de transporte de tecidos, aquando do processo de transacção comercial, nomeadamente nos casos de importação e exportação. Estes objectos eram cravados nos sacos quando saíam da fábrica – selando-os –, pelo fabricante, pelo comerciante, pelo inspector de controle de qualidade e pelo oficial do imposto. O selo descoberto no castelo é de origem portuguesa, mas não é possível saber a que produto estava associado.



No mesmo local, no decurso das escavações de 1988, foram encontrados outros dois selos de chumbo idênticos, com a mesma simbologia, um deles ainda dobrado sobre si mesmo.



Figs. 199 e 200 – Selo de chumbo, achado em 1988.



Figs. 201 e 202 – Selo de chumbo, achado em 1988.

Atendendo ao período de vida do edifício, enquanto Palácio dos Alcaldes, cremos que estes achados se situarão, cronologicamente, entre 1516 e 1640.

Através de contactos estabelecidos com o *Museum of London*, na pessoa do conservador e investigador Geoff Egan, foi possível saber que selos idênticos a este foram também descobertos em Londres, em contextos datados de entre 1606 e 1700. Os investigadores ingleses não conseguiram determinar a que produtos se refeririam, mas duvidam seriamente de que se tratassem de tecidos.

Selos idênticos, “*tendo numa das faces a esfera armillar e na outra as armas nacionaes*” (S.a., 1908: 22), foram encontrados em 1907 na praia da Nazaré, na sequência de umas marés vivas. Para além de cinco peças de artilharia antigas, o mar deixou a descoberto “*grande quantidade de*



sellos de chumbo, que ninguém sabe como vieram aqui parar” e que “devem ser muito antigos” (Idem: 21).

Apresenta-se, de seguida, o estudo icocográfico e cronológico realizado ao conjunto dos selos encontrados no castelo, por Miguel Metelo de Seixas (investigador e professor na Universidade Lusíada de Lisboa):

Análise heráldica de um conjunto de selos decorados
com as armas reais portuguesas e a esfera armilar

Nas escavações arqueológicas decorrentes em Torres Vedras foi encontrado um conjunto de objectos metálicos armoriados semelhantes entre si. Esses objectos apresentam uma face plana na qual se inscreve um escudo com as armas reais de Portugal encimado por uma coroa real aberta e ladeado por duas grinaldas decorativas; a outra face forma um hemisfério e encontra-se totalmente preenchida pela figuração de uma esfera armilar. Os exemplares encontrados revelam um estado de conservação muito variado, desde aqueles em que tanto as armas como a esfera são perfeitamente perceptíveis, até outros em que não se vislumbram sequer as respectivas formas. Apesar dos nítidos sinais de desgaste comuns a todos os exemplares, há também uma homogeneidade em termos de dimensões e formato dos objectos, o que nos sugere uma coincidência de natureza e forma entre todos. No presente estudo analisaremos em primeiro lugar a face provida das armas reais, para depois nos determos na da esfera armilar, sempre com o intuito de obter uma datação e identificação para estas peças. Por fim, procuraremos descortinar a funcionalidade destes objectos.

A face armoriada apresenta, como assinalámos, um escudo do formato peninsular (ou de ponta redonda) com as armas reais portuguesas na modalidade instituída por D. João II em 1485: *campo de prata, cinco escudetes de azul em cruz, cada escudete carregado de cinco besantes do campo, bordadura de vermelho carregada de castelos de ouro*. O *Príncipe Perfeito* promoveu com efeito uma reforma das armas reais centrada no endireitamento dos escudetes laterais e na exclusão da cruz da ordem de Avis da bordadura (como era uso desde D. João I). Sabemos, portanto, que as armas reais representadas nos nossos objectos de estudo são posteriores a 1485. Nos objectos em estudo, figura por cima do escudo uma coroa formada por um aro



decorado com diademas sobre o qual corre um friso de pérolas alternadamente em grupos de três e isoladas. A presença da coroa real aberta a encimar o escudo de armas constitui um hábito recorrente na figuração das armas reais muito difundido ao longo dos séculos XIV e XV, ao ponto de se tornar mesmo numa norma de representação da heráldica régia¹. O facto de esta coroa não se apresentar fechada por aros no seu topo significa que ela deve ser datada de antes do reinado de D. Sebastião, soberano que fechou a coroa em sinal de seu direito à plena soberania (tornando-a assim semelhante à coroa imperial).

No seu conjunto, a face armoriada dos objectos de estudo remete-nos para uma datação entre finais do século XV e meados do século XVI.

Vejamos agora o que podemos inferir da face hemisférica do objecto de estudo. A esfera armilar aí representada constitui uma *empresa*. Com esta palavra designa-se um símbolo pessoal, geralmente escolhido pelo seu próprio utente, constituído pela figuração de um emblema (o *corpo* da empresa) acompanhado por um conjunto de palavras (a *alma*) e eventualmente por um elemento vegetal (a *erva*). A esfera armilar corresponde à empresa do senhor D. Manuel, duque de Beja, que depois veio a reinar como D. Manuel I². Não foi, contudo, uma empresa assumida pelo próprio, como era costume, mas sim dada pelo rei D. João II, primo e cunhado de D. Manuel.

O simbolismo da esfera prende-se com a representação do mundo celeste: no centro fica a terra, cercada pelos vários círculos da abóbada celestial, por sua vez unidos pela banda zodiacal. Não é conhecido o motivo que terá levado D. João II a escolher este símbolo para o duque de Beja. Os cronistas coevos – Garcia de Resende, Rui de Pina e Damião de Góis – assinalam que a esfera armilar teve um sentido profético, deixando antever não só a herança do trono por D. Manuel, mas também a sua ideia de império universal.

A esfera armilar foi usada por D. Manuel I como símbolo pessoal recorrentemente representado em conjugação com as armas reais e a cruz da Ordem de Cristo (da qual D. Manuel era governador). A trilogia armas reais – esfera armilar – cruz de Cristo passou a identificar o rei em todo o vastíssimo património mandado executar por D. Manuel I. A figuração da esfera tornou-se tão recorrente que ela veio a servir de representação do próprio Estado nos domínios ultramarinos

¹ O hábito de representar o escudo de armas real encimado pela coroa acabará até por transitar para a própria bandeira nacional (cf. Seixas e Paço d'Arcos, 2004: 20).

² Para o significado histórico e simbólico da esfera armilar na época de D. Manuel I, seguimos diversas obras, das quais destacamos: Alves, 1985; VV.AA, 1996; Deswarte, 1977; Matos, 1995: 55-60; Pereira, 1990; Seixas, 1996: 317-346; Seixas e Galvão-Telles, 2002: 25-28 e 38-49.



(em bandeiras de navegação e em moedas, por exemplo)³, acabando, séculos mais tarde, por integrar as próprias armas nacionais – situação que se mantém nos dias de hoje.

Dentro do quadro dinástico, observamos que a esfera armilar foi igualmente adoptada como empresa por dois dos filhos de D. Manuel I: o rei D. João III (Braga, 2002: 23) e a infanta D. Beatriz, duquesa de Sabóia pelo seu casamento (Trigueiros, 1983: 184). Este carácter dinástico ou hereditário da esfera armilar pode considerar-se como extraordinário dentro dos costumes da casa real portuguesa no que respeita ao uso de empresas⁴, explicando-se porventura pelo seu próprio «sucesso» como elemento de propaganda régia.

Desta forma, a face não armoriada dos objectos em estudo permite-nos uma datação e identificação um pouco mais restritivas que as da face armoriada, apontando para os reinados de D. Manuel I ou de D. João III (de 1495 a 1557).

³ Veja-se SEIXAS, 2001: 110-127.

⁴ Sobre a sucessão das empresas na casa real portuguesa, veja-se a listagem de Avelar e Ferros, 1983: 228-245. Saliente-se que existe um outro caso conhecido de empresa dotada de carácter plenamente familiar na heráldica portuguesa dos séculos XV e XVI: trata-se do *aleo* instituído por D. Pedro de Meneses e depois usado pelos seus sucessores na chefia da casa dos condes (em seguida marqueses) de Vila Real (Seixas, 2006).



8. CONCLUSÕES

8.1 – TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Os trabalhos arqueológicos realizados no castelo de Torres Vedras, durante a campanha de 2003, consistiram, basicamente, numa continuação dos trabalhos realizados em 1988. Designadamente, permitiram a limpeza e o registo dos cortes abertos na campanha anterior e o rebaixamento do terreno fronteiro ao palácio, de uma forma mais harmoniosa e integrada com a envolvente.



Figs. 203 a 206 – Aspecto geral do terreno, no final dos trabalhos.



No final dos trabalhos foi feito o levantamento topográfico geral do terreno, com a recolha de largas dezenas de pontos por via digital. Os pontos, inseridos no programa informático AutoCad, permitiram obter uma planta geral da área de intervenção, com o levantamento da totalidade das estruturas positivas e negativas, que foi depois inserido na planta topográfica geral do castelo.

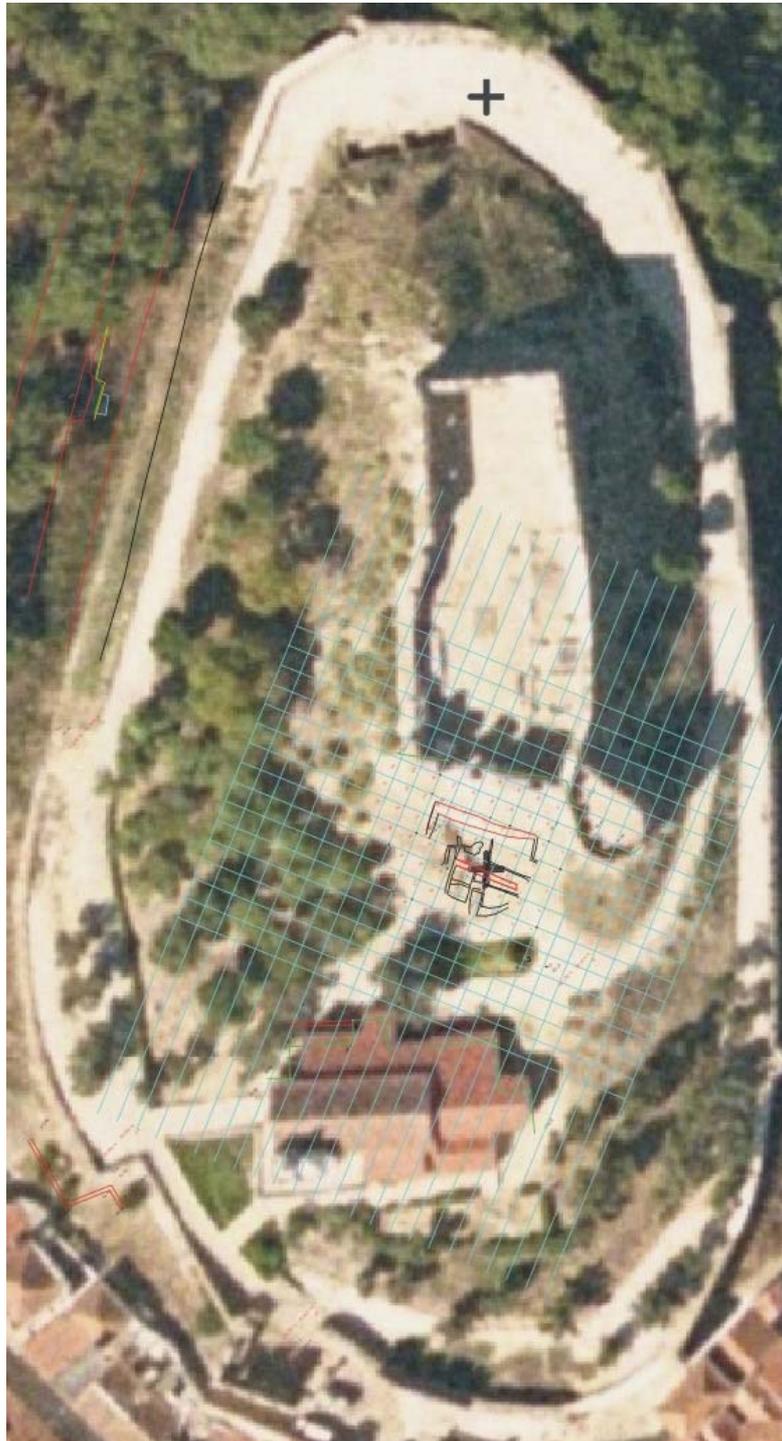


Fig. 207 – Integração da quadrícula e das estruturas no ortofotomapa.

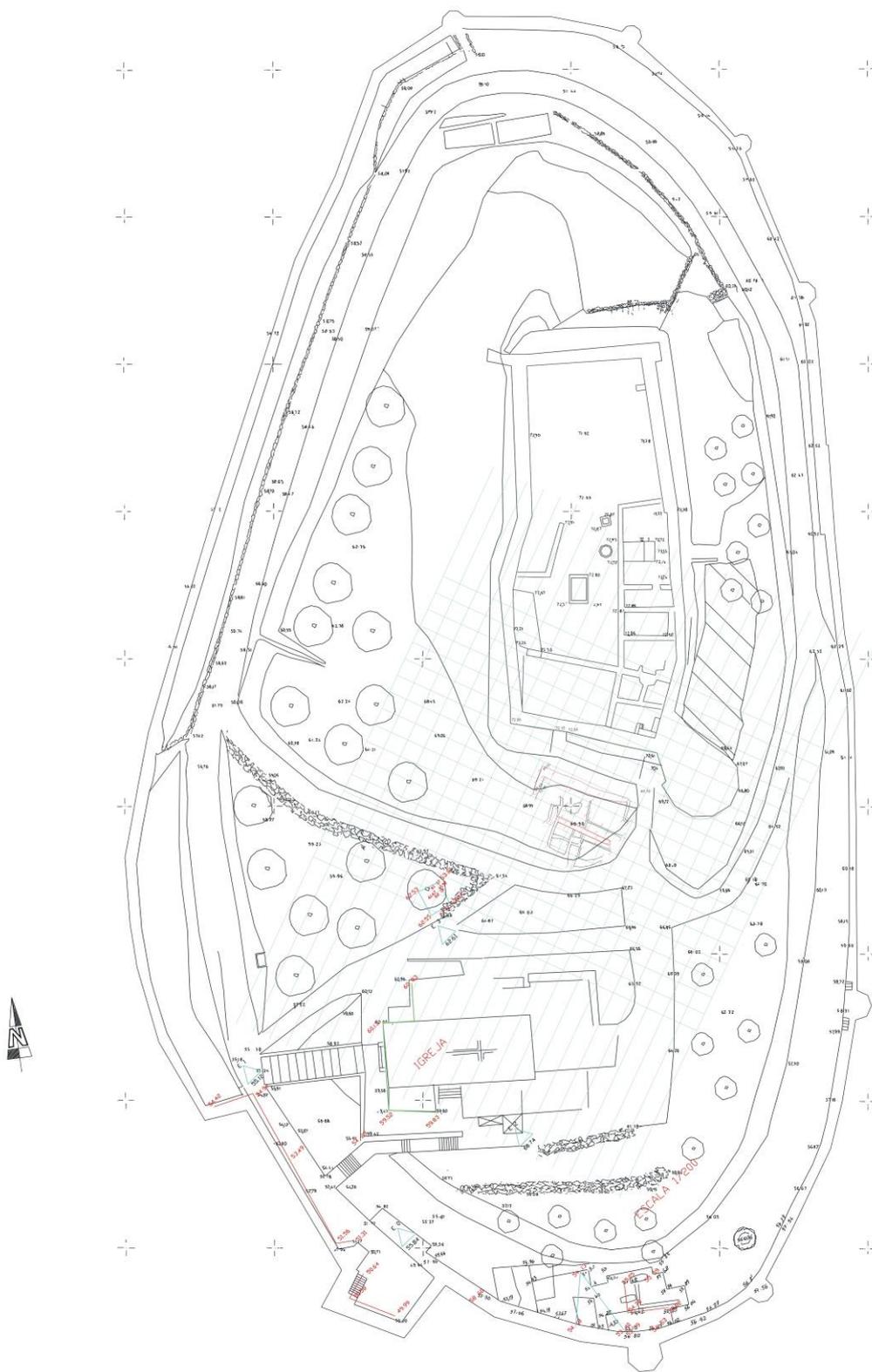


Fig. 208 – Integração da quadrícula e das estruturas na planta topográfica.

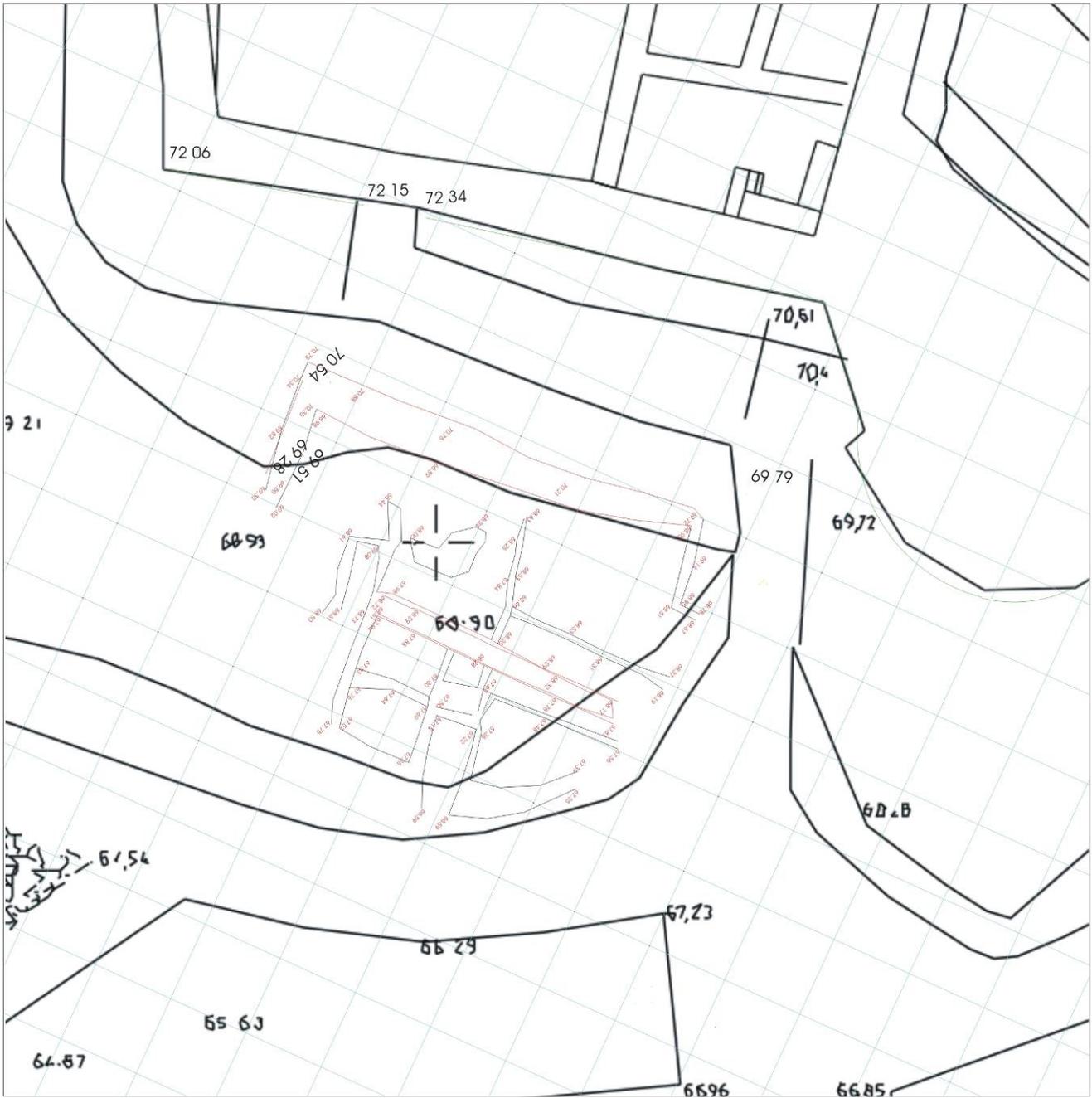
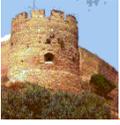


Fig. 209 – Pormenor da integração da quadrícula e das estruturas na planta topográfica.



Podemos sintetizar as conclusões da intervenção arqueológica em três aspectos essenciais:

- **ESTRATIGRAFIA**

O rebaixamento do terreno próximo da porta de entrada do Palácio dos Alcaides, numa zona onde se verificou um forte entulhamento da barbacã, de cerca 1,75m, permitiu a detecção do piso quinhentista no seu exterior, contemporâneo do período inicial de ocupação do Palácio dos Alcaides. Foi, assim, possível cotar o terreno original daquela área e estabelecer a sua relação com a própria barbacã.

Sobre este piso foi encontrada e escavada uma lixeira resultante da ocupação do Palácio, entre 1516 e 1640 que, para além de restos alimentares, se revelou riquíssima em materiais de cerâmica, osso, vidro e metal – designadamente moedas –, que apontam para um contexto dos séculos XVI e XVII.

Ainda sobre esta lixeira foram identificados entulhos e derrubes – nomeadamente da barbacã –, que deverão estar associados ao terramoto de 1755 e à posterior explosão do paiol do castelo, em 1846.

- **ESTRUTURAS**

A escavação permitiu colocar à vista, na sua altura total, a barbacã de defesa do Palácio dos Alcaides.

Foi também descoberto e colocado à vista um pequeno muro de contenção de terras, bastante inclinado e fragilizado pelo deslizamento do terreno.

No limite sul da área de intervenção surgiu, já na fase final dos trabalhos, um conjunto de esteios e lajes, que parecem indiciar a presença de uma sepultura medieval, a investigar numa próxima intervenção. Assim, o muro de contenção de terras posto a descoberto constituiria o limite de um patamar, sobre o qual se organizaria um outro espaço, que poderia ter sido utilizado como espaço de enterramento complementar da necrópole mais próxima da igreja de Santa Maria.



- **ESPÓLIO**

A escavação proporcionou a recolha de um espólio muito significativo, quer em termos de quantidade, quer em termos de qualidade. Para tal contribuiu a descoberta da lixeira já referida, mas também a metodologia desenvolvida, de crivagem sistemática das terras.

Dada a sua quantidade, não foi ainda possível inventariar todo o espólio, tarefa morosa, que exige recursos adequados. No entanto, destaca-se já, pela sua quantidade, o espólio cerâmico e, pela sua qualidade, o espólio metálico e vítreo.

Destacam-se os interessantes materiais da lixeira quinhentista e seiscentista e as balas de chumbo e pederneiras de sílex, associadas ao armamento do século XIX e aos conflitos militares que tiveram lugar no castelo.

Todo o espólio foi depositado no Museu Municipal Leonel Trindade.

8.2 – TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Os trabalhos arqueológicos realizados no castelo nunca perderam de vista os seus objectivos iniciais, nomeadamente de que os mesmos viessem a constituir uma intervenção directa no processo de requalificação do imóvel.

Assim, para além da grande melhoria paisagística introduzida pelo rebaixamento do nível do terreno fronteiro ao Palácio dos Alcaides (trabalho que deverá ser continuado em próximas campanhas), houve a preocupação de desenvolver acções de conservação e restauro das estruturas postas a descoberto, sob a orientação e supervisão da Direcção Geral dos Monumentos de Lisboa. Assim, logo a seguir à intervenção arqueológica, foram realizados, com o apoio do Departamento de Obras Municipais da autarquia, os trabalhos que se apresentam de seguida.



Barbacã

Consolidação de toda a barbacã fronteira ao Palácio dos Alcaides, através da aplicação de uma argamassa tradicional, à base de cal, havendo a preocupação de deixar algumas zonas de escoamento das águas pluviais provenientes do terreno superior.

Para além disso, foi reconstituída uma zona significativa da barbacã, reproduzindo a técnica original, com recurso à utilização de pedras do mesmo tipo, recolhidas no interior do castelo. Na zona confinante com a calçada, a reconstituição foi mesmo feita com as próprias pedras que, originalmente, faziam parte da estrutura e que foram recolhidas de um derrube descoberto durante as escavações, depois de este ter sido devidamente registado.



Figs. 210 e 211 – Barbacã antes do restauro.



Fig. 212 – Barbacã após a intervenção de restauro.



Fig. 213 – Pormenor do trabalho de consolidação.



Muro 2

A exemplo da barbacã, também o muro de contenção de terras, posto a descoberto durante os trabalhos arqueológicos, foi consolidado com argamassa de cal e feito o respectivo capeamento.

Calçada

A calçada oitocentista, confinante com o Palácio dos Alcaides, que se encontrava bastante deteriorada, foi refeita, com base em técnicas e materiais tradicionais. Uma zona da calçada havia já sido intervencionada pelo Departamento de Obras Municipais no início de 2003, de forma muito desadequada. Os trabalhos agora realizados tiveram o cuidado de recorrer a pedra recolhida no castelo, do mesmo tipo da que constitui a calçada original, que, para o efeito, foi partida e trabalhada para se adaptar às formas necessárias.



Fig. 214 – Recuperação da calçada.



Figs. 215 e 216 – Pormenores da calçada, após a recuperação.

Para além de acções directamente relacionadas com a zona de intervenção arqueológica, os trabalhos de conservação realizados após a campanha arqueológica, coordenados pelo Museu Municipal, incidiram ainda sobre outras zonas do castelo. Deles damos, de seguida, uma pequena nota.



Torreão

Foi adjudicada a uma empresa da especialidade a limpeza da vegetação invasiva que se desenvolveu nas paredes exteriores do torreão, bem como a colocação de argamassa tradicional de cal em todas as zonas de onde foi arrancada a vegetação, de forma a impedir novos ressurgimentos. Foram ainda argamassados, exteriormente, os boeiros de escoamento das águas pluviais do terraço, para evitar escorrimentos para o interior das alvenarias.



Fig. 217 – Torreão antes da limpeza e consolidação.



Fig. 218 – Torreão após intervenção.



Fig. 219 – Boeiros do terraço.



Fig. 220 – Pedra de fecho da abóbada.



Fig. 221 – Fundações da zona norte do torreão.

O funcionário do Departamento de Obras Municipais destacado para o castelo procedeu, também, à colocação de argamassa na junção dos tubos de escoamento das águas do terraço com a parede – para impedir infiltrações que já se vinham fazendo sentir –, na pedra de fecho da



abóbada do torreão – que sobressai para o terraço superior e onde as infiltrações estavam já a provocar rachaduras e deslocamentos no tecto abobadado – e nas fundações da zona norte do torreão.

Muralha

Depois de concluídos os trabalhos acima mencionados, deu-se início à limpeza e consolidação da muralha do castelo, nomeadamente na zona sudeste. Os trabalhos consistiram na remoção da grande quantidade de terra depositada sobre o muro e na execução de um adequado capeamento, de forma a evitar infiltrações e a abertura de brechas, num trabalho que se reveste da maior importância para a conservação da muralha. O capeamento foi feito com recurso a argamassa tradicional, à base de cal.

Por dificuldades várias dos serviços municipais, este trabalho acabou por nunca ser concluído.



Fig. 222 – Limpeza e capeamento da muralha.



9. BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE TORRES VEDRAS – ADDPCTV

1986 – Arqueologia medieval no castelo de Torres Vedras. *Badaladas*, 1602, 19.09.1986. Torres Vedras: Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro e S. Tiago, p. 1. [Reproduzido em: *Arqueologia*, 14. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1986, pp. 148-149. *Informação Arqueológica*, 8 (1986). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1987, pp. 61-62].

ALARCÃO, Jorge de

1988a – *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

1988b – *Roman Portugal*, vol. II – Gazetteer (2). Warminster: Aris & Phillips.

1990 – O domínio romano. In SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) - *Nova História de Portugal*, vol. I: *Portugal das origens à romanização*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 343-441 e 462-489.

1998 – A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*, XXXVII. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, pp. 89-119.

ALCÂNTARA, Ana

2002 – Descobertas falam por si: achados arqueológicos fazem história dos Paços do Concelho. *Badaladas*, 2403, 25.01.2002. Torres Vedras: Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro e S. Tiago, p. 9.

ALVES, Ana Maria

1985 – *Iconologia do poder real no período manuelino: à procura de uma linguagem perdida*. Lisboa: INCM.

AMARO, Clementino

1986a – Castelo de Torres Vedras: 2ª campanha arqueológica. *Informação Arqueológica*, 6 (1984). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, pp. 95-96.



1986b – Castelo de Torres Vedras. *Informação Arqueológica*, 7 (1985). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 54.

1994 – Castelo de Torres Vedras. *Informação Arqueológica*, 9 (1987). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, pp. 67-69.

2000 – Castelo de Torres Vedras: contributos da arqueologia. *Badaladas*, 2339, suplemento Freguesias, 19. Torres Vedras: Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro e S. Tiago, 03.11.2000, p. 3.

AVELAR, Henrique de e FERROS, Luís

1983 – As empresas dos príncipes da Casa de Avis. *Os descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento: o Homem e a hora são um só: a dinastia de Avis e a Europa*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, pp. 228-245.

AZEVEDO, Carlos de, FERRÃO, Julieta e GUSMÃO, Adriano de

1963 – *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, vol. IV. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa.

BELO, Aurélio Ricardo

1952-1959 – Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. *Badaladas*. Torres Vedras: Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro e S. Tiago.

BOÜARD, Michel de e RIU, Manuel

1977 – *Manual de arqueologia medieval: de la prospección a la historia*. Barcelona: Editorial Teide / Editorial Base.

BRAGA, Paulo Drummond

2002 – *D. João III*. Lisboa: Hugin.

BYRNE, Inês N. S.

1993 – A rede viária da zona oeste do município lisiponense (Maфра e Sintra). *Al-madan*, 2ª série, 2. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 41-47.



CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

1989 – *Plano de pormenor de salvaguarda da zona histórica de Torres Vedras: peças escritas – análise*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras / Gabinete Técnico Local.

CAMPOS, Correia de

1965 – *Arqueologia Árabe em Portugal*. Lisboa: edição do autor.

CARANDINI, Andrea

1997 – *Historias en la tierra: manual de excavación arqueológica*. Barcelona: Crítica.

CARDOSO, Guilherme e LUNA, Isabel de

2005 – Últimos dados sobre a romanização no concelho de Torres Vedras. *Actas do congresso “A presença romana na região Oeste”*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral, pp. 65-82.

CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino

1991 – Alguns tipos de cerâmica dos séculos XI a XVI encontrados em Cascais. *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental: Actas do IV Congresso Internacional (Lisboa, 1987)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 575-585.

1999 – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*, 6. Porto: Edições Afrontamento, pp. 193-212.

CARNEIRO, Eugénio Lapa

1989 – *Empedrado: técnica de decoração cerâmica*. col. Fichas de olaria, 1. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos – Museu de Olaria.

CLEMENTE, Manuel

1974 – *Torres Vedras e o seu termo no primeiro quartel do século XIV*. Dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [policopiado].

1985 – O castelo de Torres Vedras: resumo histórico. *Badaladas*, suplemento ADDPCTV, 6, 01.02.1985. Torres Vedras: Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro e S. Tiago.



CORREIA, Virgílio

1916 – Ornamentação popular da louça de Estremoz. *Atlântida*, I (3). Lisboa: [s. n.], pp. 244-255.

CUNHA, Carlos e AMARO, Clementino

2006 – Castelo de Torres Vedras: cabeceiras de sepultura medievais (1984-2004). *O Arqueólogo Português*, supl. 3 – *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 253-265.

DESWARTE, Sylvie

1977 – *Les enluminures de la Leitura Nova: Etudes sur la culture artistique au Portugal au temps de l'Humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português.

FRÉDERIC, Louis

1980 – *Manual prático de arqueologia*. Coimbra: Livraria Almedina.

FREITAS, Cândido Manuel Varela de

1959 – *A arqueologia do concelho de Torres Vedras: contribuição para o seu estudo até à época lusitano-romana*, 2 vols. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de licenciatura [policopiado].

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

2005 – *Castelo de Torres Vedras* [em linha]. Monumentos.pt. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. [consult. 14.05.2008]. Disponível em WWW: <URL: http://extranet.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx>.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho

1880 – Torres Vedras. In LEAL, A. S. A. B. de Pinho – *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal*, vol. IX. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, pp. 630-696.



LOPES, Fernão

1977 – *História de uma revolução: primeira parte da “Crónica de El Rei D. João I de Boa Memória”*. Lisboa: Publicações Europa-América.

LUNA, Isabel e CARDOSO, Guilherme

2006 – Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. *Actas do 3º Seminário do Património da Região Oeste*. Cadaval: Câmara Municipal do Cadaval, pp. 99-112.

MANTAS, Vasco Gil

1982 – Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras. *Conimbriga*, XXI. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, pp. 5-99.

2000 – A rede viária romana e medieval da região de Torres Vedras. *Turres Veteras*, I: *Actas de História Medieval*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo “Alexandre Herculano”, pp. 9-25.

2002 – A população da região de Torres Vedras na época romana. *Turres Veteras*, IV: *Actas de Pré-história e História antiga*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, pp. 129-141.

MARQUES, A. H. de Oliveira, GONÇALVES, Iria e ANDRADE, Amélia Aguiar

1990 – *Atlas de cidades medievais portuguesas (século XII-XV)*, vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

MATOS, Jorge de

1995 – Heráldica, arte, poder e mentalidade no Portugal manuelino: notas introdutórias. *Armas e Troféus*, VI série, tomo VI. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, pp. 55-60.

MATOS, Venerando Aspra de

2001 – Torres Vedras há 2000 anos. *Badaladas*, 2358, suplemento Freguesias, 21, 16.03.2001. Torres Vedras: Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro e S. Tiago, pp. 1-7.



MITCHELL, Sir Thomas L.

1818 – *The Lines in front of Lisbon, with the redoubts, batteries, escarpments & military ways*. Zincogravura. [Inglaterra]: H. C. Maguire.

MOREIRA, José Beleza

1982 – *Cabeceiras de sepultura do museu de Torres Vedras*. Torres Vedras: Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras.

OLIVEIRA, Zélia

2003 – Torrienses comiam ostras: escavações precedem novos arranjos no castelo. *FrenteOeste*, n.º 690, 31.07.2003. Torres Vedras: Pressoeste, p. 8.

PINTO, Paulo

2002a – Descobertos primeiros vestígios islâmicos em Torres Vedras [em linha]. *Oeste Hoje*, 21.01.2002. Torres Vedras: Oeste XXI. [consult. 25.10.2007]. Disponível em WWW: <URL: http://www.oestediario.com/oestediario/art_tema.asp?id_tema=3838&codigo_seccao=0&PageNo=1>.

2002b – Antigos Paços do Concelho escondem vestígios islâmicos. *Jornal de Notícias*, 23.01.2002. Porto [s. ed.].

RÊGO, Rogério de Figueiroa

1932 – Procuradores da vila de Tôrres Vedras às cortes de 1642. *Miscelânea*, t. 1. Oeiras: [s. n.].

1947a – Castelo de Tôrres Vedras. *O Torreense*, 52, 06.07.1947. Torres Vedras: [s. n.].

1947b – Castelo de Tôrres Vedras. *O Torreense*, 53, 20.07.1947. Torres Vedras: [s. n.].

1949 – O castelo de Torres Vedras. *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, IIª série, 21. Lisboa: Junta de Província da Estremadura, pp. 195-209.



RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida

1995 – *Torres Vedras: a vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

RODRIGUES, António e CARVALHO, Adão de

1998 – Resenha histórica do castelo de Torres Vedras. *Toitorres Notícias*, suplemento ao n.º 48. Torres Vedras: Toitorres.

PARVAUX, Solange

1968 – *La céramique populaire du Haut Alentejo*. Paris: Presses Universitaires de France.

PEREIRA, Paulo

1990 – *A obra silvestre e a esfera do rei: iconologia da arquitectura manuelina na grande Estremadura*. Coimbra: Instituto de História da Arte / Faculdade de Letras / Universidade de Coimbra.

MIRA, Graça Andrade

1996 – O castelo. In RODRIGUES, Cecília Travanca *et alii* – *Torres Vedras: passado e presente*, vol. I. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras, pp. 407-409.

PINTO, Segismundo, SEIXAS, Miguel Metelo de e ROQUE, Isabel

2003 – Botões de libré portugueses armoriados (coleção Segismundo Pinto): roteiro de uma exposição. *Actas do I Congresso de Heráldica de Tomar*. Tomar: Câmara Municipal de Tomar / Academia Portuguesa de Ex-Líbris / Universidade Lusíada - Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos.

SARAIVA, José Hermano

1986 – *O tempo e a alma*, vol. I. Lisboa: Gradiva, pp. 179-182.

SARDINHA, Olinda

1990-1992 – Olarias pedradas portuguesas: contribuição para o seu estudo. 1. Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos. *O Arqueólogo Português*, série IV, 8/10. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 487-512.



1999 – Notícia sobre as peças pedradas do galeão “San Diego” (1600). *Arqueologia Medieval*, 6. Porto: Edições Afrontamento, pp. 183-192.

SEIXAS, Miguel Metelo de

1996 – As armas do rei do Congo. *Os descobrimentos e a expansão portuguesa no mundo: actas curso de Verão, 1994*. Lisboa: Universidade Lusíada, pp. 317-346.

2001 – As armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. *Olisipo*, II série, n.º 14. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa, pp. 110-127.

2004 – Alguns achados de interesse heráldico recolhidos nas escavações arqueológicas de Torres Vedras. *Armas e Troféus*, IX série, 2002-2003. Lisboa: Instituto Português de Heráldica.

2006 – Aleo! Aleo! A empresa de D. Pedro de Meneses, primeiro conde de Vila Real, primeiro governador de Ceuta. *Armas e Troféus*, IX série, 2005. Lisboa: Instituto Português de Heráldica.

SEIXAS, Miguel Metelo de e GALVÃO-TELLES, João Bernardo

2002 – Heráldica no concelho de Fronteira. Fronteira: Universidade Lusíada / Câmara Municipal de Fronteira.

SEIXAS, Miguel Metelo de & PAÇO D'ARCOS, Isabel

2004 – *Bandeiras de Portugal*. Lisboa: Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém.

SEPÚLVEDA, Eurico de e SOUSA, Vítor Rafael Cordeiro de

2000 – *Lucernas romanas: catálogo*, col. Cadernos do Museu, 1. Torres Vedras: Museu Municipal de Torres Vedras.

SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS DO EXÉRCITO

1970 – *Carta Militar de Portugal: folha 374 - Torres Vedras*. Escala 1: 25.000, série M 888. [Lisboa]: Serviços Cartográficos de Exército.



SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL

1969 – *Carta Geológica do Quaternário de Portugal*. Escala 1: 1.000.000. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

1955 – *Carta Geológica de Portugal: folha 30-C - Torres Vedras*. Escala 1: 50.000. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

SOUSA, J. M. Cordeiro de

1937 – Uma inscrição inédita no castelo de Torres Vedras. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 55ª série, 3-4. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 113-117.

TORRES, Manuel Agostinho Madeira

1862 – *Descrição histórica e económica da villa e termo de Torres-Vedras: parte histórica*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade.

TRIGUEIROS, António Manuel

Medalhas e moedas. *Os descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento: o Homem e a hora são um só: a dinastia de Avis e a Europa*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, pp. 179-187.

VIEIRA, Júlio

1926 – *Torres Vedras antiga e moderna*. Torres Vedras: Livraria da Sociedade Progresso Industrial.

VV.AA

1996 – *D. Manuel I, a Ordem de Cristo e a Comenda de Soure: V Centenário da subida ao trono de D. Manuel*. Soure: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses / Câmara Municipal de Soure.

ZBYSZEWSKI, Georges, ALMEIDA, Fernando Moitinho d' e ASSUNÇÃO, Carlos Torre de

1955 – *Carta geológica de Portugal, na escala de 1 / 50.000: notícia explicativa da folha 30-C, Torres Vedras*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.



S. a.

1905 – Notícias várias: 1. Castelo de Torres Vedras. *O Archeologo Português*, vol. X. Lisboa: Museu Etnológico Português, p. 278.

1908 – Notícias várias: 18 a 21. Achado interessante. *O Archeologo Português*, vol. XIII. Lisboa: Museu Etnológico Português, pp. 21-23.

1978 – Torres Vedras. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXII. Lisboa: Editorial Enciclopédia Lda., pp. 276-295.

1984 – Torres Vedras. *Informação Arqueológica*, 4 (1981). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, pp. 236-237 [citando o jornal *Correio da Manhã*, de 11.11.1981].

1986 – Escavações arqueológicas detectam raro espólio medieval no castelo de Torres Vedras. *Diário de Lisboa*, 17.09.1986. Lisboa: [s. n.].

2002a – A descoberta: ocupação árabe surpreende arqueólogos. *Público*, 19.01.2002. Lisboa: [s. n.].

2002b – Importantes descobertas arqueológicas revelam dados ocultos da história torriense [em linha]. *Oeste Hoje*, 17.01.2002. Torres Vedras: Oeste XXI. [consult. 04.07.2006]. Disponível em WWW: <URL: http://www.oestediario.com/oestediario/artigos_oh.asp?codigo=125244>.



Torres Vedras, 25 de Março de 2009

Maria Isabel Soares de Luna

Clementino José Gonçalves Amaro
